

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

**ALEXANDRE PEREIRA DE MATTOS**

**Insegurança e Criminalidade Urbana:  
Um estudo sobre estratégias midiáticas em telejornais**

**Doutorado em Psicologia Social**

**São Paulo**

**2010**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**Programa de Pós Graduação em Psicologia Social**

**ALEXANDRE PEREIRA DE MATTOS**

**Insegurança e Criminalidade Urbana:  
Um estudo sobre estratégias midiáticas em telejornais**

**DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia Social sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mary Jane Paris Spink.

**SÃO PAULO - PUCSP**

**2010**

**BANCA EXAMINADORA**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

*A Deus,  
pela ajuda e paciência.*

# Agradecimentos

*O excesso de leitura priva a mente de toda a elasticidade, assim como a contínua pressão de um peso afrouxa uma mola. A maneira mais segura de jamais ter sequer um pensamento próprio é apanhar um livro toda vez que se tem um tempo livre. A prática desse hábito é a razão por que a erudição torna a maioria dos homens mais enfadonhos e tolos do que são por natureza, e priva os seus escritos de toda efetividade. Nas palavras de Pope, eles estão “para sempre lendo, jamais sendo lidos”. [...] O homem que pensa por si mesmo busca as opiniões das autoridades só depois de ter adquirido suas próprias opiniões e meramente como confirmação delas, ao passo que o filósofo livresco começa com as autoridades e constrói suas opiniões coletando as opiniões dos outros: sua mente está para o do primeiro assim como um autômato está para um homem vivo. Uma verdade que foi apenas aprendida adere a nós somente como um membro artificial, um dente falso, um nariz de cera ou, no máximo, uma pele transplantada. Mas uma verdade conquistada pelo próprio pensamento é como um membro natural: só ela realmente nos pertence. Isso define a diferença entre um pensador e um scholar.*

Schopenhauer (1851)

*O processo de escrever é feito de erros – a maioria essenciais – de coragem e preguiça, desespero e esperança, de vegetativa atenção, de sentimento constante (não pensamento) que não conduz a nada, não conduz a nada, e de repente aquilo que se pensou que era “nada” era o próprio assustador contato com a tessitura de viver – e esse instante de reconhecimento, esse mergulhar anônimo na tessitura anônima, esse instante de reconhecimento (igual a uma revelação) precisa ser recebido com a maior inocência, com a inocência de que se é feito. O processo de escrever é difícil? Mas é como chamar de difícil o modo extremamente caprichoso e natural como uma flor é feita. (Mãe, me disse o menino, o mar está lindo, verde e com azul, e com ondas! Está todo anaturezado! Todo sem ninguém ter feito ele!) A impaciência enorme ao trabalhar (ficar de pé junto da planta para vê-la crescer e não se vê nada) não é em relação à coisa propriamente dita, mas à paciência monstruosa que se tem (a planta cresce de noite). Como se dissesse: “não suporto um minuto mais ser tão paciente”, “a paciência do relojoeiro me enerva”, etc. O que impaciente mais é a pesada paciência vegetativa, boi servindo ao arado.*

“Submissão ao Processo”, Clarice Lispector

Início o meu texto de agradecimento com as duas epígrafes por considerá-las representativas dos desafios que encontrei ao longo do processo de pesquisa.

Quando nos propomos a realizar uma pesquisa de doutorado, podemos ser tomados por uma exigência institucional ou própria de atingir um grau de erudição que pode privar sua alma de toda elasticidade ou criatividade que, a meu ver, uma pesquisa deve permitir. Meu desafio foi, em meio a tantas leituras fascinantes, encontrar o meu jeito de narrar este processo. Daí seguiu-se outro desafio: colocar no papel de maneira inteligível a minha forma de pensar. Por vezes, meu coração se calava em meio às regras de escrita acadêmica, outras vezes, ela voltava a me fazer companhia, quando as normas não eram assim tão importantes.

O processo de escrita de uma tese é difícil, pois nos exige a mencionada articulação. O desenvolvimento de um pesquisador resulta da amizade cordial entre as regras que estruturam um trabalho científico e sua criatividade. Fui rebelde algumas vezes e, em outras, tive de voltar atrás, pois, afinal de contas, tratava-se de um texto científico.

Pensar por mim mesmo foi por algumas vezes exaustivo, mas fundamental. E neste processo, cujo valor se tornou inestimável para mim, inicio meus agradecimentos a uma pessoa que não só me auxiliou nessa caminhada, mas depositou sua confiança em mim desde o início e em momentos cruciais de dúvidas e incertezas: minha orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mary Jane Paris Spink.

Não poderia deixar também de agradecer a muitas pessoas que me ajudaram a superar obstáculos:

À Nadia Vitorino Vieira, pela generosidade, bondade e aceitação. Uma irmã por escolha, que comemorou minhas conquistas e suportou com o mesmo carinho alguns momentos difíceis.

À Vera Menegon Mincoff, Ana Rosa Dias, Pedro Bendassolli pelas generosas e instigantes contribuições.

À Maria Cristina Vicentin, que me fez perceber que as questões ontológicas se encontravam em “outro lugar”.

Aos jornalistas Bruno Paes Manso, Wagner Império e Carlos Franco, pela disponibilidade em me conceder as entrevistas e pelas colaborações valiosas.

Aos amigos Marcelo Sodelli e João Pedro Perosa pela valiosa ajuda na composição dos grupos focais.

Aos participantes dos grupos focais, pelo tempo e solidariedade em participar desta pesquisa.

Aos membros do núcleo, cuja assistência nas variadas mudanças no projeto foram fundamentais.

Ao meu amigo Jean Apolinário, pela amizade, alegria, motivação e apoio e que me ensinou a “abrir um leque” de opções diante das adversidades.

Aos meus pais, pelo carinho e por compreenderem minhas ausências.

À minha irmã caçula, Maria Carolina. Hoje, mais do que nunca, minha companheira de viagem.

Aos amigos que direta ou indiretamente torceram por mim neste processo: Lygia Humberg, Wilson Canhas, Antonio Carlos (AC), Eduardo Raini (coral) e Fernanda Sodelli.

À Jeane, Andreia, Gisele e Jaqueline Rodrigues, pelas “altas vibrações”.

À Capes e à Cnpq que viabilizaram a realização desta pesquisa.

# Resumo

MATTOS, Alexandre P. (2010). *Insegurança e Criminalidade Urbana: um estudo sobre estratégias midiáticas em telejornais*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mary Jane Paris Spink.

Esta pesquisa tem como foco a insegurança ontológica. Na psicologia, a insegurança é trabalhada como substrato da experiência de personalidade a partir dos processos de socialização que encontramos nas teorizações de Winnicott e, dentro de uma perspectiva da psicologia social, nas de Mead. Na contemporaneidade a insegurança está associada aos riscos que atravessam nossas práticas cotidianas dentre elas a criminalidade violenta. Em meio às diversas possibilidades de contato com a criminalidade, a mídia se insere como uma delas por ser uma discursividade que exerce o poder de fazer circular versões de realidade pela utilização de recursos linguísticos e semióticos, cuja combinação pode produzir maior poder de convencimento frente ao público receptor. Portanto, objetivamos neste estudo demonstrar como notícias sobre criminalidade violenta veiculadas em telejornais alimentam a insegurança. A partir dos aportes da psicologia discursiva e da sociosemiótica, analisamos três reportagens em dois telejornais distintos, procurando destacar o papel que as imagens e os discursos falados exercem no convencimento e alimentação da insegurança. A análise nos mostrou que as dimensões da insegurança são alimentadas quando a mídia, em sua estratégia discursiva, apresenta o mundo como incerto e pouco confiável pelo posicionamento moral dos telejornais em relação ao desviante, pelo uso estratégico de saberes especializados, pela maneira com que é retratada a fragilidade da vítima e a impunidade. O uso das imagens, articulados com o discurso verbal, nos remete à falta de confiança na humanidade do outro, à imponderabilidade dos riscos na medida em que qualquer um pode sofrer o mesmo agravo que a vítima (identificação) e à falta de suporte e acolhimento na esfera da Justiça. Todos esses elementos acionados potencializam as dimensões da insegurança e pela maneira como as notícias são estruturadas, não há como isentar a mídia de certa intencionalidade em produzir efeitos que visam contribuir

para a cultura do medo. A relevância deste estudo, a nosso ver, deve-se a possibilidade de darmos visibilidade a este processo.

**Palavras-chave:** 1. Insegurança; 2. Mídia; 3. Construcionismo Social; 4. Criminalidade urbana; 5. Práticas Discursivas

# Abstract

MATTOS, Alexandre P. (2010). *Insecurity and urban criminality: a study on media strategies on television news*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Supervisor: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mary Jane Paris Spink

This thesis focuses on ontological insecurity. In psychology, insecurity is elaborated as substrate of personhood experience from socialization processes found in theoretical approaches of Winnicott and within a perspective of social psychology, Mead's. Today insecurity is linked to the risks that are embedded in our daily practices including violent crime. Among the various possibilities for contact with crime, the media falls as one of them for being a discursivity which exercises the power to circulate versions of reality by the use of linguistic and semiotics resources, whose combination can produce greater power to convince the receiving public. Therefore, our main goal in this study is to demonstrate how news about violent crimes on television feed insecurity. From the theoretical standpoint of discursive psychology and social semiotics, we analyze three reports on two distinct television programs, in order to highlight the role that the images and spoken words perform in convincing and feeding insecurity. This analysis showed us that the dimensions of insecurity are fed when the media, in its discursive strategy, presents the world as uncertain and quite deceitful due to the moral positioning of the television news in relation to the deviant, by the use of specialized knowledge, portraying the victim's fragility and overall impunity. The use of images, articulated with verbal speech, leads us to realize the lack of humanity in others, the imponderable of the risks insofar anyone can suffer the same damages as the victim's (identification) and the lack of support and protection in the sphere of Justice. All of this put together enhances the sense of insecurity and, the way the news is structured, there is no way to exempt the media from the intention of producing the effects that contribute to the culture of fear. The relevance of this study, as we see it, is the possibility of putting a spotlight over this process.

Keywords: 1. Insecurity; 2. Media; 3. Social Constructionism; 4. Urban crime; 5. Discursive Practices

# Sumário

<b>Apresentação.....</b>	<b>1</b>
<b>1. Insegurança na Contemporaneidade: confiança, risco e pessoalidade.....</b>	<b>14</b>
1.1. Confiança em uma perspectiva psicossocial.....	15
1.1.1. Donald Winnicott e a confiança básica.....	17
1.1.2. George H. Mead: a constituição do <i>self</i> .....	19
1.2. Vicissitudes da pós-modernidade.....	25
1.2.1. Confiança: ilusão ou convicção?.....	29
1.2.2. Estratégias de minimização da insegurança.....	33
1.3. Insegurança e personalidade.....	37
1.4. Comentários finais deste capítulo.....	42
<b>2. Mídia como Discursividade: as estratégias discursivas na construção de notícias sobre criminalidade na mídia televisiva... 44</b>	<b>44</b>
2.1. O papel da mídia na construção de problemas sociais: a criminalidade como exemplo.....	51
<b>3. Dimensões da insegurança acionadas pela mídia: uma análise de reportagens sobre violência em telejornais.....</b>	<b>83</b>
3.1. Os telejornais.....	84
3.2. Sobre o uso dos discursos especializados: reportagem especial sobre violência – Jornal Nacional.....	91
3.3. Sobre o uso dos recursos semióticos: análise multimodal das reportagens sobre atirador de elite -.....	96
3.3.1. Unidades de análise multimodal.....	97
3.3.2. Procedimentos de análise.....	102
3.3.3. Análise da reportagem veiculada no Jornal Nacional: <i>Bandido faz Refém com Granada no Rio de Janeiro</i> .....	103
3.3.4. Análise da reportagem veiculada no programa Brasil Urgente: <i>Bandido Morto com Tiro na Testa</i> .....	113
<b>4. Considerações Finais.....</b>	<b>133</b>

<b>5. Referências Bibliográficas.....</b>	<b>141</b>
<b>6. Anexos.....</b>	<b>150</b>
6.1. Procedimentos para a realização dos grupos focais.....	150
6.2. Procedimentos para a realização das entrevistas com jornalistas .....	152
6.3. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	155
6.4. Parecer do Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.....	157

### **Quadros, figuras e gráficos**

Quadro 1 - Dimensões da segurança e insegurança .....	42
Quadro 2 - Levantamento de notícias vinculadas a índices de violência produzidos por órgãos e/ou instituto de pesquisas (FSP) .....	73
Quadro 3 - Dimensões da insegurança acionadas pela mídia .....	83
Quadro 4- Tipo e grau de modalidade linguística .....	99
Quadro 5 - Modalidade visual - tipo e grau .....	100
Quadro 6 - Relação texto-imagem .....	102
Quadro 7 - Multimodal: Telejornal Jornal Nacional.....	104
Quadro 8 - Modalidade alta e média - Telejornal Jornal Nacional.....	109
Quadro 9 - Multimodal: telejornal Brasil Urgente .....	115
Quadro 10 – Modalidade alta e média - Telejornal Brasil Urgente.....	123
Figura 1 - Tipologia da Violência .....	6
Figura 2 - Seleção das reportagens .....	90
Figura 3 - Configuração do Grupo Focal.....	151
Gráfico 1 - FOLHA DE S. PAULO: Distribuição de artigos ou reportagens por caderno (FSP) .....	68
Gráfico 2 - Tipos de crime no caderno Cotidiano (FSP).....	68

---

# Apresentação

---

**E**sta pesquisa tem por foco a insegurança ontológica. Uma noção que incorpora o enfraquecimento da confiança que as pessoas têm na continuidade de sua autoidentidade e na constância de seu meio social (GIDDENS, 1991, 2002). Trata-se, portanto, de um sentimento de vulnerabilidade contínuo, se levarmos em conta que a confiança em si e no mundo se encontra fragilizada.

Na psicologia, a insegurança é trabalhada como substrato da experiência de personalidade com base nos processos de socialização. Por exemplo, nas teorizações de Winnicott, o desenvolvimento de um laço de confiança entre o infante e seus cuidadores é fundamental para a emergência de um sentimento de segurança. Quando há falhas nesse processo, a criança desenvolve um sentimento de vulnerabilidade e ambivalência em relação ao mundo. A ausência dos cuidados parentais pode significar para a criança que o mundo é incerto e perigoso, culminando numa atitude de reclusão e esquiva social.

Numa perspectiva da psicologia social, encontramos nas teorizações de Mead conceitos que explicam os processos de socialização pelos quais nos constituímos como pessoa, a exemplo da internalização dos significados das ações sociais, incluindo aqueles relacionados a nós mesmos. Ao longo da vida identificamos situações de perigo por termos aprendido a atribuir significado a situações potencialmente ameaçadoras. Aprendemos a reconhecer não apenas em quem podemos ou não confiar, mas se é plausível confiar nas pessoas e no mundo.

Porém, é possível também pensar insegurança em contextos macrossociais como discutem alguns autores que problematizam a sociedade contemporânea, como Giddens (1991, 2002), Bauman (1998a, 1998b, 2005, 2007a, 2007b, 2008, 2010), Young (2002) e Furedi (2006). Para estes, a insegurança está associada aos riscos próprios da modernidade tardia, por causa da impossibilidade de confiarmos totalmente nas instituições, nos valores da tradição, nos saberes especializados

(sujeitos a mudanças constantes em razão da própria atualização do conhecimento) e nas pessoas.

Elegemos, portanto, a insegurança<sup>1</sup> como categoria analítica neste estudo por considerarmos a dimensão da confiança fundamental. A tendência a compreender as atividades humanas mediante narrativas que enfatizam o individualismo e comportamentos destrutivos mantém ou reacendem nossas angústias e medos<sup>2</sup> (FUREDI, 2006; BAUMAN, 2008). Como nossa socialização nunca cessa em nossas vidas (BAUMAN & MAY, 2010), as incertezas que permeiam a vida pós-moderna reiteram e potencializam o estado de insegurança desenvolvido na socialização primária do sujeito. Este tema será aprofundado no primeiro capítulo.

Ao tratarmos de insegurança nesta tese, trabalharemos mais especificamente com um aspecto das experiências de risco que atravessam nossas práticas cotidianas: a violência urbana e criminalidade.

O tema violência é complexo, não só pela polissemia ligada ao termo, mas também pela variedade de referenciais teóricos e áreas do conhecimento das quais ela é objeto de estudo (MISSE, 2008, WIEVIORKA, 2006). Segundo Michaud (1986), a palavra violência deriva do latim *violentia* que significa violência, caráter violento e força. Termos que têm a mesma raiz de *vis* que significa força, potência e vigor. Para o autor, essa força se converte em “violência” quando passa da

---

<sup>1</sup> Insegurança e medo são emoções que pertencem a experiências que situamos como ameaçadoras. Quando tentamos especificar o que é particular em cada sentimento, podemos constatar que só é possível fazê-lo se descrevermos a situação na qual ele emerge e nossas ações dele decorrentes (TAYLOR, 1999). Sendo assim, podemos conceber a insegurança como um estado em que dois aspectos estão presentes e se complementam. De um lado, há a percepção de um risco ou algo ameaçador, de outro, uma quebra de confiança que inviabiliza a ação de uma espécie de casulo protetor contra situações potencialmente ameaçadoras.

<sup>2</sup> É frequente o uso dos termos medo, insegurança e ansiedade para se referir às reações psíquicas e físicas diante de situações ameaçadoras. Grosso modo e tradicionalmente a palavra medo tem sido usada para se referir a um perigo que conhecemos, ao passo que ansiedade não (KAHN, 2003). Contudo, Hanns, em seu trabalho *O Dicionário do Alemão de Freud* (1996), argumenta que nos textos de Freud medo e ansiedade são muitas vezes utilizadas como sinônimos, pois ambas consideram a especificidade do objeto ansiogênico, algo que era associado somente ao medo. A dimensão da insegurança surge nas conceituações de Freud quando este considera que a ansiedade e medo não emergem diante da ameaça do objeto, mas da percepção do próprio desamparo do sujeito diante dele (FREUD, 1926/1996). Isto nos permite dizer que, ao falarmos de insegurança neste estudo, estamos dando relevância ao aspecto do desamparo, mesmo reconhecendo que medo e ansiedade estão a ela associados.

medida, perturba uma ordem, deixa marcas e assume tal qualificação em decorrência de normas definidas que variam muito. Costa, de maneira semelhante, reserva à violência a conotação de força destrutiva, contingente às significações construídas sobre o ato:[...] *O sujeito violentado (ou o observador externo à situação) percebe no sujeito violentador o desejo de destruição [...] a ação agressiva ganha o significado de ação violenta (COSTA, 2003, p. 86).*

Ou seja, haveria uma tradução ou atribuição de significado violento pela vítima, agente ou observador. Segundo Gonçalves (2003), a definição de Costa confere ao sentido de destruição uma construção cultural, pois é ela, a cultura, que atribui valor aos atos agressivos.

Supomos, pelas noções apresentadas, que a linha divisória que diferencia um ato agressivo de um ato violento seria a atribuição valorativa dada pelos atores envolvidos, uma vez que o desejo de destruição também está presente na agressão. Conforme nos explica Chauí (2003), as várias culturas e sociedades definem o que é violência de acordo com o tempo e lugares, de tal maneira que aquilo que uma cultura define como violência pode não ser considerada assim por outra.

*Quando uma cultura e uma sociedade definem o que entendem por mal, crime e vício, definem aquilo que julgam ser uma violência contra um indivíduo ou contra o grupo. Simultaneamente, erguem os valores positivos – o bem, o mérito e a virtude – como barreiras éticas contra a violência (CHAUÍ, 2003, p. 308)*

Pelo exposto, a articulação desses conceitos nos possibilita entender como principais características de um ato violento:

- **A presença de uma intencionalidade prévia**, condição *sine qua non* para a execução do ato;
- A contemplação de um **desejo de destruição**, não se limitando a aspectos físicos, mas também simbólicos da interação (CANTO-SPERBER, 2007);
- **Significação valorativa** atribuído ao ato pelos atores envolvidos, ou seja, vítima ou observador externo (aí se incluem a opinião pública, as instituições de repressão e a mídia).

O terceiro item está atrelado às dimensões históricas e culturais, pois o que é “nada violento” ou “muito violento” pode mudar com o tempo, de acordo com a sensibilidade do público.

*Determinar qual é a taxa “real” de violência na sociedade envolverá duas questões: que mudanças de comportamento podem ser consideradas violentas, e que mudanças há na tolerância do público à violência? [...] Pois taxas de criminalidade não são mais um sumário óbvio de itens de comportamento que “lá estão”, mas processos em que tanto a ação humana quanto a definição estão sujeitos a mudanças (YOUNG, 2002, p. 68).*

Portanto, a configuração de um ato violento, sua precisão concernente à intencionalidade por parte do autor e as discussões éticas daí resultantes não estão desprendidos de contingentes históricos e culturais.

O termo violência, associado ao adjetivo “urbana”, se converte igualmente em um problema conceitual e descritivo. Haveria uma violência tipicamente urbana, com seu *status* ontológico próprio da urbanidade?

Fundamentando-nos em um levantamento bibliográfico <sup>3</sup>, constatamos uma pluraridade de focos de interpretação. Dentre eles, encontramos assuntos abordando os aspectos sociopolíticos e econômicos na gênese da violência (ADORNO, 1996, ADORNO & LAMIN, 2008); a segregação geográfico-urbana e sua relação com a criminalidade (SOUZA, L., s/d); violência como um problema de Saúde Pública (MINAYO & SOUZA, 1997-1998). Tampouco há consenso em alguns dados estatísticos, por não estabelecerem distinção entre, por exemplo, uma violência intrafamiliar de uma violência ocorrida em vias públicas, praticada por estranhos. Focam, assim, o tipo de crime cometido (homicídio, estupro, latrocínio, roubo)<sup>4</sup>.

Diante dessa polissemia, optamos por estabelecer neste estudo o que consideramos violência urbana e que tipologias se enquadrariam nesta definição.

---

<sup>3</sup> Utilizamos como fonte de dados as bases BVS-psi, Scielo, Bibliotecas da PUC-SP e USP e artigos internacionais publicados pela SAGE PUBLICATIONS.

<sup>4</sup> Ver DATASUS, Fundação SEADE, Secretaria de Estado de Segurança Pública de São Paulo.

O documento publicado sobre o projeto ACTIVA (CRUZ, 1999)<sup>5</sup> define conceitualmente a violência urbana como...

*Aquela exercida no marco das relações e dinâmicas mediadas pela convivência urbana, cujas expressões mais frequentes são o roubo a mão armada, as ameaças, as agressões, os golpes os seqüestros e o homicídio (op cit, p.6)<sup>6</sup>.*

Em complementação a esse documento, o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde-OMS (2002) propõe uma tipologia que divide a violência em três grandes categorias de acordo com as características daqueles que cometem o ato violento: violência autodirigida, violência interpessoal e violência coletiva (ver figura 1).

Por **violência autodirigida** entende-se aquela relativa a comportamentos suicidas (tentativa ou concretização do ato) e autoabuso, caracterizado por atos como automutilação. **Violência interpessoal** é dividida em duas categorias: **violência intrafamiliar**, ou seja, aquela cometida pelos membros da família entre si (abuso sexual infantil ou violência contra idosos) ou pelo(a) parceiro(a), não ocorrendo necessariamente no âmbito doméstico (residência). A segunda categoria refere-se àquela ocorrida na **comunidade**, caracterizada pela violência juvenil, atos de violência aleatórios, estupro ou ataque sexual feito por estranhos, e violência institucional seria a ocorrida em lugares como escolas, locais de trabalho, prisões e casas de apoio. A terceira e última categoria alude à **violência coletiva**, entendida como a manifestação de atos com motivações de caráter político e ideológico, representados por atos de violência cometidos por grandes grupos, por sujeitos ou por Estados. Incluem-se nesse rol os crimes de ódio, os ataques terroristas e as guerras. (PINHEIRO & ALMEIDA, 2003).

Quanto à natureza, o mencionado relatório (2002) divide a violência em sexual, física, psicológica e negligência ou privação. Os autores reconhecem que essa divisão não estabelece linhas claras e está longe de ser universalmente aceita. Contudo, ela oferece um esquema útil para compreendermos os diferentes e

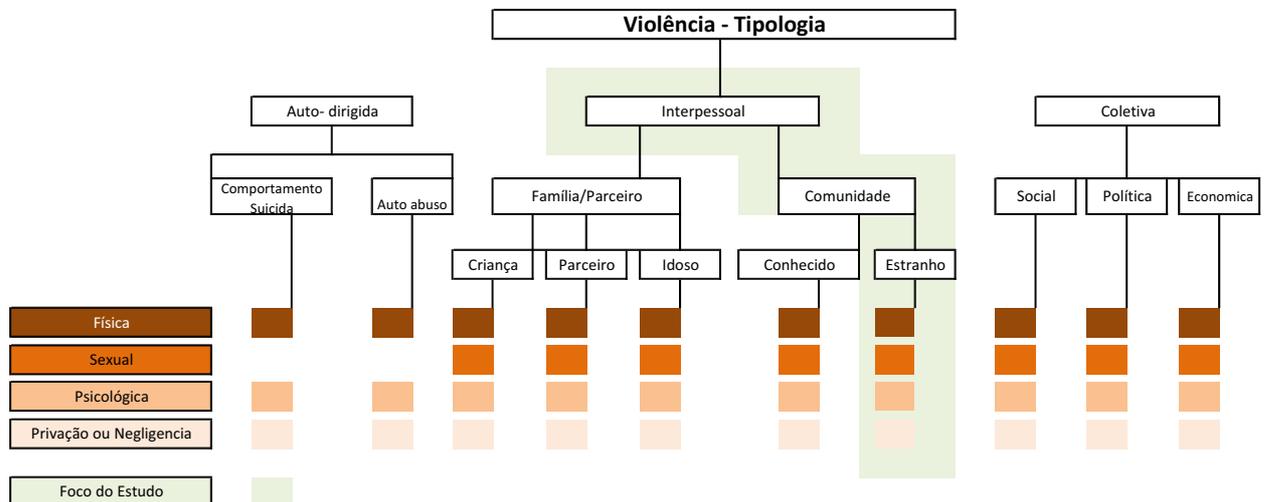
---

<sup>5</sup> O Projeto ACTIVA é um estudo multicêntrico que avalia as atitudes e normas culturais associadas com os comportamentos violentos em cidades selecionadas da América Latina e Espanha (Organização Panamericana de Saúde – OMS).

<sup>6</sup> Essa e as demais citações provenientes de obras que figuram em língua estrangeira nas referências bibliográficas foram traduzidas pelo autor desta tese.

complexos padrões de violência que ocorrem tanto no plano mundial como no dia a dia das pessoas.

Figura 1 - Tipologia da Violência <sup>7</sup>



Fonte: World report on violence and health. Geneva, World Health Organization, 2002.

Com relação ao termo “urbana”, Cunha (2004) problematiza conceituações que sugerem haver uma violência típica dos processos de crescimento citadinos, como se fosse da “natureza” do urbano a produção de uma forma específica de violência, vinculando suas origens não a causas sociais, mas sim, ecológicas.

*A cidade não gesta de per se violência, e por isso talvez devêssemos trabalhar com a idéia de violência na cidade em vez do rótulo violência urbana, rejeitando, assim, a especificidade de uma violência intrínseca à natureza urbana das cidades, quando de fato essa é apenas o contexto no qual a violência se exterioriza de forma mais arrojada (op cit, p.64).*

Assim, para o autor, a utilização do termo “violência na cidade” contrapondo à expressão “violência urbana” contribui para a desnaturalização de certo tipo de violência própria das cidades. Sua origem deve remeter à dinâmica do processo de contradição do desenvolvimento socioeconômico que experimentam os grandes centros urbanos. Porém, como argumenta Bauman (2007a), é nos lugares ditos urbanos, de elevada densidade populacional e de consideráveis comunicação e interação humana, que os medos e inseguranças encontram escaudouros e

<sup>7</sup> Versão traduzida e adaptada pelo pesquisador.

objetos sobre os quais possam descarregar. Embora as preocupações de Cunha sejam pertinentes em relação à desnaturalização do termo urbano, optamos por manter seu uso ao longo da tese desde que a entendamos como contexto e não no seu sentido ontológico.

Então, denominamos violência urbana aquela que se dá em contextos urbanos (marcados pela desigualdade e alta densidade populacional), por práticas que ocorrem no âmbito da relação social (interpessoal e na comunidade), exercida por um estranho, cuja natureza pode envolver a violação física, sexual, psicológica e privação (sequestros, por exemplo). Vale ressaltar que, adicionada às características acima, julgamos fundamental a inclusão dos fatores “imponderabilidade” e “aleatoriedade” na dimensão urbana da violência.

Comumente atribuímos o termo “criminalidade para nos referirmos a práticas violentas. Crime pode ser definido como uma modalidade de ação que apresenta intensa reprovação social, por contrastar violentamente com valores ou interesses do corpo social. Em termos jurídicos, crime é ação ou omissão típica, antijurídica e culpável. Típica por depender do tipo penal já previamente estipulado em lei, descrevendo minuciosamente a conduta incriminada; antijurídica por contrariar frontalmente o Direito e a ordem jurídica vigente que lhe dá dinâmica e concisão; e culpável por ser capaz de ser imputada à pessoa que cometeu o comportamento juridicamente reprovável. Resumidamente, podemos concluir que crime é toda ação ou omissão proibida pela lei, sob ameaça de pena (ALEXANDRE, 2003)

Portanto, ao empregarmos o termo “criminalidade violenta”, estaremos nos referindo às práticas violentas em contextos urbanos que violam os princípios previstos na lei penal<sup>8</sup>. Mas também optamos pelo termo “criminalidade” por estar implícita a dimensão da Justiça. Como instituição que deveria zelar pela segurança da população, sua omissão ou eficácia está diretamente ligada à manutenção da confiança nas instituições e, por conseguinte, na redução ou alimentação da insegurança.

---

<sup>8</sup> Quando situações de violência encontram visibilidade na mídia, elas são tratadas como crimes por aparentar violar a lei criminal cuja penalidade é prevista (REINER, LIVINGSTONE, & ALLEN, 2000).

Nosso contato com a criminalidade não necessariamente deriva de uma experiência direta, mas de influências culturais mais amplas (FUREDI, 2006).

Nas palavras de Michaud:

*O sentimento de insegurança, que se encontra no coração das discussões sobre o aumento da violência, raramente repousa sobre a experiência direta da violência. Ela corresponde à crença, fundada ou não, de que tudo pode acontecer, de que devemos esperar tudo, ou ainda de que não podemos mais ter certeza de nada nos comportamentos cotidianos. Aqui, novamente, a imprevisibilidade, caos e violência estão juntos (MICHAUD, 1986, p. 13).*

Tais influências culturais se manifestam na fluidez e circulação de várias modalidades discursivas. Nas conversas do cotidiano, por exemplo, podemos ter contato com alguém que viveu ou testemunhou um episódio violento ou ainda por meio de distintos meios eletrônicos como a mídia escrita, televisiva ou internet (HEINER, 2010). Todas estas fontes discursivas fazem circular vários repertórios que possuem história e podem ser atualizados nas diversas práticas nas quais nos inserimos.

Se a insegurança pode ser alimentada por experiências diretas ou indiretas com a criminalidade, o mesmo ocorre com as notícias sobre crime veiculadas nos meios de comunicação, pois, segundo Wieviorka (2006), a mídia exerce um papel decisivo nesse processo por produzir as categorias que moldam o sentimento de insegurança:

*Ela hierarquiza os fatos, ignora ou subestima alguns, supervalorizando outros; propõe os termos para nomear os fatos; desqualifica certos grupos ou espaços; introduz ou suprime elementos da atualidade em função de determinantes que lhe são próprias, etc (op cit, p. 257)*

Ademais, a mídia ocupa um lugar privilegiado por trazer para a arena de discussão diversos problemas sociais e por produzir versões acerca dos fatos que lhe conferem um caráter realista. São muitas as discussões que buscam problematizar a influência da mídia no comportamento das pessoas. Há uma ampla literatura nacional e internacional abordando a questão, sobretudo ao seu papel criminogênico em geral e a conseqüente cultura do pânico por ela instalada.

Por oferecer alguns motivos pelos quais devemos sentir o que sentimos, a mídia se converte numa espécie de ponte que nos permitirá conectar tanto a

temática da violência quanto o sentimento de insegurança que buscamos investigar.

A eficácia do discurso midiático reside em transformar algo que é “construído” em algo que é “descoberto” (SHOTTER, 2002) fornecendo descrições objetivas e literais e transformando eventos em espelhos da realidade (POTTER, 2005). Esta transformação ocorre pela utilização e arranjo de vários dispositivos, dentre eles os dados estatísticos sobre violência<sup>9</sup>, falas de profissionais representantes de saberes especializados e depoimentos das vítimas em histórias carregadas de drama. Seu poder de captar a atenção vai depender de como as estratégias são organizadas e dispostas numa narrativa, cujo efeito fará que acreditemos se tratar de representação de uma realidade, quando na verdade são versões culturalmente determinadas (JEWKES, 2008).

Assim, as histórias por ela contadas recebem suporte do que a semiótica social denomina de *recursos semióticos*, ou seja, imagens, sons, falas, imagens computadorizadas, entre outros (LEEWEN, 2005). A utilização e combinação desses recursos, associadas ao uso de termos, expressões, metáforas, podem produzir maior ou menor *efeitos de verdade*. Em outras palavras, para que possamos nos identificar com as informações presentes numa notícia, elas necessitam demonstrar que o que está sendo veiculado pelo menos “pareça verdadeiro” (CHARAUDEAU, 2009, VOLLI, 2000).

Dentre as diferentes mídias, optamos pela televisão, pois, de acordo com Wieviorka, ela *molda nossas representações da insegurança e joga com nossos afetos, a ponto que se pode ter, por vezes, a impressão que ela vai muito além de sua responsabilidade aceitável* (2006, p. 265). Sem dúvida, a televisão é o veículo de maior presença nos lares brasileiros, 24 horas por dia porque, além de seu acesso ser mais democrático que outras mídias (com exceção do rádio) e sua

---

<sup>9</sup> Sobre os dados estatísticos em particular, ocorre o que Leewuen (2005) denomina de *transferência de gênero*, ou seja, a importação de uma determinada prática social (dados estatísticos provenientes de publicações científicas) para outra (discurso midiático). Isto comumente ocorre porque estatísticas assustadoras recebem maior cobertura jornalística do que dados positivos (BEST, 2004). Neste trâmite, escolhas e decisões são igualmente feitas para que a notícia atinja seu público alvo. Contudo, Joel Best (1999, 2003) e outros autores (WIEVIORKA, 2006, GLASSNER, 2003, GARDNER, 2009, por exemplo) nos lembram que dados estatísticos são construídos por pessoas e que uma cautela contra a adoção cega a esses dados deve estar presente em nossas reflexões.

discursividade não se resumir à comunicação verbal, inclui imagens que, articuladas com discurso verbal, alcançam um poder performático e de convencimento tão relevante quanto a comunicação estritamente verbal ou escrita<sup>10</sup>.

Os diferentes programas de televisão seguem cada um sua linha editorial que prioriza a mobilização de emoções, enquanto outros, digamos mais convencionais, procuram fornecer informações mais formais, mais secas. Na medida em que um fenômeno assume contornos pelas descrições que fazemos dele (RORTY, 1997), consideramos então que determinados estilos jornalísticos presentes na construção discursiva da notícia, podem produzir efeitos diferentes. Essa discussão será pormenorizada no segundo capítulo.

Portanto, partindo do pressuposto de que notícias sobre criminalidade violenta veiculadas em telejornais alimentam um sentimento de insegurança pelo uso de estratégias discursivas que tenham por objetivo produzir efeitos de verdade; e considerando que efeitos de verdade podem ser potencializados na articulação entre diversos recursos semióticos, objetivamos neste estudo:

- Demonstrar como as notícias sobre criminalidade violenta alimentam o sentimento de insegurança por meio de estratégias discursivas que acionam as dimensões da insegurança;

Como **objetivos específicos**, buscamos:

- Entender como o uso e articulação de recursos semióticos como imagem e linguagem verbal produzem efeitos de verdade em telejornais;
- Compreender como esses “efeitos de verdade” são acionados em relação às dimensões da insegurança;

---

<sup>10</sup> A noção de linguagem que adotamos neste estudo está ancorada na perspectiva epistemológica sócio-construcionista. A adoção de uma postura construcionista nos permite conceber a realidade como artefato social, produto de práticas sociais histórica e culturalmente localizadas (GERGEN K. J., 1999). Rejeita, assim, uma visão essencialista e naturalizante dos fenômenos sociais, por conceber tanto o sujeito como o objeto, tanto o conhecimento como seus critérios de validação como resultado de um processo de construção, cuja centralidade se dá pelo uso performático da linguagem (IBÁÑEZ, 1994). Radicaliza, portanto, tanto a natureza social de nosso mundo como a historicidade de nossas práticas e de nossa existência.

Não pretendemos, portanto, propor um estudo sobre a mídia televisiva no que diz respeito aos contextos de produção, circulação e recepção (como orientam os vários estudos que adotam a dimensão midiática como foco de estudo). É certo que precisamos entender quais são as regras que orientam a construção de uma notícia, pois elas nos ajudarão a compreender em que bases as escolhas são feitas. No entanto, as análises que fizemos sobre o material empírico ao longo deste estudo não foram produto da percepção do público receptor.

Trata-se de uma interpretação nossa, portanto subjetiva, mas sustentada pelo aporte teórico que legitima as nossas hipóteses e pela visibilidade de todo o processo de pesquisa. Pesquisar os sentidos atribuídos pelo público receptor demandaria de nós a elaboração de outro desenho metodológico que incluísse observações etnográficas em contextos de interação.

Ao longo do processo de pesquisa, à medida que se configurava o foco deste estudo, diversas fontes foram garimpadas. O caráter processual, dialógico e reflexivo do fazer pesquisa permitia reconfigurações do nosso objeto de estudo porquanto novas leituras ou novas fontes estavam sendo coletadas e analisadas (SPINK P. , 2003).

Esse percurso resultou em um acervo considerável, embora parte dele não tenha se convertido no principal objeto de análise do nosso estudo. Contudo, sem torná-lo foco de análise, consideramos válida sua inserção nas discussões que se seguirão ao longo do texto, pois ele nos ajudará a ilustrar os argumentos apresentados nos capítulos teóricos e nas discussões analíticas.

Descreveremos a seguir as fontes coletadas em ordem cronológica e as respectivas justificativas para sua utilização no decorrer dos capítulos teóricos.

***1. Levantamento sobre tipos de crime publicados em notícias ou reportagens no Jornal Folha de S. Paulo, no período de 21 de agosto a 21 de setembro de 2008.***

Realizamos esse levantamento de modo a identificar quais eram os principais crimes relatados na mídia impressa e utilizamos, para isso, o Jornal Folha de S. Paulo. Na época, não havíamos focado na mídia televisiva, mas o resultado desse levantamento nos possibilitou identificar qual era o caderno que

oferecia maior cobertura sobre criminalidade e quais crimes ocupavam o maior número de reportagens e notícias. Justificamos a utilização desses dados neste estudo uma vez que eles ilustram o poder da mídia em nomear e tipificar crimes. Os procedimentos para a coleta desses dados e sua discussão estão apresentados no capítulo 2.

***2. Levantamento sobre a utilização de números ou dados estatísticos em notícias sobre criminalidade no jornal Folha de S. Paulo, no período de 1º de junho a 2 de dezembro de 2009.***

Tal sondagem nos permitiu entender como o uso de dados estatísticos, associados a depoimentos, histórias e imagens, ganham poder de atração. Os procedimentos adotados e discussão também foram abordados no capítulo 2.

***3. Três grupos focais:***

No segundo semestre de 2009, foram realizados três grupos focais com o intuito de compreender o lugar que a mídia ocupava como fonte de informação sobre criminalidade; os efeitos que essas notícias produziam nos participantes; e as estratégias utilizadas para lidar com a exposição a essas notícias. Embora riquíssimo, optamos por não fazer uma análise discursiva desse material, em razão do atual desenho de pesquisa. Todavia, apresentamos depoimentos de alguns participantes a título de ilustração nos capítulos 2 e 3. Os procedimentos envolvidos na construção dos grupos estão no Anexo, item 6.1.

***4. Entrevista com jornalistas, sendo dois da mídia impressa e um da mídia televisiva.***

Buscando entender o processo de construção de notícias sobre crime, entrevistamos dois jornalistas envolvidos diretamente neste ofício: o jornalista Bruno Paes Manso, do Caderno Metrôpole do Jornal O Estado de São Paulo e o jornalista Wagner Império, repórter do telejornal “Brasil Urgente” da Rede Bandeirantes de televisão. Não analisamos minuciosamente as entrevistas pelas

mesmas razões referidas no caso dos grupos focais. Seus depoimentos são apresentados nos capítulos 2 e 3, e os procedimentos para a entrevista podem ser observados no Anexo, item 6.2.

Os participantes dos grupos focais e os jornalistas entrevistados permitiram a utilização do material por meio da assinatura do Termo de Consentimento Informado e Esclarecido, aprovado pelo Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. No caso dos jornalistas, eles autorizaram que seus nomes fossem divulgados.

Feitos esses esclarecimentos, esta tese está estruturada da seguinte maneira:

No capítulo 1 apresentamos os conceitos teóricos que nos permitiram compreender a emergência do sentimento de insegurança na contemporaneidade, como também as conceitualizações sobre o desenvolvimento emocional infantil. A articulação desses aspectos teóricos nos possibilitou destacar as dimensões da insegurança que vivemos na atualidade.

No capítulo 2 configuramos a mídia como uma prática discursiva e introduzimos os conceitos que compõem esta discursividade, a saber, as noções de repertórios interpretativos, dialogicidade, posicionamento e o conceito de multimodalidade. Discutiremos as regras presentes na produção de notícias sobre crime na mídia e como ela evidencia as dimensões da insegurança apresentadas no capítulo anterior, por meio de adoção de estratégias de convencimento.

Os procedimentos relacionados à nossa hipótese de trabalho são apresentados no capítulo 3. A partir das dimensões da insegurança e por meio das unidades da análise discursiva discutidas no capítulo 2, demonstramos como a mídia alimenta um sentimento de insegurança, analisando três reportagens sobre criminalidade.

No capítulo 4 apresentamos as reflexões finais deste estudo.

# Insegurança na Contemporaneidade: confiança, risco e pessoalidade

Para convivermos com um nível de ansiedade administrável em nossas práticas sociais cotidianas, precisamos confiar, em alguma medida, nas pessoas e nos objetos do mundo. Seja no encontro com o outro (eu preciso confiar em que esse outro não me fará mal), seja em sistemas especializados (confiamos em que um piloto nos levará ao nosso destino ou em que as decisões de um médico serão as mais adequadas<sup>11</sup>), seja na tradição.

Essa confiança, que nos permite caminhar de forma relativamente segura, é uma espécie de combustível para o que Giddens denomina de “segurança ontológica”<sup>12</sup>: um fenômeno emocional que contempla a incorporação da confiança que a maioria dos seres humanos tem na continuidade de sua autoidentidade e na constância dos meios social e material. Além disso, ela está relacionada com as estratégias para lidar psicologicamente com os riscos por referências a critérios morais ou existenciais (LUPTON, 1999).

Portanto, quando a confiança de alguma forma é rompida pelo surgimento de novas percepções de riscos, sentimo-nos vulneráveis e inseguros, pois nosso “casulo” protetor foi ameaçado. Essa sensibilidade ou as bases que nos levam a relativizar nossa confiança no outro é resultado de um processo de aprendizagem emocional contínuo, originado nos primeiros vínculos emocionais desenvolvidos na infância com nossos cuidadores (ou outro significativo) (GIDDENS, 2002).

---

<sup>11</sup> A esse tipo de saber especializado, Giddens chama de “sistemas abstratos”.

<sup>12</sup> A utilização do termo “insegurança ontológica” recebeu inspiração nos estudos de Ronald D. Laing (1975). Em seu trabalho intitulado *“O eu dividido: estudo existencial da sanidade e da loucura”*, o autor dedica-se ao estudo da insegurança com base nos pressupostos da corrente fenomenológica existencial. Neste, Laing argumenta que uma pessoa que se sente segura do ponto de vista ontológico, enfrentará todos os riscos da vida, por meio de um consistente senso da própria realidade e identidade, ao contrário daquela que, em virtude da falha nessa posição existencial, encontra-se totalmente carente de certeza óbvia e indiscutível.

Quando a falta de confiança é reiteradamente alimentada, adotamos uma atitude de reserva com nossos pares, com as instituições, com os conhecimentos peritos e com aquilo que é desconhecido. Então, a maneira como percebemos algo ou alguém indignos de confiança se dá pelo constante embate entre confiança e risco cujo resultado é algum tipo de prejuízo, ou pelo menos, sua possibilidade iminente.

As vicissitudes da pós-modernidade teriam, pois, o potencial de ampliar tal sentimento de vulnerabilidade, em razão das instabilidades que nos acometem todos os dias em relação a possíveis riscos que temos de assumir, queiramos ou não.

Objetivamos neste capítulo, portanto, apresentar alguns conceitos relacionados ao desenvolvimento emocional infantil para compreendermos teoricamente como se inaugura o sentimento de insegurança no que Berger e Luckman (1985) chamam de socialização primária. Avançaremos essa discussão com as ideias desenvolvidas por George H. Mead acerca da constituição do *self*, cujos pressupostos serão fundamentais para entendermos de que modo os diferentes significados sociais são construídos nas interações sociais, dentre eles a insegurança e a confiança, e o processo de identificação que nos permitirá conhecer por que somos tocados pelos agravos sofridos por outras pessoas (vítimas em notícias sobre crime, por exemplo).

Dando sequência a essa exposição, discutiremos como a noção e o agenciamento do risco vinculados à criminalidade são incorporados reflexivamente na biografia do sujeito, por meio de práticas que envolvam a minimização do sentimento de vulnerabilidade.

## **1.1. Confiança em uma perspectiva psicossocial**

---

*— Contenha-se! Suplico-lhe que me ouça, antes de pretender descarregar todo o seu ódio contra mim. Não basta o que tenho sofrido, e você ainda procura aumentar-me a desgraça? A vida, embora não tenha sido para mim mais do que um calvário, é meu único bem, e eu a defenderei. Lembre-se de que me fez mais poderoso do que você mesmo. Sou bem mais alto, meus músculos são mais rijos. Mas não me deixarei levar pela tentação de um*

*confronto com você. Sou sua criatura e saberei manter minha condição de sujeição e docilidade para com meu senhor natural, desde que também desempenhe seu papel e resgate sua dívida comigo. Parece esquecer, Frankenstein, que me deve a mesma igualdade de tratamento que dispensa a seus semelhantes, e que tenho direito à sua clemência e mesmo ao seu afeto. Lembre-se de que é meu criador. Quanto a mim, em vez de um novo Adão, sou o anjo decaído que você priva do direito à alegria, sem que me caiba culpa. De todas as benesses de que tenho conhecimento, eu sou sempre irrevogavelmente excluído. No entanto, eu era bom e compreensivo. Foi a desgraça que me converteu em demônio. Devolva-me a felicidade e voltarei a ser virtuoso.*

(Frankenstein, de Mary Shelley)

Os exageros que uma obra ficcional comporta e permite não devem necessariamente nos distanciar de algo que é fundamentalmente humano: nosso sentimento de desamparo e insegurança. O que nos aproxima dessa obra é o fato de reconhecermos em nós, ainda que sob diferentes graus e situações, um sentimento de vulnerabilidade em nossa trajetória como pessoa.

Talvez o que haja de mais fantasioso nessa clássica obra de ficção não é a natureza da concepção do monstro, mas seu acesso a uma interioridade profunda, cujo trabalho lhe permitia constatar a tamanha vulnerabilidade e a insegurança que habitavam sua existência. Reconhecendo ter sido rejeitado pelo seu criador, Doutor Victor Frankenstein, e posteriormente excluído por outros por causa de sua aparência, o monstro passa a nos oferecer uma descrição primorosa do que significa o desamparo e a ausência de um suporte que poderia ter sido oferecido pelo seu criador.

Nem todas as inseguranças que sofremos são resultantes da mesma exclusão sofrida pelo monstro, mas certamente há uma falha nos vínculos que estabelecemos com nossos cuidadores para explicar a origem do nosso desamparo. Trata-se de uma falha muitas vezes não intencional ou consciente, mas resultado de uma falta de sintonia entre as necessidades do bebê com os recursos que a mãe ou seu meio dispõem para lidar com as demandas afetivas do infante.

### 1.1.1. Donald Winnicott e a confiança básica

Na obra de Donald Winnicott, a qualidade da relação entre mãe e bebê ocupa um lugar central e a questão da segurança, como resultado de um vínculo de confiança, é sobremaneira decisiva para a saúde de uma pessoa. Sem uma confiabilidade ambiental mínima, o crescimento pessoal da criança não pode se desenrolar, ou desenrola-se com distorções (WINNICOTT, 1993).

*Esperamos que cada (criança) aos poucos adquira um sentido de segurança. É necessário que se edifique, no interior de cada criança, a crença em algo que não seja apenas bom, mas seja também confiável e durável, ou capaz de recuperar-se depois de se ter machucado ou mesmo perecido. O problema é: como se desenrola a construção desse sentido de segurança? O que conduz àquele estado satisfatório em que a criança tem confiança nas pessoas e objetos que a rodeiam? O que suscita aquela qualidade que chamamos de auto-confiança? (WINNICOTT, 1993, p. 44)*

O bebê, quando vem ao mundo, precisa da ajuda da mãe para se desenvolver, pois nas primeiras semanas de vida, em razão de sua imaturidade física e psíquica, ele necessita de cuidados e apoio, sem os quais seu desenvolvimento se tornaria distorcido pelas circunstâncias desfavoráveis.

Nesse caso, a adaptação da mãe em relação às necessidades específicas de cada criança não deve ocorrer de forma burocrática, teórica ou rígida. O processo de “cuidar” exige dela uma relação viva, espontânea e pessoal com as demandas desse bebê. Para Winnicott, na maioria dos casos, essa relação está presente quando podemos observar uma mãe identificando o tipo de choro, conectando-se com uma necessidade específica do bebê, que, para um observador estranho, poderia não ser decifrável.

Quando essa qualidade de relação é instaurada, a mãe livra o bebê de intrusões indesejadas de um mundo que não pode ser totalmente conhecido ou compreendido por ele. O bebê precisa ser embalado, alimentado, mantido numa temperatura correta, ser decifrado em relação às suas necessidades e, quando o cuidado lhe é oferecido, um cuidado suficientemente bom, a criança começa a viver uma vida pessoal e individual. Esse vínculo proporcionará uma espécie de inoculação emocional (casulo protetor) forjado por uma confiança básica. A confiança na presença da mãe e a fé em seu retorno diante de sua ausência

contribuem para que a criança desenvolva um sentimento seguro em relação ao mundo.

No entanto, se essa mãe não consegue se conectar a essa criança em relação às suas necessidades básicas, esta se sentirá *segurada de um modo inseguro* (WINNICOTT, 2000). O sentimento de insegurança daí resultante é atribuído à falha em dar apoio vital contínuo que faz parte da maternagem.

*O bebê que conheceu a segurança nesse primeiro estágio passa a levar consigo a expectativa de que não será “decepcionado”. As frustrações – bem, estas são inevitáveis; mas ser decepcionado por uma pessoa de confiança – isso nunca! (WINNICOTT, 1993, p. 46)*

Mas como o próprio Winnicott destaca, as frustrações são inevitáveis e quebras de confiança farão parte do desenvolvimento da criança, na medida em que ela, de certa forma, precisa das falhas para exercer o seu potencial criativo. Daí a expressão “mãe suficientemente boa”. Suficiente porque é impossível ser boa totalmente, boa no sentido de antecipar quaisquer ameaças à criança.

Mesmo com um sentimento de segurança instalado, a criança inicia uma batalha contra essa própria segurança. Ou seja, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que se diz que uma criança precisa de segurança, esta não deve servir como uma espécie de prisão, mas estimulá-la a buscar liberdade; caso contrário, seria o mesmo que afirmarmos que um prisioneiro precisa da prisão para se desenvolver.

No referido processo maturacional, a mãe começa a abrir espaço para o mundo, e a criança aproveita todas as oportunidades para explorar o ambiente que encontra pela frente, expressando-se livremente. Os controles ainda são necessários, tanto em relação a possíveis acidentes, quanto àqueles que envolvem a disciplina. Torna-se determinante, pois, que os pais aceitem a atitude desafiadora da criança como um espaço criativo em desenvolvimento.

Assim, uma criança pode sair do colo da mãe para explorar o espaço, mas ela só alcança até uma área maior. A criança mais velha foge de casa, mas vai somente até o portão. Trata-se de um uso da liberdade que está ancorada na certeza da provisão e na segurança da família. “É possível voltar e pedir ajuda” quando as circunstâncias se tornarem potencialmente inseguras, o que conferirá à criança um sentido de segurança mesmo diante da insegurança mais manifesta.

Portanto, para Winnicott, a unidade não é o sujeito, mas é o contexto ambiente-sujeito. O centro de gravidade do ser não surge no sujeito, porém se encontra na situação global, por meio de um cuidado suficientemente bom, mediante as técnicas da sustentação e do manejo geral das necessidades da criança. Dessa forma, o cuidado inicial materno é transformado em cuidado oferecido por ambos os pais que, por sua vez, é transferido para avós, primos e outros sujeitos que adquirem o *status* de parentes. Dessa forma, a vida social passa a ser uma extensão dos cuidados da família.

Por outro lado, as crianças têm necessidade de testar se podem confiar em seus pais. Carregam um sentido de segurança que é a todo o momento reforçado pelos testes que aplicam a eles, aos familiares, aos professores e, posteriormente, a todas as pessoas com as quais convivem.

As conceituações supracitadas são importantes neste estudo porque elas nos mostram que, no desenvolvimento de uma pessoa, incluído aí o desenvolvimento de uma relação de confiança, podem-se incorporar falhas do ambiente, desde que estas últimas não se sobreponham à estabilidade conquistada nas relações com os cuidadores.

Por causa do desenvolvimento de nosso potencial é que podemos lidar com os riscos que nos ameaçam, sem nos deixarmos ser tomados por eles. Quando isso ocorre, sugere-se que a falta de confiança no ambiente (instituições, saberes e pessoas) está fragilizada, por esta confiança nas pessoas ou em si mesmo não ter sido devidamente desenvolvida, ou as circunstâncias dos riscos, renovados e atualizados constantemente, serem potencialmente mais desestabilizadores do que imaginamos ou com o que podemos lidar.

### **1.1.2. George H. Mead: a constituição do *self***

As conceituações de George H. Mead, as quais constam de sua obra *Mind, Self and Society*, acerca da constituição do *self*, nos permitem compreender como nos tornamos sujeitos sociais e como ocorre o processo de identificação em situações em que podemos “nos colocar no lugar do outro”.

Para Mead, nosso *self* não é um atributo com o qual tenhamos nascido; é um produto de interações e internalizações de ações sociais dotadas de significado que, uma vez organizadas, nos possibilita sermos membros participantes de uma sociedade. A partir das interações sociais das quais participamos desde o nosso nascimento, construímos os significados intersubjetivos das ações sociais, das normas culturais, da maneira como nos concebemos e concebemos o outro.

Esse processo se estabelece em três etapas do nosso desenvolvimento. Num estágio preparatório, poderíamos dizer que nossa percepção do *self* é passiva, pois é o período em que internalizamos as atitudes que os outros demonstram em relação a nós.

*O choro de uma criança com medo a faz buscar seus pais, que por sua vez adotam um comportamento encorajador como parte da proteção parental. Este gesto vocal ocasionado pelo medo ativa o gesto correspondente de proteção por parte desses pais (MEAD, 1962, p. 364).*

Por gesto vocal, Mead refere-se ao uso da linguagem num ato comunicativo, cujas palavras, expressões e objetos de significação são compartilhados com o outro da relação. Dessa forma, um gesto vocal (como qualquer outro gesto) serve como estímulo para que o outro se engaje numa ação social. Na citação acima, o gesto vocal “choro”, carregado de significado (dor, medo) aciona nesses pais o gesto complementar de proteção. Por sua vez, o gesto dos pais é internalizado pela criança, que passa agora a estimular a si própria produzindo sons (choro) para desencadear nos pais a mesma resposta. Assim, no caso em que essa proteção não ocorre, quando o gesto vocal do bebê provoca outra reação que não o cuidado, este deverá adaptar suas necessidades a esses contingentes ambientais (digamos, inseguros). Esse procedimento nos permite conjecturar que os significados que emergem numa relação que não se pauta pelo acolhimento e segurança promovem a internalização de um mundo social pouco confiável.

O período de dependência do bebê, durante o qual seus interesses se centram na sua relação com aqueles que cuidam dele, lhe dá uma excelente oportunidade de reproduzir esse papel em relações ulteriores. Em suma, a nossa noção de pessoa começa a se assentar, fundamentalmente, nas respostas dos outros em relação a nós.

Num segundo estágio, a criança passa a reproduzir a reação dos outros em relação a ela própria. Agora, quando ela realiza um gesto vocal, seu endereçamento não remete à alteridade somente, mas também a ela mesma, que escuta e reage como o outro deverá reagir.

O *self* adquire, assim, uma flexibilidade modesta, mas que possibilita à criança assumir o lugar do outro, e isto é constatado por meio das brincadeiras infantis, nas quais ela representa ações internalizadas de outros significativos (pais, cuidadores). Ela é a “mãe”, “o pai”, “o profissional”. Ou seja, assume o lugar desse outro e seu diálogo com uma boneca, por exemplo, é a encenação da reação da mãe a ela, e assim respectivamente.

No terceiro estágio de desenvolvimento, o *self* se organizará de forma mais complexa, isto é, por meio de sua atuação em jogos. Diferentemente das brincadeiras infantis, em que papéis individuais são desempenhados, no jogo, a criança precisa não só antecipar a reação de uma pessoa, mas de todos os envolvidos (algo que ela faria se estivesse no lugar de cada um).

Assim, ela antecipa qual a reação que cada jogador espera diante de sua ação, como por exemplo, chutar uma bola. Ela deverá saber também as consequências e reações que despertarão nos outros jogadores, caso ela chute a bola para fora do campo. Quando a criança atinge esse estágio de desenvolvimento do *self*, ela está apta a internalizar os valores e normas não só de uma pessoa, mas de uma sociedade ou comunidade, denominado por Mead de “**outro generalizado**”.

*Se o sujeito, pelo fato de aprender a assumir as normas sociais de ação do outro generalizado, deve alcançar a identidade de um membro socialmente aceito de sua coletividade, então tem todo o sentido empregar para essa relação intersubjetiva o conceito de “reconhecimento”: na medida em que a criança em desenvolvimento reconhece seus parceiros de interação pela via da interiorização de suas atitudes normativas ela própria pode saber-se reconhecida como um membro de seu contexto social de cooperação (HONNETH, 2003, p. 136).*

A organização dessas respostas sociais torna possível para o sujeito despertar em si próprio não só uma resposta singular do outro, mas a resposta de uma comunidade inteira. Portanto, esse “outro generalizado” pode ser entendido como um “outro abstrato”, que não se circunscreve somente às pessoas específicas.

*Existe o que eu chamo de “atitudes sociais generalizadas” as quais tornam a organização do self possível. Na vida comunitária existem certas maneiras de agir sob situações as quais são essencialmente idênticas, e essas maneiras de agir da parte de qualquer um são aquelas as quais provocamos nos outros quando nós tomamos certos caminhos. Se defendemos nossos direitos, nós demandamos uma resposta definida justamente porque eles são direitos universais – uma resposta a qual todo mundo deveria, e talvez irá dar. [...] Existe, então, uma série inteira de respostas comuns na comunidade na qual vivemos, e tais respostas são o que denomino de “instituições”. A instituição representa uma resposta comum da parte dos membros da comunidade a uma situação particular. Esta resposta comum é aquela, certamente, que varia com o caráter do indivíduo. No caso de um roubo, a resposta do delegado é diferente daquela do advogado, do juiz ou jurados, e assim por diante; contudo todas são repostas que mantêm uma propriedade, e que envolve o reconhecimento da propriedade de direito nos outros. Existe uma resposta comum nas mais variados formas. E essas variações [...] têm uma organização que dá unidade a essa variedade de respostas. Alguém pede ajuda ao policial, alguém espera que o defensor público aja, espera-se que a corte e seus vários funcionários conduzam o processo de julgamento do criminoso. [...] Quando lançamos mão de tais atitudes, nós estamos tomando a atitude do que eu denomino de “outro generalizado” Este conjunto organizado de respostas está relacionado a cada um de nós; se alguém desperta em si um conjunto de resposta, ele está implicitamente as despertando nos outros também (MEAD, 1962, pp. 261-262).*

Ora, estes saberes institucionais não são desvinculados dos saberes da tradição. Em contextos atuais, a tradição, que deveria oferecer um mapa seguro em relação a hábitos, valores e qualidade das relações humanas foi constantemente enfraquecida com o advento da globalização (BAUMAN, 2007b). Logo, o *self* deverá incluir a dimensão institucional desse outro generalizado, tendo em vista que ele é atravessado também por injustiças, riscos, individualismos e fragilidade dos valores morais.

O “outro generalizado”, além de ser representado por meio de saberes institucionalizados, pode assumir ainda a forma de objetos ou conjunto de objetos, inanimados ou não, humanos ou animais, desde que eles adquiram significado nas relações sociais nas quais nos engajamos. Podemos citar como exemplo os bancos destinados a idosos, gestantes ou deficientes físicos nos trens do metrô. A sua materialidade, com sua cor específica, é um ponto de contato de uma série de normas sociais, bons costumes, educação e obrigação legal do cidadão.

A ampliação do “outro generalizado” será relevante, quando discutirmos a mídia no próximo capítulo. Se esse outro abstrato for um amálgama de normas,

regras, significados culturais e nos fornecer parâmetros para coordenarmos as nossas ações, poderemos atribuir à mídia este caráter de outro generalizado por ser uma discursividade que produz visões de mundo e legitima certas práticas. Como o processo de socialização nunca cessa, nossa constituição de *self* é reiteradamente influenciada (para o bem ou para o mal) pela discursividade midiática.

Vale lembrar que para pertencer a um grupo social, uma pessoa precisa reproduzir gestos, valores e símbolos compartilhados pela coletividade na qual se insere. No entanto, ela também se afirma como sujeito autônomo. Assim, por meio da capacidade de desencadear em si o significado que a própria ação tem para o outro, ao mesmo se abre a possibilidade de considerar-se a si mesmo como um objeto social das ações de seu parceiro de interação. Por que objeto?

Porque neste processo de avaliar e pensar sobre as próprias ações, o sujeito só pode realizá-lo se considerar o seu *self* como objeto, pois é ele que reflete as reações dos outros (significativos e generalizados).

*Se um sujeito influi sobre seu parceiro de interação por meio de seu gesto vocal, ele é capaz ao mesmo tempo de desencadear em si mesmo a reação dele, visto que sua própria expressão é perceptível a ele próprio como um estímulo vindo de fora; mas por isso seu gesto vocal, a que ele pode reagir da mesma maneira que qualquer outro ouvinte contém para ele o mesmo significado que possui para seu destinatário (HONNETH, 2003, p. 129).*

Ademais, o que chamamos de autoconsciência, ou atitude reflexiva, só pode ocorrer quando a pessoa se debruça sobre aquilo que é objeto de sua observação ou reflexão: o *self*. A este aspecto do *self*, Mead denominou de “Me” em contraposição a sua outra dimensão: o “Eu”. O “Me”, portanto, representa o grupo de atitudes do outro generalizado, e a pessoa só pode ter consciência de si na posição de objeto. Portanto, o “Me” representa a imagem que o outro tem desta pessoa.

Por sua vez, cabe ao “Eu”, como fonte não regulamentada de todas as ações sociais, ser o responsável pelas respostas criativas aos problemas práticos da vida do sujeito. Daí seu caráter autônomo. O “Eu” assumiria a instância crítica, aquela que se debruça sobre o “Me” para avaliar e coordenar futuras ações. O “Eu” também é aquele que responde, de forma imediata e espontânea, às reações do outro generalizado. Poderíamos qualificá-lo como uma instância criativa ou que

contesta o *status quo* social. Daí podemos conceber o pensamento como um diálogo interno em que o “eu” observa, reflete e avalia os gestos do “me”. Quanto mais forte for o “eu”, mais autônomo se torna o caráter da pessoa. A força do “Eu” se caracteriza pela capacidade e presteza de colocar em teste as pressões internalizadas pelo “Me”. Desta forma, para Mead, o “Eu” nunca é objeto de reflexão.

*O self é ambos o “Eu” e o “Me”; o “Me” prepara a situação na qual o “Eu” responde. Ambos estão envolvidos no self, e aqui cada um apóia o outro (MEAD, 1962, p. 245).*

E esta resposta do “Eu” deverá trazer uma novidade para o sujeito. Por isso, Mead coloca o “Eu” como uma instância que não sofre reflexão, mas é protagonista de mudanças e contestações ao “Me” (outro generalizado). Esta característica do “Eu” é fundamental para entendermos as mudanças sociais e as do próprio *self*, sem a qual não poderíamos nos posicionar diferentemente ante as normas sociais. Uma vez que esta nova posição de sujeito emerge, ela é organizada e incorporada reflexivamente na biografia do sujeito.

Embora percebamos que todos os estágios de constituição do *self* pressupõem a ideia de identificação, dado que “internalizações” estejam no cerne desse processo, Mead apresenta ainda assim o conceito de “atitude empática” (*sympathetic<sup>13</sup> attitude*) para explicar como nos colocamos no lugar do outro e como o “Eu” age nestas circunstâncias (MEAD, 1962, 1964).

Em ocasiões em que presenciamos uma situação de sofrimento de alguém, ocorre uma identificação nossa com o outro vulnerável. Sofremos com ele, sentimos com ele. Trata-se, para Mead, de uma tendência imediata que nos toma sob tais circunstâncias. Porém, ao assumirmos a atitude deste outro (resposta ao sofrimento), nos damos conta da carga dessas emoções e para nos livrarmos dela, adotamos uma postura mais ativa que é engendrada pelo “Eu”. Podemos nos dirigir a essa pessoa e oferecer ajuda e não simplesmente ficarmos paralisados diante de seu sofrimento. O que influenciará essa atitude é justamente a diferenciação entre o “Me” e o “Eu”. Por quê? Dependendo dos significados

---

<sup>13</sup> Embora alguns dicionários traduzam “sympathetic” por “simpático”, optamos pela palavra “empático”, pois ela se assemelha mais ao sentido que o autor propõe ao termo.

vinculados a essa situação (outro generalizado), quem entrará em ação será o “Me” em conformidade com o que é esperado, ou o “Eu” como instância que inaugura uma nova postura (pelo menos para o sujeito).

Em circunstâncias em que a fragilidade de uma vítima é retratada num noticiário, essa identificação é fundamental para entendermos a alimentação da insegurança. Dependendo da natureza dos discursos midiáticos (apocalípticos, por exemplo), podemos ficar tomados pela identificação, reagindo de forma aproximada com a vítima (“Me”). A ação do “Eu” seria uma forma de proteção ou reencaminhamento do sentimento gerado por este processo.

Diante da exposição acima e considerando que o processo de socialização é contínuo, precisamos entender em que medida as condições de vida na contemporaneidade têm o poder de alimentar nosso sentimento de insegurança.

## **1.2. Vicissitudes da pós-modernidade**

---

O fenômeno da globalização, segundo Santos (2002), é caracterizado pela intensificação dos fluxos econômicos, políticos e culturais no plano mundial. Contudo, trata-se de um fenômeno multifacetado, razão pela qual muitos tendem a reduzi-lo às suas dimensões econômicas, mas que, segundo o autor, precisa ser compreendido, sobretudo, na sua dimensão sociocultural. Tal postura se explica em virtude de as influências globalizantes alterarem radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afetarem os aspectos mais pessoais de nossa existência pela crescente interconexão entre estas influências, de um lado, e disposições pessoais, de outro (GIDDENS, 1991, 2002).

Dentre os autores que abordam essa questão e que traremos para este diálogo, estão presentes Bauman (Modernidade Líquida), Young (Sociedade Excludente) e Beck<sup>14</sup> (Sociedade de risco), além de Giddens.

---

<sup>14</sup> Marcelo Lopes de Souza, autor de “Fobópole”, considera que o trabalho de Ulrich Beck deixa o problema da criminalidade nas grandes cidades fora de suas reflexões sobre riscos, privilegiando somente aqueles ligados a questões nucleares, virtuais, Era Cibernética e outros mais. *É como se o crescimento do sentimento de insegurança, a sofisticação das estratégias de autoproteção das camadas médias e das elites e a espiral ascendente da violência urbana fossem temas distantes da realidade dos países centrais* (SOUZA, 2008, p. 25).

Giddens (1991, 2002) considera que influências globalizantes podem ser entendidas com base na noção de encaixe/desencaixe, destraditionalização das formas de vida sociais, confiança nos sistemas peritos ou especializados e reflexividade.

Os **mecanismos de encaixe e desencaixe** envolvem a reorganização do tempo e espaço na medida em que retiram as relações sociais de seu contexto específico e as aplica em locais mais amplos, ou outros variados. Trata-se, portanto, da intersecção da ausência e presença ou o entrelaçamento de relações e eventos sociais que estão distantes dos contextos locais. Essa noção se deve ao avanço da tecnologia de informação, do desenvolvimento dos meios de transportes e, acima de tudo, da mídia eletrônica.

O mecanismo de desencaixe que importa nesta discussão são os sistemas peritos ou especializados (sistemas de excelência técnica ou competência profissional). Os **saberes especializados** ou peritos aplicam modalidades de saberes cuja validade existe para além e independente dos praticantes ou clientes que fazem uso deles. Um sistema perito desencaixa da mesma forma que uma ficha simbólica, fornecendo expectativas de garantias através de tempo-espaço, estes distanciados.

*O dinamismo da modernidade deriva da separação do tempo e do espaço e de sua recombinação em formas que permitem o “zoneamento” tempo-espacial preciso da vida social; do desencaixe dos sistemas sociais (um fenômeno intimamente vinculado aos fatores envolvidos na separação tempo-espaço); e da ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais à luz das contínuas entradas (inputs) de conhecimento afetando as ações de indivíduos e grupos (GIDDENS, 1991, p. 25)*

Uma das consequências desses mecanismos de encaixe/desencaixe é o enfraquecimento da tradição, estabilizadora de costumes e formas de vida. Ou seja, com a introdução de novas informações e saberes, os hábitos tradicionais vão dando lugar a novos estilos de vida e práticas sociais (BAUMAN, 2007a, 2007b). Porém, como as informações não cessam e elas mesmas passam por revisões, é inevitável que nunca possamos estar seguros definitivamente quanto a elas. A Modernidade está aberta à revisão constante, e o fato de os “especialistas” discordarem é um terreno fértil para as incertezas.

Este “debruçar” sobre os próprios saberes é o que Giddens chama de **reflexividade** institucional. Com o advento da modernidade, a reflexividade assume um caráter diferente. A rotinização da vida cotidiana não tem nenhuma conexão intrínseca com o passado, exceto se o que “foi feito antes” por acaso coincidir com o que puder ser defendido de uma maneira correta à luz de revisões sobre o próprio conhecimento produzido. As práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre essas próprias práticas.

Com isso, nosso horizonte em relação ao futuro torna-se atravessado pela incerteza e pela insegurança a ela associada, à proporção que as diferentes informações sobre as diversidades de estilos de vida e o dismantelamento da “ordem tradicional”, herdada e recebida (BAUMAN, 1998b), acabam por minar ainda mais a ideia de que o mundo possa ser óbvio e certo.

A angústia do sujeito pós-moderno surge perante as incertezas sobre o que o futuro reserva e diante da impossibilidade das antigas tradições conseguirem nos situarem em determinado mapa de coerência cognitiva, afetiva e social. A ideia de uma comunidade segura, de ajuda recíproca entre os seus membros, de garantia de trabalho como consequência de uma formação educacional e de igualdade de oportunidades está bem distante para os diferentes segmentos da população (BAUMAN, 2007b).

Em todas as dimensões da vida social, a noção de risco está presente. Mas o que podemos chamar de risco neste contexto? Comumente associamos a palavra risco com perigo e, não obstante ambas estejam intimamente relacionadas, elas não são a mesma coisa. O que o risco pressupõe é precisamente o perigo, e este é visto como ameaça aos resultados desejados. Não significa tampouco que hoje estamos mais expostos a perigos ou somos mais ansiosos em relação às ameaças, porém a diferença é que hoje a humanidade trouxe essas catástrofes sobre elas mesmas.

Sob essa perspectiva, cabe aos seres humanos a tarefa de controlar possíveis agravos. Nas palavras de M.J. Spink, a noção de risco *implica numa reorientação sobre as relações das pessoas com os eventos futuros, tornando-os passíveis de gerenciamento e não mais os deixando à mercê do destino* (SPINK,

M.J., 2000, p. 161). Risco, segundo Castel, é um acontecimento previsível, cujas chances de que ele possa acontecer e o custo dos prejuízos que trará podem ser previamente avaliados (2005, p. 61).

Há que se levar em conta que as discussões sobre risco se proliferaram, aumentando o rol de repertórios sobre ele. Nesse sentido, a noção do que vem a ser risco é um produto cultural e histórico, ancorado nos diversos discursos sobre o que é perigoso ou não. Prejuízos e perigos são conceitualizados como “riscos” e não como algo dado (SPINK, M.J., 2000) ou totalmente objetivo (no sentido realista do termo) (YOUNG, 2002). *O que medimos, identificamos e gerenciamos como riscos são constituídos por discursos e saberes pré-existentes (LUPTON, 1999, p. 29).*

*Os riscos não são conceitos abstratos; são fenômenos socialmente situados, definidos no âmbito de uma formação social específica, de um determinado grupo (seja este um domínio de saber, uma identidade social ou uma experiência específica como a vivência de uma doença) e por pessoas que têm uma trajetória específica. Falamos, também, de uma realidade social que é construída; que encontra sua objetividade na institucionalização das práticas, sendo estas resultantes da busca de formas de viver em coletividade (SPINK, M.J., 2000, p.160).*

No que diz respeito à criminalidade, ou mais precisamente às chances de sofrermos algum tipo de violência aleatória, nem todos os riscos são passíveis de serem calculados ou prevenidos. Daí resulta a necessidade de maior confiança nas pessoas e nos sistemas especializados. Como não podemos saber tudo e temos de diminuir nossas angústias diante do estranho e diferente, precisamos de que esses saberes nos ofereçam um casulo protetor, ainda que precário.

Esta precariedade se situa no fato de que a inflação atual da sensibilidade aos riscos faz da busca por segurança uma tarefa sem fim e sempre frustrada (CASTEL, 2005).

*Pertencer a uma determinada matriz cultural não só dá forma ao medo, mas também ajuda a gerá-lo nos indivíduos, que compartilham a certeza de que seus alarmes e modos de responder a eles operam de acordo com o coletivo do qual faz parte, incluindo a sensação de que eles são compartilhados por um amplo grupo de referência. Os atores sociais aprendem a ficar com medo, e no curso da culturalização, aprendem a lidar com este medo e seu conteúdo para responder de acordo com o que é culturalmente esperado, às vezes em total harmonia com o discurso social comum, às vezes por negociação e às vezes em pleno conflito (REGUILLO, 2002, p. 193)*

Um dos dispositivos culturais mais influentes na disseminação do risco e de como lidar com ele é a mídia, visto que inflaciona a percepção do que é perigoso. Para Young (2002), a comunicação de massa revela o que é arriscado numa escala cada vez mais ampla, em todas as áreas e partes do tecido social, aumentando nosso foco de preocupação e demanda por justiça e ordem.

*Os meios de comunicação de massa exibem uma pletera de imagens de criminalidade e desvio coletadas em todo o mundo. Essas mercadorias de mídia são caracterizadas, como toda notícia, por sua natureza atípica – são “notícia” porque surpreendem e chocam. Em sua quantidade esmagadora e característica berrante, elas devem sem dúvida causar um medo desproporcional ao risco real (YOUNG, 2002).*

Essa dinâmica social em torno do risco e das incertezas que nos acometem em relação ao que valorizamos na vida vai gerar um estado contínuo de insegurança, denominado por Giddens como “insegurança ontológica”, previamente exposto.

### **1.2.1. Confiança: ilusão ou convicção?**

As pessoas não podem mais simplesmente confiar na tradição, nos saberes locais, nas orientações religiosas, hábitos ou na observação das práticas alheias, mas é necessário que confiem nos saberes especializados os quais desconhecem. Nossa propensão a confiar, ou melhor, os sentidos construídos nas relações que nos permitem confiar nas pessoas e no mundo foram discutidos anteriormente. No entanto, cabe ainda uma pergunta: é possível confiarmos cegamente?

A confiança não é o mesmo que fé na credibilidade de uma pessoa ou sistema. Ela é o que deriva desta fé. Por quê? Porque a confiança pressupõe consciência das circunstâncias de risco, ao passo que a fé é uma crença de que as coisas permanecerão estáveis. Ou seja, a fé não comporta dúvidas (GIDDENS, 1991). Embora toda confiança seja, em certo sentido, uma confiança cega, a pessoa deve assumir parcialmente a responsabilidade e pode se arrepender de ter depositado confiança em alguém ou algo. Poderíamos dizer então que na confiança

a pessoa considera, ainda que subliminarmente, a falibilidade humana ou de um sistema. Mas há ainda outro fator.

O Apóstolo Paulo, em sua epístola aos Romanos (Rm 7:10), refere-se à relação entre a Lei divina e o pecado de uma forma particular: *Descobri que o próprio mandamento, destinado a produzir vida, na verdade produziu morte.*

Em outras palavras, para Paulo, só há pecado porque há a Lei. Sem ela, não seria possível saber quais atos são pecaminosos. Traduzindo a passagem mencionada para a relação confiança-risco, poderíamos dizer que “descobrimos que os próprios saberes especializados, destinados a produzir segurança, produziu a insegurança”. Na visão de Castel:

*Ser protegido não é viver na certeza de poder controlar perfeitamente todos os riscos da vida, mas sobretudo viver cercado de sistemas de segurança que são construções complexas e frágeis que trazem em si mesmas o risco de falhar em sua tarefa e de decepcionar as expectativas que elas suscitaram [...] A razão disto seria que o sentimento de insegurança não é um dado imediato da consciência. Ao contrário, desposa configurações históricas diferentes, porque a segurança e a insegurança estão relacionadas com os tipos de proteção que uma sociedade garante, ou não garante, de uma maneira adequada [...] Hoje ser protegido é também ser ameaçado (CASTEL, 2005)*

Para Bauman, trata-se de um ciclo que se autoalimenta.

*Cada chave extra na porta da frente em resposta a sucessivos rumores sobre criminosos de aparência estrangeira e comportamento agressivo, cada revisão da dieta em resposta ao novo “pânico alimentar” faz o mundo parecer mais traiçoeiro e assustador e provoca mais ações defensivas – que, com certeza, terão o mesmo efeito. Nossos medos se tornaram autoperpetuadores e auto-reforçadores. Também adquiriram um impulso próprio (BAUMAN, 2007b, p. 92)*

O que expusemos nos remete a duas situações corriqueiras, mas que podem iluminar esta discussão. Uma pessoa que esteja num ambiente muito quente, pode fazer uso de um leque para se abanar. Certamente o deslocamento de ar produz certo alívio. No entanto, o movimento do corpo que gera o “frescor”, produz o calor interno por causa do esforço do próprio corpo posto em movimento. Ao mesmo tempo em que há um alívio, há concomitantemente um aumento de temperatura interna.

Portanto, seguindo as argumentações de Castel e Bauman, nunca será possível nos livrarmos das ameaças que nos acometem. O aparente alívio que uma

fechadura extra nos traz, nada mais é do que uma ilusão, uma espécie de “truque mental” para nos convenceremos de que estamos mais seguros. Portanto, ainda que a confiança esteja atravessada pela consciência do risco envolvido, trabalhamos constantemente para que esta percepção arriscada não desestabilize nosso casulo protetor. Paradoxalmente, temos de considerar que a confiança cega na existência de um mundo seguro e na certeza da concretização de projetos de vida é incompatível com um mundo multifacetado, marcado pela diversidade de possibilidades e riscos.

Resulta daí que o sentimento de incerteza seja produto do embate entre confiança e risco. **Este casulo “protetor”, quando alcançado, confere um sentido de “irrealidade”,** mais que uma firme convicção de segurança. *É um parêntese ao nível da prática, em eventos possíveis que poderiam ameaçar a integridade física e psicológica do agente* (YOUNG, 2002, p. 98). Contudo, esta barreira protetora pode ser rompida (vulnerabilidade), temporária ou permanente, por acontecimentos que demonstrem a “realidade” das contingências negativas que fazem parte de todo o risco. É o caso de uma pessoa que, ao se dirigir a uma rua escura e considerada perigosa, acelera seus passos (vulnerabilidade) e logo volta a reduzi-los ao encontrar-se em local por ela considerada mais seguro (invulnerabilidade).

Por que a maioria das pessoas na maior parte do tempo confia em práticas e mecanismos sociais sobre os quais seu próprio conhecimento técnico é ligeiro ou inexistente? Justamente porque só há confiança nesses saberes quando há ignorância. Na prática, precisamos confiar nos sistemas em decorrência da nossa incapacidade de saber tudo. Como aponta Gardner,

*Se um pensador independente realmente quiser formar um julgamento inteiramente independente acerca dos riscos que enfrentamos na nossa vida diária ou mesmo apenas acerca daqueles que ouvimos no noticiário, terá de obter múltiplos diplomas universitários, abandonar o emprego e não fazer mais nada a não ser ler a respeito de todas as maneiras pelas quais poderá morrer até estar efetivamente morto* (GARDNER, 2009, p. 120)

A confiança nos sistemas peritos ou especializados está presente em qualquer atividade cotidiana. Conquanto a figura do especialista esteja ligada à especialização, a confiança não é tanto nele, mas no conhecimento. Neste aspecto,

a adesão e concordância às versões sobre violência circuladas na mídia são produtos da confiança acerca dos saberes que ganham visibilidade nas notícias ou reportagens.

A confiança dos atores leigos a tais saberes está ligada a uma questão de cálculo de vantagem e risco em circunstâncias nas quais o conhecimento perito simplesmente não proporciona esse cálculo, mas, na verdade, cria ou reproduz o universo de eventos como resultado da contínua monitorização reflexiva sobre esse próprio conhecimento. Um dos exemplos deste processo é a construção da violência urbana como problema social.

Quando discutimos a confiança nos sistemas especializados, argumentamos que a “fé” é depositada mais no conhecimento do que necessariamente na pessoa especialista. Em virtude dos mecanismos de desencaixe ligados aos saberes peritos, não é requisito primordial confiarmos em alguém cujas atividades estejam continuamente visíveis. A condição primordial para o estabelecimento desse tipo de confiança, como já mencionamos, é a falta de informação plena sobre determinada área do conhecimento.

Assim, a confiança também pode ser definida como crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos. No entanto, no que tange à pessoa, *esta fé reside na probidade moral ou no amor de outro, ao passo que a fé em sistemas especializados se baseia na correção de princípios dos quais se é ignorante* (conhecimento técnico) (GIDDENS, 1991, p. 41). Desta forma, a probidade moral de uma pessoa eleva o grau de credibilidade sobre o seu conhecimento.

Para Young, diante da possibilidade de sofrer algum tipo de dano ou prejuízo, nosso eixo central de segurança vai às turras (2002). Cada um de nós que vivenciou a experiência de se sentir vulnerável e ansioso, sabe que não é nada confortável. Precisamos, ainda que precariamente, ter um mínimo de solidez para darmos o passo seguinte.

Lançamos mão, então, de subterfúgios que possam minimizar esse incômodo e resgatar um mínimo de certeza sobre as bases e motivações que sustentam nossas ações. Esse procedimento vai demandar uma série manobras cuja função é a diminuição da insegurança para conseguirmos levar nossa vida

adiante. Elas são dinâmicas, às vezes contraditórias, e podem fomentar muito mais a segregação e construção de demônios sociais do que possamos pensar. Destacaremos, a seguir, três estratégias comumente utilizadas para minimizar a insegurança: *unwelt*, *busca por saberes especializados*, *apelo à tradição*, *segregação da experiência e produção de estranhos*.

### 1.2.2. Estratégias de minimização da insegurança

Uma sensação psíquica e física de estar à vontade nas práticas cotidianas só é possível de ser atingida com muito esforço, fonte de aprendizado ao longo da vida. Este fenômeno pode ser analisado à luz da noção de **Unwelt** desenvolvida por Erving Goffman (YOUNG, 2002). Trata-se de um núcleo de normalidade em movimento envolvendo os sujeitos e os grupos que o cercam. O sujeito cria como se fosse uma “barreira móvel” que ordena os eventos contingentes em relação aos riscos e ameaças potenciais. (GIDDENS, 2002).

O **Unwelt** possui duas dimensões: a área em que o sujeito se sente seguro e aquela em que ele está em guarda, a área de apreensão. Assemelha-se a uma bolha que se retrai e se expande onde quer que esteja o sujeito, em casa ou em vias públicas (YOUNG, 2002).

Disto resulta numa atitude atuarial na medida em que populações – não necessariamente de alta renda – buscam proteção por meio de esquemas e equipamentos de segurança (quando disponíveis), evitando assim possíveis locais considerados perigosos (CASTIEL, 2003). Orientando-se por mapas imaginários de risco urbano, as pessoas circulam pelas ruas ampliando ou retraindo esta bolha de segurança. O mapa mental não é construído com base somente nos aspectos geográficos, mas levando-se em conta as pessoas que lá moram e habitam, e as relações sociais que lá se configuram (LUPTON, 1999). Não obstante, trata-se de uma barreira atravessada de reflexividade, se considerarmos que as ameaças e riscos são avaliados em todos os contextos pelo sujeito.

Como parte da estratégia de lidar com o risco e com as incertezas ligadas à criminalidade, as pessoas recorrem aos **saberes especializados**, discutidos anteriormente, pois além de oferecerem explicações, eles delimitam o problema e

propõem meios enfrentar o que é contingente. Sua intromissão na vida cotidiana, junto com a natureza dinâmica do conhecimento, significa que a consciência do risco se infiltra nas ações de quase qualquer um. Pensar em termos de riscos passa a ser, pois, uma forma de colonizar o futuro.

Muito dessa intromissão é percebida na forma como concebemos algo como potencialmente violento, pois a combinação entre imprevisibilidade e risco gera mais cautela e precaução (YOUNG, 2002).

*Como efeito da reflexividade humana, os desdobramentos da criminalidade, tenhamos sido vítimas diretas ou prováveis se convertem em atitudes atuariais e assim, cria-se um solo fértil para reservas, configuração de desviantes e categorizações de grupos (op cit, p.65).*

Como os saberes especializados não propõem uma resposta última para as nossas inquietudes, por causa do dinamismo da própria produção do conhecimento, muitas vezes podemos recorrer ao conhecimento leigo e à **tradição**. Giddens argumenta que o sujeito busca sua segurança por meio de rotinas e hábitos que contribuem para a aceitação de uma realidade do mundo exterior sem a qual sua existência segura seria inviável (1991).

Trata-se, nas palavras de Simone Weil, de uma busca por ou o retorno a um sentido de enraizamento, uma vez que o ser humano tem a necessidade de participar de forma real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos *certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro* (WEIL, 1996, p. 411), os quais nos remetem aos aspectos morais, espirituais e intelectuais de nossa vida.

Os saberes da tradição, por serem locais, acabam por qualificar os leigos e os tornam competentes nos contextos de ação em que suas atividades têm lugar.

Para Weil, as influências entre meios diferentes são bem-vindas, não como importação, mas como estímulo que torne as nossas vidas mais intensas.

*A tradição é ao mesmo tempo uma maneira de ver e de agir e também uma forma de ocultar. Toda tradição se baseia naquilo que uma história estrutural acumulou como óbvio, como regular, como estável e a reflexão que permite ver o óbvio só funciona com aquilo que perturba essa regularidade (MATURANA & VARELA, 2001, p. 265).*

Mas, como podemos constatar, a influência da globalização vai além de um mero “estímulo”, por desqualificar os saberes da tradição pela penetração dos sistemas especializados que, apesar de serem recursos que deveriam minimizar a insegurança, paradoxalmente desqualificam todos os setores da vida social que atingem. Esta desqualificação da vida social cotidiana é um fenômeno alienante e fragmentador no que diz respeito ao “eu”. Alienante porque sabota todas as formas preexistentes de saber local.

A qualificação e a competência cotidianas mantêm, pois, uma conexão dialética com os efeitos expropriadores dos sistemas especializados, *influenciando e reformulando continuamente o impacto de tais sistemas sobre a existência no dia-a-dia*. (GIDDENS, 2002, p.130)

A **Segregação da experiência**, entendida como a separação da vida cotidiana do contato com experiências que colocam questões existenciais potencialmente perturbadoras – principalmente aquelas relacionadas à doença, loucura, criminalidade, sexualidade e morte - converte-se em um dos meios para suspender quaisquer motivos que possam levar a um estado de inquietude e preocupação. Trata-se de um “fechar os olhos” para situações potencialmente ansiogênicas. Porém, fazer “vistas grossas” não necessariamente vai obstruir a percepção do risco, pois é desta consciência que surgirá a segregação.

*Nas complexas situações reflexivas da alta modernidade, viver no “piloto automático” se torna cada vez mais difícil, e se torna também mais difícil proteger qualquer estilo de vida, por mais firmemente estabelecido que seja, do clima geral de risco (GIDDENS, 2002, p. 119).*

Este apelo à segregação pode contribuir para a banalização da criminalidade, haja vista o impacto do crime ser constantemente neutralizado. Por outro lado, como afirma Bauman (2008), nossa sociedade líquido-moderna é um dispositivo destinado a reprimir o medo ao perigo, potencialmente incapacitante, mas que nos ajuda a preservar a nossa saúde mental e mantém distantes tanto os pesadelos quanto a insônia.

\*\*\*

*Certa vez, um escorpião aproximou-se de um sapo que estava na beira de um rio. O escorpião vinha fazer um pedido: "Sapinho, você poderia me carregar até a outra margem deste rio tão largo?" O sapo respondeu: "Só se eu fosse tolo! Você vai me picar, eu vou ficar paralisado e vou afundar." Disse o escorpião: "Isso é ridículo! Se eu o picasse, ambos afundaríamos". Confiando na lógica do escorpião, o sapo concordou e levou o escorpião nas costas, enquanto nadava para atravessar o rio. No meio do rio, o escorpião cravou seu ferrão no sapo. Atingido pelo veneno, e já começando a afundar, o sapo voltou-se para o escorpião e perguntou: "Por quê? Por quê?" E o escorpião respondeu: "Por que sou um escorpião e essa é a minha natureza."  
(Uma parábola africana).*

Na história da humanidade, a eleição e a eliminação de alguma pessoa como representante do mal sempre cumpriu uma função tranquilizadora para a ordem social. A ansiedade e o medo tendem a ser projetados sobre certos grupos sociais, precisamente aqueles que são definidos como marginalizados e estigmatizados. O Outro, definido como diferente do *self*, torna-se fonte de ansiedade e preocupação, particularmente se este ameaça nosso casulo protetor (LUPTON, 1999).

Representar certos grupos sociais como animais ou mesmo demônios tem servido para reforçar a linha divisória que separa as pessoas de bem com aquelas que carecem de humanidade. O **estranho** não é caracterizado imediatamente como inimigo, ou até mesmo amigo. O estranho é o desordenado<sup>15</sup>.

Classificar é dar uma estrutura ao mundo e organizá-lo (MACEDO, 2005). Entretanto, o que nos angustia não é a binaridade "eu e outro", mas a ambivalência ou ausência de precisão dessa linha divisória (LUPTON, 1999). Porém, quando os discursos definem com maior precisão este estranho, sobretudo quando ele ameaça a nossa integridade física, psicológica e moral, ocorre o que Young denomina de "demonização do outro diferente". E como demônios sociais, precisam ser exorcizados da coletividade.

---

<sup>15</sup> Detemo-nos nesta discussão sobre a figura do estranho, pois esta pesquisa se debruça sobre a violência urbana, marcada principalmente pela imprevisibilidade do encontro com o outro, com o desconhecido e de quem nada sabemos. Portanto, aleatório (diferentemente da violência doméstica).

A efetividade desses discursos se dá por meio de estratégias discursivas essencializantes ou naturalizantes. Essencializar o outro diferente consiste em explicar comportamentos desviantes por uma causa natural ou cultural. Seja qualquer uma delas, a pessoa desviante é portadora de uma essência, tal qual o nosso escorpião da fábula apresentada, favorecendo assim estigmatizações e exclusões (YOUNG, 2002).

Tal estigma não comporta comiseração e solidariedade. O estranho é sinônimo de imprevisibilidade e o que é imprevisível potencializa nosso senso de vulnerabilidade. Como é perigoso, acreditamos ser possível resgatar nossa segurança por meio de uma postura atuarial excludente, ainda que esta seja ilusória.

*A postura atuarial reflete o fato de os riscos terem aumentado tanto para os indivíduos como para as coletividades, a criminalidade ter se tornado uma parte normalizada da vida cotidiana, o transgressor parecer estar em toda a parte, nas ruas e no alto escalão, nas partes pobres da cidade, mas também nas instituições estabelecidas para reabilitar e proteger, no mundo público dos encontros com estranhos, mas também no seio da família, nas relações ente marido e mulher, pais e filhos (YOUNG, 2002, p. 105)*

Resumidamente, todas as estratégias mencionadas dizem respeito a situações em que a **percepção** do perigo é iminente e cumprem a função de minimizar o sentimento de insegurança. Certamente, quando estamos em casa ou em ambientes seguros, nossa forma de pensar a criminalidade (incluindo o desviante) pode ser mais crítica e mais solidária. Podemos até mesmo perceber nossa responsabilidade na construção de uma sociedade desigual, que justificaria altos índices de criminalidade, mas que não garante que tal criticidade se faça presente em situações que envolvam alto grau de vulnerabilidade.

### **1.3. Insegurança e pessoalidade**

---

Para Castel (2005), as sociedades modernas são construídas sobre o terreno da insegurança, porque são sociedades de sujeitos que não encontram, **nem em si próprios**, nem em seu entorno imediato, a capacidade de assegurar sua proteção.

Trata-se de influências que afetam os aspectos mais pessoais de nossa existência (GIDDENS, 2002).

Em contextos pós-modernos, poderíamos dizer que estamos fadados a sermos pessoas inseguras? Como nosso *self* se organiza diante das incertezas do mundo social contemporâneo?

O trabalho de minimização da insegurança envolve um esforço contínuo de alcançar coerência biográfica com base na incorporação não só de hábitos e rotinas, mas de significados construídos em torno dos riscos que vivenciamos em nossas práticas cotidianas. Por isso, o sujeito precisa a todo o momento exercer sua capacidade de pensar para frente e antecipar possibilidades futuras em relação ao presente (colonização do futuro), como também se “debruçar” sobre o passado. Nas palavras de Bruner:

*...O homem se orienta em relação à cultura e ao passado. O primeiro é a reflexividade humana, nossa capacidade de nos debruçarmos sobre o passado e alterarmos o presente sob sua luz ou, em contrapartida, de alterarmos o passado à luz do presente. Nem o passado nem o presente permanecem fixos diante dessa reflexividade. O imenso repositório dos nossos encontros pode ser salientado de diferentes modos à medida que os revisamos reflexivamente, ou podem ser mudados por reconceituação. O segundo [...] é a nossa deslumbrante capacidade intelectual para visualizar alternativas e conceber os outros modos de ser, de agir, de engajar-se. Assim, embora possa ser verdade que em certo sentido nós sejamos “criaturas da história”, em outro sentido, nós somos também agentes autônomos. O si-mesmo, então, como qualquer outro aspecto da natureza humana, se posiciona tanto como um guardião da permanência quanto como um barômetro que responde ao clima cultural (BRUNER, 1997, p. 96).*

Assim, a reflexividade possibilita ao sujeito monitorar o impacto que suas ações geram no ambiente, nos outros e **em si mesmo** e incorporar essa percepção em ações futuras. Este eu-reflexivo é aquele que se automonitora e se autoconstrói. Portanto, para Giddens, o projeto reflexivo do “eu” consiste em manter narrativas biográficas coerentes, não somente no âmbito discursivo, mas também na ação. Trata-se de uma consciência prática.

Na concepção de Giddens, o “Eu” precisa ser entendido por meio do conceito de autoidentidade, que consiste em interpretações que a pessoa faz continuamente em termos de sua biografia.

*Ser uma pessoa não é simplesmente ser um ator reflexivo, mas ter o conceito de uma pessoa (enquanto aplicável ao eu e aos outros). O que se entende por “pessoa” certamente varia nas diferentes culturas, embora haja elementos dessa noção que são comuns a todas elas: a capacidade de usar “eu” em contextos diferentes, característica de toda cultura conhecida, é o traço mais fundamental das concepções reflexivas da pessoa (GIDDENS, 2002, p.54).*

Nas condições sociais modernas, quanto mais o sujeito procura forjar reflexivamente sua autoidentidade, tanto mais estará consciente de que as práticas correntes moldam resultados futuros. Assim, torna-se elemento igualmente importante no resgate da segurança a *crença que a maioria dos seres humanos tem na continuidade de sua auto-identidade e a na constância dos ambientes de ação social e material circundantes* (GIDDENS, 2002, p.95).

Mas a manutenção desse senso de “continuidade” pode estar a serviço de uma adequação às normas sociais e aos valores de uma sociedade (*outro generalizado*), o que demanda esforço por causa da complexidade da vida moderna. Segundo Hall,

*Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha (HALL, 2006, p. 75).*

Esta fluidez identitária, ou nos termos de Stuart Hall (2006), este deslocamento de uma identidade central, fixa e estável para identidades abertas, contraditórias, inacabadas e fragmentadas não é isento de críticas, principalmente àqueles que encontram no *self* o foco da compreensão da subjetividade.

Balbi (2004), em seu livro *La Mente Narrativa*, argumenta que a fluidez não dá conta de explicar os processos pelos quais o sujeito agencia sua vida, seus desejos, suas escolhas e, mais ainda, retira do sujeito a intencionalidade de atribuir significado. Pensar que o *self* nada mais é que subproduto da estrutura linguística da comunidade do sujeito em questão e que basta mudarmos certos vocabulários para mudarmos quem somos, além de serem ingênuas, são simplistas.

Embora este autor seja muito categórico em suas críticas, é possível compreendermos seu incômodo. Num primeiro momento, a ideia de fluidez pode sugerir que somos uma folha ao vento, que esse deslocamento de ar nada mais é do que certas maneiras de falar sobre o mundo e sobre nós mesmos; e no nosso cotidiano ou nos diálogos que travamos com nós mesmos, sabemos que as coisas não seguem esse curso.

Além disso, importa acrescentar que não só reconhecemos alguma estabilidade como pessoa, como esta estabilidade é necessária para mantermos uma coerência biográfica, mas isso não significa necessariamente a morte de qualquer subjetividade, pois a pessoa atua no sentido de transformar sua realidade e, por conseguinte, se transformar.

*Se pudermos conciliar-nos com a idéia de que a maior parte da realidade é indiferente às nossas descrições dela, e de que o eu humano é criado pelo uso de um vocabulário, e não por se expressar adequada ou inadequadamente num vocabulário, teremos ao menos assimilado o que havia de verdadeira na idéia romântica de que a verdade é construída e não encontrada [...] A verdade é uma propriedade de entidades linguísticas, de frases (RORTY. 2007, p.31)*

O que significa ser uma pessoa, no sentido ontológico do termo? Apoiado nos pressupostos do neopragmatismo de Rorty, Costa argumenta:

*O sujeito não é alguma coisa que possa ser visto em sua nudez ontológica ou pesado e medido em sua materialidade. O sujeito é apenas - e é muito, muitíssimo - uma rede linguística de crenças e desejos. Então, o que sou eu, nesta concepção? Eu sou, basicamente, um ser de linguagem. Sou, basicamente, um conjunto de crenças que eu tenho sobre mim; de definições que eu dou sobre mim; de interpretações, de versões, de imagens que crio sobre o que, supostamente, seria “a minha, a nossa natureza”. Só que todas estas versões são construtos linguísticos. O sujeito só existe e já existe, compulsoriamente, “sob descrição” (COSTA, 2001, s/p)*

Portanto, quando há uma manutenção na forma de nos concebermos como pessoa ao longo do tempo, trata-se do uso de uma linguagem que nos possibilita levar nossas relações de maneira satisfatória (GERGEN, 1994). A estabilidade discursiva exerce o que Bakhtin chama de “**força centrípeta**”, uma tendência de nossas práticas comunicacionais se tornarem *singulares, repetitivas e convencionais* (GERGEN, 1999, p. 81).

*Uma das dificuldades apresentadas por Bakhtin é como evitar que se pense, a partir da interioridade, uma simultaneidade difundida por toda a parte sem ao mesmo tempo cair no hábito de reduzir tudo a séries de oposições binárias: não um dialético ou/ou, mas um dialógico ambos/e. No âmago de sua obra há um reconhecimento da existência como uma atividade incessante, uma enorme energia, que está constantemente no processo de ser produzida pelas próprias forças por ela impulsionadas. Tal energia pode ser concebida como um campo de força criado pelo embate ininterrupto entre forças centrífugas, que se empenham em manter as coisas variadas, separadas, apartadas, diferenciadas uma das outras, e centrípetas, que se empenham em manter as coisas juntas, unificadas, iguais.[...] As forças centrípetas exigem êxtase, resistem ao devir, abominam a história e desejam a quieta mesmice da morte (CLARK & HOLQUIST, 2004, p. 35)*

Em suma, argumentamos que a busca por uma segurança por meio de uma estabilidade biográfica se dá discursivamente, e a disposição à permanência não precisa ser entendida em termos de essência, mas de uma força centrípeta que opera no sentido de mantermos uma coerência em relação a nossa biografia e em relação ao nosso mundo. Se essa força trabalha a serviço da rotinização e alienação, dependerá das interpretações compartilhadas no meio social.

Em outras palavras, os discursos que circulam sobre criminalidade nos obrigam a nos posicionarmos diante dela por meio das estratégias que discutimos anteriormente. Estas ações por mim engendradas, que podem assumir contornos conformistas (não há nada que eu possa fazer, não quero saber disso, etc.) precisam ter um sentido na minha concepção como pessoa. Se vivo num mundo pautado pelo individualismo, minha postura alcança uma estabilidade biográfica de certa forma tranquilizadora, pois compartilho dos valores que acredito serem os mesmos da minha coletividade (outro genérico). Se eu assumir uma postura não conformista (o “eu” criativo e crítico de Mead), significa que ponho em ação uma instância crítica que me permite contestar, promover mudanças, problematizar o discurso da violência, enfim, contribuo para a operacionalização de uma força não centrípeta, mas centrífuga: *As forças centrífugas compelem ao movimento, ao devir e à história; elas aspiram à mudança e à vida nova. (CLARK & HOLQUIST, 2004, p. 35).*

## 1.4. Comentários finais deste capítulo

Todos os pressupostos teóricos discutidos acerca da insegurança nos permitem neste momento elaborar um quadro sintético que apresente os contornos da segurança e insegurança. Lembramos que a insegurança só pode aumentar quando os pressupostos da segurança foram e são ameaçados, sobretudo no que diz respeito à confiança no outro.

Em situações que tenham como risco a criminalidade violenta, o simples desconhecido passa a ser o estranho perigoso, o acolhimento e o senso de justiça convertem-se em impunidade, a solidariedade cede lugar ao individualismo, e assim por diante.

**Quadro 1 - Dimensões da segurança e insegurança**

<b>Pressupostos da segurança</b>	<b>Pressupostos da insegurança</b>
<b>Confiança</b>	<b>Falha na confiança (atitudes de cautela)</b>
<b>Acolhimento/ solidariedade</b>	<b>individualismo</b>
<b>Justiça</b>	<b>injustiça</b>
<b>Ponderabilidade dos riscos</b>	<b>imponderabilidade dos riscos</b>
<b>Força da tradição</b>	<b>Enfraquecimento da tradição</b>
<b>Outro como desconhecido</b>	<b>outro como estranho/ perigoso</b>
<b>Identificação com outro que promova segurança</b>	<b>Identificação com o outro fragilizado(vítima) - atitude empática</b>
<b>Ética sólida</b>	<b>ética relativizada/fragilizada</b>
<b>Preservação da vida</b>	<b>Vida ameaçada</b>

Se considerarmos que todas as estratégias que usamos para minimizar a insegurança (incluindo a busca por uma coerência biográfica) não conseguem nos livrar dos medos e perigos que nos ameaçam, por justamente os reacenderem; e se levarmos em conta que a proliferação dos riscos despejados e circulados nas nossas práticas diárias potencializam a sensação de desamparo e injustiça, podemos afirmar que somos pessoas inseguras, ainda que sob diferentes matizes.

No entanto, o grau de insegurança e nosso potencial de pensar criticamente sobre o que nos acomete vão depender de como estes significados compuseram nossa constituição como pessoa ao longo de nosso processo de socialização e de que forma são atualizados em nossa cotidianidade.

O que esta tese procurará mostrar é como a mídia, ao fazer circular notícias sobre criminalidade violenta, potencializa esse sentimento de vulnerabilidade construído num processo de socialização. Para que isto ocorra, a mídia precisa trabalhar as informações para produzir efeitos de verdade dentro de uma estratégia específica.

Este é o tema do próximo capítulo.

# Mídia como Discursividade: as estratégias discursivas na construção de notícias sobre criminalidade na mídia televisiva

**D**iscutimos no capítulo anterior como se dá a constituição do *self* nas interações que estabelecemos ao longo do processo de socialização o qual se pauta pautado pela dialogia, tendo em vista que diferentes fontes discursivas nos fornecem visões de mundo que passam a compor nosso rol de repertórios interpretativos do qual lançamos mão para darmos conta do mundo e de nós mesmos.

Como “outro generalizado”, a mídia tem o poder de ampliar nosso leque de repertórios linguísticos, possibilitando-nos construir versões diversas sobre os fenômenos que se encontram à nossa volta. Sendo assim, é-nos possível configurar a **mídia como uma prática discursiva**, visto que ela, com toda a tecnologia e normas institucionais que se lhe associam, tem o poder de dar visibilidade a fenômenos sociais e produzir efeitos de verdade, introduzindo transformações significativas nas práticas sociais cotidianas. Assim, longe de simplesmente transmitir informações sobre quaisquer eventos, a mídia produz interpretações que geram ação e interação no mundo social (THOMPSON, 1998).

As produções midiáticas são construídas por um grupo social específico, com fundamento na seleção e reconfiguração de determinados repertórios – utilizados na construção de uma estratégia de convencimento. “Convencer” no sentido de promover efeitos de verdade, ou seja, de que aquilo que está sendo comunicado é verdadeiro (CHARAUDEAU, 2009; VOLLI, 2000).

No que concerne à produção jornalística, vale ressaltar que a produção de reportagens ou notícias está vinculada a decisões mercadológicas e ideológicas, pois toda notícia precisa vender e ser consumida. Para tanto, ela precisa também

nos tocar, o que ocorre por meio de estratégias discursivas específicas, cuja construção se assenta nos interesses institucionais.

Iniciaremos nossa discussão apresentando os elementos que compõem as práticas discursivas que, por sua vez, nos darão subsídios para compreender como produzimos sentidos no mundo. No caso específico da mídia, adicionamos o poder performático das imagens como recurso semiótico na produção de sentidos, desde que imagens deixaram de “representar” uma realidade ou fenômeno e passaram a ser consideradas como construtora de versões de realidade por meio do interjogo entre texto e imagem (KRESS, 2010).

Se a mídia produz efeitos de verdade, necessitamos compreender quais são as estratégias discursivas empreendidas nesta construção. Articularemos as ideias de Best sobre a construção de problemas sociais com as de autores e jornalistas entrevistados que discutem, especificamente, a produção de notícias. Desse modo, observaremos que a construção de um problema social e de notícias segue os mesmos parâmetros de seleção, edição e circulação.

Em razão de nosso estudo focar as notícias veiculadas na mídia televisiva, procuraremos ao longo de nosso argumento versar sobre algumas especificidades do telejornalismo em relação às regras existentes na construção de uma notícia. Em alguns momentos, faremos isso contrastando a mídia televisiva com as particularidades da imprensa.

Tais discussões nos permitirão, no final do capítulo, destacar quais recursos discursivos são acionados quando são apresentadas as dimensões da insegurança, discutidas no capítulo anterior.

### **Práticas Discursivas: Interanimação dialógica, repertórios interpretativos, posicionamento e multimodalidade**

Para Mikhail Bakhtin, o cerne da dialogia está na interanimação dialógica, cuja unidade básica da comunicação é o enunciado, que pode ser uma palavra, uma sentença, ou expressões que, associadas à noção de vozes, conferem ao enunciado um caráter dialógico. A interanimação dialógica seria, então, o jogo

dinâmico desses elementos constitutivos das práticas discursivas (SPINK, M.J., 2004).

Segundo o autor, não existe um emissor puro, aquele que inicia um enunciado (no sentido de quebrar o silêncio do universo). Todo ato comunicativo é uma resposta a um enunciado anterior.

*[...] O enunciado está ligado não só aos elos que o precedem, mas também aos que lhe sucedem na cadeia da comunicação verbal [...] Logo de início, o locutor espera deles (os outros) uma resposta, uma compreensão responsiva ativa. Todo o enunciado se elabora como que para ir ao encontro dessa resposta (BAKHTIN, 2000, p. 320).*

Assim, os enunciados de uma pessoa são sempre endereçados a uma ou mais pessoas e são povoados e presentificados por vozes (polifonia).

A noção de vozes, na teoria Bakhtiniana, nos permite apreender que um enunciado não é uma produção isolada. Um discurso traz consigo outros discursos e outras vozes temporal e culturalmente situadas. Um monólogo ou pensamento, portanto, está povoado por vozes de outros enunciados que se interanimam mutuamente. Dar sentido ao mundo implica confrontar as diferentes vozes e discursos que, muitas vezes, podem estar espacial e temporalmente distantes (SPINK & MEDRADO, 2000).

*A linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam. É precisamente essa comunicação dialógica que constitui o verdadeiro campo da vida da linguagem. Toda vida da linguagem, seja qual for o seu campo de emprego (a linguagem cotidiana, a prática, a científica, a artística, etc.), está impregnada de relações dialógicas. (BAKHTIN, 2002, p. 183).*

Outro aspecto significativo para entendermos a dialogia é seu contexto de produção. Existem “regras do jogo” que contribuem para os diversos posicionamentos em um diálogo. Davies e Harré (1999) denominaram essas regras como “Ordem Moral Local” (*Local Moral Order*), argumentando que, dependendo das regras do ambiente e das convenções ou normas, algumas coisas podem ser ditas e outras não. No entanto, é importante não considerar o contexto como uma entidade independente. Nas palavras de Ibañez:[...] *Seria errado considerarmos o contexto como uma categoria independente das ações. O contexto é feito das ações constituídas por ele. (IBAÑEZ T. , 1997, p. 33).*

Sempre vinculadas ao contexto, existem formas específicas de falar, cujos termos utilizados são característicos dos sujeitos de determinadas práticas sociais, que se fazem inteligíveis numa interanimação dialógica. São chamadas por Bakhtin de *linguagem social* (BAKHTIN, 2000). É a linguagem própria dos jornalistas, dos médicos, dos jovens, dos cientistas, dos educadores, etc. Dito de outra forma, os discursos são vinculados a determinadas práticas sociais, num dado contexto histórico.<sup>16</sup>

Além de seu caráter dialógico, a mídia, como toda prática discursiva, faz uso de repertórios interpretativos que, nos termos de Potter e Wetherell (2002), se referem ao conjunto de termos, expressões, descrições, lugares comuns e figuras de linguagem que estão frequentemente agrupados em torno de metáforas e imagens, utilizando unidades de construção dos discursos e estilos gramaticais próprios. Essas unidades de construção dos discursos oferecem possibilidades discursivas, tendo por parâmetros, como já mencionamos, o contexto em que as práticas discursivas acontecem.

Como conjunto de ferramentas, os repertórios são utilizados para compor as várias versões de eventos e justificar ações que estão a nossa volta. Eles podem ser escolhidos de acordo com o seu contexto (produzido dos atos que são constituídos por ele, portanto, também uma produção social) e os estilos gramaticais específicos ou gêneros de fala. Ou seja, a ideia de repertório prioriza a flexibilidade de seu uso.

Para M.J. Spink & Medrado (2000), o foco dos estudos que utilizam a noção de repertórios interpretativos não é a regularidade e o consenso nos discursos, mas sim, a polissemia, os múltiplos sentidos presentes nos diferentes usos dos repertórios. As práticas discursivas às quais as pessoas podem se engajar, são numerosas e contraditórias, o que sinaliza que nosso posicionamento nas interações sociais podem mudar. *Posicionar-se implica navegar pelas múltiplas narrativas com as quais entramos em contato, articuladas pelas práticas discursivas* (op.cit. 56).

---

<sup>16</sup> Tomaz Ibañez argumenta que um fenômeno é considerado histórico não só porque ele muda com o tempo ou seja relativo a um período histórico, mas porque ele tem memória. Como um fenômeno social se apresenta é resultado das práticas sociais e das relações por meio das quais ele tem sido constituído (1997, p. 31).

Os sentidos produzidos numa relação dialógica pressupõem que os sujeitos de uma conversação sejam posicionados reciprocamente. Quando uma pessoa fala, ela se posiciona (posicionamento reflexivo) e posiciona ao mesmo tempo a outra pessoa (posicionamento interativo). Esta, por sua vez, pode recusar essa posição e reposicionar seu parceiro de interação. O posicionamento, portanto, é um processo dinâmico e contínuo.

Para Davies e Harré (1999), *os diferentes posicionamentos assumidos ou atribuídos numa interação nos propiciam perceber como cada participante concebe a si mesmo e aos outros participantes, examinando que posições eles assumem em cada história, e como eles então se posicionam (p.45)*. Todavia, as posições mudam de acordo com as pessoas envolvidas, com as narrativas ou histórias introduzidas nesses discursos, e também, de acordo com a ordem moral local (contexto moral em que se dá a dialogicidade). O conceito de posicionamento nos permite, pois, conceber as ações dos sujeitos de uma forma mais fluida e menos estática.

A dialogicidade tampouco é exclusiva de encontros imediatos no tempo e no espaço. Certamente numa conversa face a face, as negociações são imediatas entre os pares. Mas, no esforço de dar sentido a uma experiência, a negociação também ocorre no confronto com as vozes presentes no pensamento (ou diálogo interno).

Tratando-se de notícias sobre crime, as noções de repertório e posicionamento são valiosas, uma vez que nos possibilitam identificar os termos e expressões utilizados na descrição de um fato (repertórios) e ainda entender como os atores são posicionados dentro de uma trama discursiva. Em outras palavras, a mídia, ao designar uma pessoa que cometeu um delito como “criminoso”, não só contribui para a construção de certo tipo de pessoa, mas também se posiciona perante o relato. As escolhas realizadas pelo corpo editorial trazem em si conotações morais importantes.

O limite da dialogicidade se situa nos diferentes posicionamentos que a mídia produz. Por não ser um canal direto de negociação, muitos posicionamentos que a mídia faz não permitem sua negociação imediata, o que pode fomentar construções estereotipadas e estigmatizantes.

Igualmente importantes são as imagens articuladas aos discursos verbais ou escritos. Cumpre ressaltar que o desenvolvimento tecnológico gerou mudanças

consideráveis no contexto dos meios de comunicação. *Passamos da comunicação monomodal, na qual a linguagem oral ou escrita era central, para uma situação fortemente multimodal em que, por exemplo, os aspectos visuais (cor e imagem) passam a ter proeminência* (SPINK, M.J., 2006, p. 20).

A sociosemiótica, do qual o conceito de multimodalidade faz parte, explora dois aspectos relacionados: os recursos materiais da comunicação e as maneiras como estes usos são regulados socialmente (LEEWEN, 2005). Esses recursos materiais podem ser fisiológicos ou técnicos. Os aparatos fisiológicos regulam as comunicações não verbais que, por sua vez, são reguladas por uma ordem moral local. Trata-se de expressões faciais, tom de voz, gestos, etc. (não é uma atitude adequada mostrar uma expressão alegre em um velório). Por recursos técnicos compreendem-se as fontes técnicas associadas às fontes fisiológicas. Nós nos comunicamos com os nossos gestos, mas também com as roupas que usamos, com os aparatos tecnológicos que permitem a circulação de informação (no caso da mídia, câmeras, microfones, etc.).

O interesse da semiótica social é estudar a convergência desses dois recursos semióticos como também as regulações sociais sobre seu uso. Estuda o aspecto processual da construção discursiva, o “como” da comunicação, sem negligenciar seu conteúdo, que é igualmente importante. Desta forma, o termo multimodalidade é usado na semiótica social para referir-se à confluência desses meios (*modes*) ou recursos semióticos utilizados na produção de sentidos (KRESS, 2010).

Leween utiliza o termo “multimodalidade” na mesma acepção que a de Kress. Porém, ao mencionar simplesmente o termo “modalidade” (no sentido de *modo* e não *meio*), o autor nos remete ao grau de veracidade, ou efeitos de verdade que uma comunicação pode produzir.

Note-se que para uma notícia nos atingir, ela precisa parecer verdadeira. Nossa adesão e conformidade ao que é veiculado na mídia vão depender desses “efeitos de verdade” que, segundo Leewen, podem ser classificados quanto ao tipo (probabilidade, frequência, objetivo e subjetivo) e grau (alto, médio e baixo)<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Os tipos e graus de modalidade serão aprofundados e exemplificados no capítulo 3.

Certamente um grau de modalidade (efeitos de verdade) vai depender de recursos semióticos, entendidos como ações, materialidades e artefatos que tenham função enunciativa.

Entretanto, para evitarmos confusões conceituais, ao utilizarmos o termo *multimodalidade* neste estudo, estaremos nos referindo à combinação de meios semióticos na produção de sentidos e por *modalidade*, o quanto “verdadeira” uma comunicação pode parecer.

Diante de uma reportagem em telejornal, podemos observar a presença de múltiplos recursos semióticos: texto, imagem, som (músicas), tom de voz do jornalista, imagens digitalizadas (simulações de eventos), cuja combinação compõe uma estratégia discursiva. No caso particular das imagens, elas apresentam um grau de modalidade alta, pois nos coloca como testemunhas de um evento em sua concretude. A expressão que usamos “eu vi na televisão” confirma o que foi afirmado.

Se toda fala, ainda que descritiva, possui seu caráter performático (no sentido de produzir efeitos), o mesmo ocorre com as imagens. Para Leween (2005), as imagens, por um longo período, eram tratadas como representações e não interações. No entanto, as imagens são usadas para “fazer coisas”, residindo aí seu caráter performático.

O autor, baseado no trabalho de Halliday<sup>18</sup>, ainda argumenta que uma imagem pode tanto “ofertar” quanto “demandar” algo ao receptor. O que diferenciará uma característica da outra é a presença de um “olhar” (gaze). Se uma pessoa representada numa imagem olhar para o receptor, a imagem realizará uma demanda. Ou seja, exigirá algo do receptor. Espera-se que este se engaje num tipo de relação com a figura representada. Se não houver este olhar da imagem para o receptor, a imagem será uma oferta. Ou seja, sua função é informar de forma contemplativa, somente (o que não significa que não produza efeitos). Trata-se, portanto, de formas de dispor imagens dentro de uma estratégia discursiva que, combinadas com o texto ou fala, podem assumir significativo poder performático.

---

<sup>18</sup> Michael Alexander Kirkwood Halliday, linguista britânico.

## 2.1. O papel da mídia na construção de problemas sociais: a criminalidade como exemplo

---

Todos nós temos de lidar com vários problemas que nos acometem em nosso dia a dia. Vez por outra, alguns problemas de ordem social chamam nossa atenção. Às vezes é uma nova epidemia, chances de um desabamento em determinada área, casos de corrupção, aumento de criminalidade em determinadas localizações, entre outros.

Quando alguém ou um grupo reivindica uma solução para um problema sério, no sentido de solucioná-lo, estamos nos referindo ao que Joel Best chama de **problemas sociais** (BEST, 2008a). Para que se configure um problema social, faz-se necessário que uma questão ou preocupação incite a atenção pública para que haja a mobilização de atores sociais que abracem a causa para a resolução desses problemas. Trata-se de reivindicações (*claims*) feitas por ativistas ou especialistas (cientistas, advogados, ou profissionais específicos relacionados ao problema em questão).

No caso da criminalidade urbana, sua ubiquidade nas últimas décadas converteu-se em algo naturalizado, pois faz parte do nosso viver em sociedade incluir a possibilidade de sofrer algum tipo de agravo dessa natureza. Neste sentido, não há dúvida de que a criminalidade seja um problema social dos mais sérios, transformando-se em fonte de ansiedade para os cidadãos de grandes metrópoles. Contudo, alguns aspectos dessa violência podem mobilizar reivindicadores a evidenciar um problema mais específico. Um exemplo recente foi o atropelamento do jovem filho da atriz Cissa Guimarães. Deste episódio violento, destacou-se a corrupção envolvendo a polícia e os familiares dos infratores. A aceitação de propina atingiu a opinião pública em razão do destaque dado por especialistas que foram chamados a opinar (sociólogos e juristas) sobre a necessidade de se rever a estrutura da instituição polícia.

Mas, para que a opinião pública pudesse se manifestar, fez-se necessário que o episódio alcançasse visibilidade. Daí a importância da mídia que pode tanto exercer a função de comunicar um problema cuja autoria já fora construída pelos

reivindicadores, como ela mesma pode iniciar o processo de construção de uma questão.

Assim, para Rosemberg e Andrade (2007), a mídia assume posição de destaque na construção de problemas sociais justamente por ser uma das **arenas de competição por sua definição** e também por **exercer um poder de convencimento** sobre as diferentes camadas sociais (MARTINS, 2007). Porém, seu poder também reside na capacidade de fazer circular opiniões, visões de mundo, que podem modificar ou obstaculizar reflexões e condutas sociais (SPINK M. J., 2006). Tal influência pode muitas vezes naturalizar problemas sociais, tornando-os como algo “dado” e “natural”, *tão óbvio quanto o sol da manhã e a chuva da tarde* (SPINK, M.J. & SPINK P., 2006, p. 8).

Normalmente tendemos a pensar que as fontes que conferem inteligibilidade a um problema social (discursos científicos, midiáticos, conversas no cotidiano, etc), são discursos que refletem uma realidade objetiva, quando na verdade não o são.

*O crime, o desvio, não é uma coisa “objetiva” que lá está, mas um produto de definições socialmente criadas: o desvio não é inerente num item de comportamento, mas é aplicado a ele pela avaliação humana. Para tomar dois exemplos, matar alguém pode ser um ato de heroísmo se cometido por policiais ao enfrentar ladrões armados, ou pode ser um ato de extrema imoralidade se cometido pelos ladrões (YOUNG, 2002, p. 67)*

Nas formulações de Joel Best, um problema social não se dá por uma construção objetiva, mas subjetiva. Ou seja, as pessoas, num dado momento histórico, é que decidem se um fenômeno é um problema social ou não, e não seu caráter realista. Best procura sustentar este argumento por meio da noção de prejuízo que é intrínseco à ideia de “problema”. Se considerarmos como critério único o **prejuízo causado por um fenômeno**, qualquer visão objetivista não se sustentará (2008). Se perguntarmos às pessoas por que o racismo é um mal, elas dirão que ele é discriminatório, fomenta a desigualdade de oportunidades, reduz uma pessoa a uma questão de raça, entre outros. Se tomarmos como exemplo a diferença de estatura entre pessoas, poderíamos facilmente dizer que ela é também discriminatória, uma vez que uma pessoa mais alta tem mais chances de conseguir determinados empregos (modelo, atendentes de voo, etc.) e de ser promovida. Enfim, as pessoas baixas poderiam ser “vítimas” desse tipo de

discriminação. Seguindo então critérios objetivos, não caberia dizer que a altura é um problema social? Sim, mas não o é. Por quê? Porque cada um desses fenômenos recebe uma atenção e tratamento diferenciados e porque não há consenso ou concordância de que a altura seja um problema social. Essa diferenciação se dá por causa da noção de “prejuízo” ou “dano” presente na configuração do problema.

Tomemos outro exemplo: a obesidade. Ela preenche vários dos critérios citados acima quanto à discriminação e desigualdade de oportunidades. Mas ela passa a ser enquadrada como um problema social quando as discussões migram para a questão dos prejuízos financeiros ao Estado. Best sugere ainda que um dano tem mais chances de despertar a atenção quando ele é mais específico e menos vago.

Conclui-se, então, que não são os prejuízos ou danos objetivos infligidos na sociedade que os caracteriza como problema social, mas o que as pessoas entendem e consideram prejudicial à sociedade. *Problemas sociais não são condições; são preocupações* (BEST, 2008a, p. 326).

Quando narramos algum episódio de nossa vida, o fazemos selecionando alguns elementos relevantes para os objetivos que queremos atingir. Damos relevância a alguns aspectos e negligenciamos outros. Se quisermos nos mostrar fortes, daremos ênfase às nossas conquistas, se quisermos ajuda, evidenciaremos nossas limitações, e assim por diante. Essa seleção, muitas vezes não maquinada ou conscientemente pensada, envolve um endereçamento. O “para quem” é fundamental para produzirmos versões sobre nós. No esforço de produzir sentidos, as narrativas por nós engendradas estão longe de ser objetivas no sentido de retratar a verdade dos fatos. E isto ocorre em toda produção humana que envolva a linguagem em uso.

Processo análogo ocorre na construção de problemas sociais. No entanto, quando Best propõe que sua construção é subjetiva, ele não nega a materialidade do crime, pois não há como negar que existam vítimas, armas, infratores, policiais, depoimentos, etc. O que tornará um fenômeno fonte de preocupação e demandará ações específicas para sua solução, dependerá de como esses atores, suas ações e efeitos serão descritos em certa trama discursiva.

Podemos acrescentar que todo esforço para se construir um problema social precisa atender a dois critérios: primeiro, ele precisa fazer sentido e ter utilidade; segundo, precisa ser capaz de convencer as pessoas, qualquer que seja o público. Mas para que esses critérios sejam plenamente cumpridos, é indispensável que haja confiança nesses discursos, associada a um grau de conformidade de quem as recebe. Assim, toda descrição de um fenômeno apresentada por esses saberes com efeitos de verdade<sup>19</sup> terá muitas chances de mobilizar atores sociais na tentativa de sanar, eliminar ou resolver possíveis prejuízos que esse mesmo fenômeno infringe na sociedade (BEST, 2008a; 2003).

A abordagem de Best se assemelha ao que na psicologia discursiva chamamos de “construção de fatos sociais”. Nas palavras de M. J. Spink e Medrado,

*A concepção de fatos como construções sociais pressupõe que os métodos produzam, antes de tudo, versões de mundo, podendo ter maior ou menor poder performático dependendo do contexto de produção, do momento histórico, das relações sociais em que ocorre essa produção, aliados à intencionalidade de quem produz e do grau de conformidade e quem recebe (2000, p. 61).*

O uso de descrições produz ações em decorrência do caráter performático da linguagem. Para Potter (2005), a característica central de qualquer descrição é poder categorizar um objeto ou evento como algo objetivo, relevante e com qualidades específicas (bom ou mau, mais violento ou menos violento, etc.). Mas para essas descrições se converterem em “fatos”, é urgente que haja um manejo seletivo desses objetos e eventos para que sejam considerados sólidos e literais, por meio de recursos retóricos que maximizem uma relação de causalidade: *Fatos não são a causa de nossos processos perceptivos, mas seu resultado [...] Alguma coisa que é essencialmente produzido é transformado em algo aparentemente encontrado* (SHOTTER, 2002, p. 70).

Por outro lado, quando analisamos as reivindicações (*claims*) ligadas a um fenômeno social problemático, pouco importa se os argumentos ou as explicações

---

<sup>19</sup> Para Patrick Charaudeau, tratam-se de versões de realidade que acreditamos serem verdadeiras. Surge da subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo, promovendo uma adesão àquilo que é compartilhado entre seus pares como verdadeiro (2009).

são verdadeiras ou falsas, e sim, se elas são razoavelmente convincentes e como funcionam (BEST, 2008; POTTER & WETHERELL, 2002).

Um aspecto importante que auxilia na aceitação do problema como algo objetivo reside no tipo de interação que a mídia estabelece com o público receptor. Mencionamos anteriormente a importância da interanimação dialógica na construção de sentidos por meio de interações face a face, num contexto de copresença. As pessoas compartilham de um mesmo sistema referencial de espaço



e de tempo, e sua comunicação é dialógica por excelência. O fluxo de informações é intercambiável e negociável, pois uma pessoa pode se

posicionar e responder à outra, e assim sucessivamente. No caso da mídia, a dialogicidade sofre certa limitação em razão da natureza dos meios de circulação midiáticos. Segundo Thompson (1998), existem outros dois tipos de interação entre os meios de comunicação e o público receptor: interação mediada e quase-mediada.

Por interação mediada entende-se a presença de materialidades (meio técnico, a exemplo de telefone, e-mail, cartas, computadores, etc.) que possibilitam a transmissão de informação entre pessoas situadas remotamente no espaço, no tempo ou em ambos. Nesta forma de interação, a dialogia é limitada, mas não inexistente. A diferença é a redução de algumas “deixas simbólicas” como expressões faciais, tom de voz, entre outros, cuja presença reduziria a ambiguidade da comunicação. Algumas tecnologias permitem que resgatemos o maior número de deixas simbólicas, como é o caso do MSN e Skype. Embora as interações ocorram em espaços distantes, elas podem incluir imagens de webcam e som, resgatando o máximo de dialogicidade que em uma carta ou em e-mail é obstruída.

A interação quase-mediada refere-se às relações sociais estabelecidas pelos meios de comunicação de massa (livros, jornais, internet, televisão, rádio, etc.), cuja disseminação se dá no tempo e no espaço. Em muitos casos, pode ocorrer a diminuição de deixas simbólicas, se comparada à interação face a face.

Contraopondo às duas primeiras formas de interação (face a face/ mediada), as informações circuladas pela interação quase-mediada têm como seu receptor potencial um público indefinido. Como consequência e na visão de Thompson, o tipo de relação é monológica, em virtude da ausência de interação, ainda que algumas mídias disponibilizem canais de discussão, como “painel do leitor”, no caso dos jornais impressos.

O que Thompson argumenta é que essa ausência de dialogicidade se dá em razão de este tipo de interação não envolver canais abertos de trocas, mesmo não sendo imediatos. Porém, ao adotarmos o conceito de dialogicidade de Bakhtin, para quem o pensamento é dialógico, não há como uma informação não produzir dialogicidade, na medida em que seus sentidos reverberam e dialogam com outros enunciados e vozes presentes ou presentificadas de outras interações sociais.



No entanto, devemos reconhecer que há certa limitação nas trocas imediatas entre mídia e público, fato que pode obstaculizar a negociação de sentidos. Seguindo essa

linha de raciocínio, Marcondes Filho considera que a política de produção de notícias teria como função primordial cultivar a passividade. *O receptor teme e – em vez de questionar a determinação histórica desses fatos – transfere tacitamente a solução desses problemas para o sistema como um todo* (MARCONDES FILHO, 1989, p. 14).

A nosso ver, o grau de passividade com que as pessoas aceitam as informações pode estar relacionado não só à natureza dialógica do veículo, à estratégia discursiva empreendida pela mídia, ou como essas informações são apreendidas de forma particular pelo receptor, mas também pela circulação dessas mesmas informações entre seus pares.

Por meio desse processo, podemos entender que a conformidade do receptor em aceitar a concretude de um fato social ocorre em razão de uma prática social específica e rotineira: as pessoas buscam confirmação de suas crenças com seus pares, parecendo *estranho e contrário à intuição buscar evidências que as neguem*

(GARDNER, 2009, p. 127). De acordo com White & Epston: *A interpretação de um evento não é determinada somente pelo seu contexto. Aqueles eventos que não podem ser “padronizados” não sobrevivem. Tais eventos não existirão para nós como fatos* (1990, p. 2)

No entanto, as práticas “boca a boca” não possuem a força de convencimento necessária. O acesso a saberes especializados, e o discurso midiático se configura como um deles, é indispensável na legitimação dos discursos do cotidiano.

*Uma opinião baseada apenas nas observações desinformadas das pessoas em volta é uma coisa frágil. Nós estamos expostos a novas informações todos os dias. Se a opinião do grupo é uma imbecilidade, em pouco tempo encontraremos evidências que nos farão duvidar de nossas opiniões* (GARDNER, 2009, p. 126)

A manutenção de uma instância crítica sobre o que é veiculado na mídia é um processo complexo, pois depende do interjogo entre o posicionamento crítico do sujeito<sup>20</sup> e do seu meio social e o poder de persuasão da mídia. Desta forma, podemos dizer que a criminalidade (problema social) alcança visibilidade na mídia quando um acontecimento que incite preocupação se converte em notícia.

Apesar de ser uma arena de discussão e formulação de problemas sociais, a mídia tem duas limitações estruturais. Nos jornais impressos, rádio ou telejornalismo, os espaços e tempos são limitados, as notícias precisam ser breves, e sua divulgação tem de ser atual em razão da competitividade do mercado.

Um problema social é atualizado e reiterado (no caso da criminalidade) quando ele é veiculado por meio de casos presentes em notícias ou reportagens. Mas o que vem a ser notícia? Como se dá o acesso às fontes? O que é necessário para que um evento se torne notícia e capte a opinião pública?

Começemos esta discussão com o recorte de uma entrevista que realizamos com o jornalista Bruno Paes Manso. Vejamos:

---

<sup>20</sup> O “eu” crítico de Mead

*Se aconteceu no dia, é notícia. Vamos supor, houve uma rebelião na FEBEM de Pernambuco e um jovem morreu nessa rebelião. Um garoto de 16 anos. Qual é a dimensão que isso vai ter? Provavelmente vai sair muito pequeno. É uma rebelião em Pernambuco e o jovem morreu lá longe. Será que é tão de interesse do público aqui em São Paulo? É uma questão subjetiva. Ontem por exemplo teve um secretário da Saúde que foi assassinado no Rio Grande do Sul e agora se descobriu que o crime foi “a mando”. “E aí? Isso interessa? Não interessa? Ah, eu acho que sim, porque pode ter uma dimensão política importante, ano de eleição”. A gente não dá algo tão grande. São decisões bastante subjetivas. Ao mesmo tempo teve um caso no Rio Grande do Sul de um morador de rua que foi pintado de prateado por três garotos que saíram de um carro. Três garotos ricos que pintaram um morador de rua. Isso diz um pouco mais sobre comportamento; você pode pensar um pouco mais sobre a sociedade. É um assunto que(sic) as pessoas se interessam, que discutem, que tem uma certa polêmica, preconceito. Acho que isso é um pouco mais interessante, tem interesse de leitura. O mesmo caso dessas pulseirinhas. É uma matéria interessante, porque trata de comportamento, dos jovens. Pra tentar resumir, eu acho que crimes em si não são tão notícias como crimes que têm uma história por trás. Que tem um personagem, uma história, um drama. Que tem informações que permitam você pensar sobre você mesmo, a sociedade, sobre os nossos tempos. Então, por exemplo, uma rebelião em Pernambuco, você tem essa informação seca. Mas é mais uma rebelião que aconteceu entre tantas. A gente vira e mexe trata de questões de FEBEM como política pública. Mas isso é um dado seco, quase burocrático. Diferente de uma história de uma menina que arrebatou a fitinha e três garotos a levaram, e essas pessoas usam fitas, tem adolescentes e sexo, ela consentiu ou não, etc. Você tem todo um drama aí interessante, que quando você vê a notícia você se pergunta já quase imediatamente: “Que história é essa? Que história estranha!” e aí você pensa na sua filha. [...] Tem histórias que falam sobre você, que você pensa sobre você, você se coloca no lugar. Não que exista uma regra, mas eu acho que no fundo é isso: o que instiga as pessoas. Óbvio que eu posso achar que uma instiga e outra pessoa não. Teve ontem o caso de um cara que pegou uma BMW de 450 mil reais e socou no muro. Meu chefe disse “Nossa! Essa história é sensacional, demais!”. Eu não achei tanto assim. Óbvio, ele é chefe então isso vai pesar mais pela opinião dele. É meio assim que funciona.*

*(Jornalista Bruno Paes Manso)*

O trecho exposto foi a resposta a nossa pergunta: *o que é necessário para que um evento se torne notícia?* O início da resposta : *se aconteceu no dia, é notícia* nos permite fazer uma distinção entre acontecimento e notícia. Mas para que um jornalista tenha acesso a algum fato, ele precisa antes de tudo recorrer às fontes.

*Você tem desde a assessoria de Imprensa da Secretaria de Segurança, assessoria de Imprensa da Polícia Militar, a escuta e os próprios jornalistas fazem uma ronda pra saber mais ou menos o que aconteceu durante o dia. Então é um trabalho diário pra saber o que aconteceu.*

*(Jornalista Bruno Paes Manso)*

No caso do programa jornalístico Brasil Urgente, que segue uma linha predominantemente policial, as fontes são igualmente fundamentais, e elas surgem pela denúncia de pessoas da própria população que telefonam para a emissora relatando um episódio, ou entram em contato com a polícia para fornecerem informações que podem virar “furo” de reportagem ou não. Segundo Wagner Império, essas fontes, especificamente, precisam ser preservadas quanto ao sigilo, e o jornalista deve obedecer às instruções dessas fontes: *está acontecendo isto, mas não divulgue ainda. Quando puder, eu aviso*. Considerando que a função da mídia é relatar fatos que ocorrem num espaço público, um evento será construído como acontecimento em função de seu potencial de “atualidade”, de “socialidade” e de “imprevisibilidade” (CHARAUDEAU, 2009).

O potencial de atualidade ao qual Bruno Paes Manso se refere, diz respeito à distância entre a emergência do fato e sua divulgação. O valor da atualidade reside em seu imediatismo e, ao mesmo tempo, em sua efemeridade, pois novos elementos devem surgir num curto espaço de tempo para se evitar a saturação. Outra característica da “atualidade” é a aproximação espacial do fato com o ambiente do sujeito que recebe as informações. Assim, o potencial de atualidade está ancorado na conjunção espaço-temporal que um evento traz.

Um fato se converte igualmente em acontecimento por sua socialidade, ou seja, quando um fato se torna familiar por meio de uma vinculação a temas relevantes anteriormente problematizados, o que não quer dizer, no entanto, que, mesmo havendo familiaridade, as informações não possam trazer algo de insólito. A criminalidade urbana é algo familiar e recorrente, mas sempre nos chamam à atenção particularidades de certos crimes, pessoas envolvidas, novas áreas que se tornaram perigosas, etc.

A informação deve também desestabilizar o sujeito e daí reside seu potencial de “imprevisibilidade”. Ela deve perturbar a tranquilidade dos sistemas de expectativas do sujeito consumidor da informação e para isso a mídia precisa evidenciar o particularmente notável, o qual, tanto para Bruno Paes Manso como para Wagner Império, reside na dramaticidade do acontecimento e no potencial para fazer as pessoas pensarem ou se indignarem. Embora Manso afirme que as decisões para algo virar notícia são de caráter subjetivo, ao mesmo tempo ele

reconhece que, na estratégia de captar o drama, a notícia tenderá a atrair mais atenção. E atenção, nesse caso, pode ser traduzida por vendável. Podemos dizer que as decisões são tão subjetivas assim?

Wagner Império acrescenta que um fato pode se transformar em notícia quando causa indignação ou apresenta seu caráter inusitado. Além das fontes policiais ou da audiência acima citadas, a observação do jornalista diante de determinado caso é crucial, pois será desta observação, com a concordância do editor, que uma matéria vai ao ar. Dito pelo jornalista: *Eu, por exemplo, vejo que isso é digno de indignação. Claro que o jornalista não decide sozinho. Ele liga para o editor.*

Trata-se, segundo ele, de uma sensibilidade do jornalista e do editor sobre o mercado, em relação à instituição (emissora) e à própria família. Mas como se apresenta esse “caráter inusitado” no programa Brasil Urgente? Ele nos esclarece por meio de um exemplo fictício:

*Por exemplo. Não que tenha acontecido. Vou tentar dar um exemplo hipotético. Jovem de classe alta passa em alta velocidade na Rua Oscar Freire, sobe na calçada e atropela quatro pessoas também de família de classe alta. Quebra a vitrine de uma loja, destrói a loja e isso vira uma imagem para a televisão, para a internet, etc. Claro que no caderno cotidiano da FSP, que é um jornal bem mais elitizado, vai ter essa foto. Mas eu não acredito que a mesma FSP ou o próprio Estadão vai publicar uma foto de um cara com uma Brasília 77 que subiu na calçada e bateu numa banca de jornal lá no extremo da Vila Curuça da zona leste da capital e duas crianças acabaram morrendo. Quem vai cobrir isso? **Provavelmente o Brasil Urgente**, o SP Record da TV Record e talvez a Globo faça uma matéria na primeira edição de um minuto. Mas isso não vai pra toda a mídia. Agora, se for na Oscar Freire, com certeza vai. [...] A importância social da pessoa também conta. Isso é o que determina muito da audiência dos telejornais.*

*(Jornalista Wagner Império).*

Outro critério para se publicar uma notícia não reside somente no grau de importância, mas no interesse que a concorrente manifesta sobre o fato noticioso. Manso exemplifica tal critério por meio do caso “Isabella”:

*Quando aconteceu a história, eu lembro que foi num sábado, se não me engano, a gente deu “pequeno”, a gente deu a história pequena e não imaginava que poderia se transformar no que se transformou. Talvez a Folha abriu o caderno com isso, mas a gente não deu muito bola. Só que a gente foi atropelado pela repercussão. E aí quando você tem uma*

*repercussão como essa e todo mundo só fala nisso, fica difícil você não entrar. [...] Porque é um caso que atrai muita curiosidade. É claro, eu acho que dá pra você fazer uma cobertura melhor, claro que dá pra você fazer uma cobertura mais afastada e até tentar entender o que está passando, mas é difícil no dia a dia, porque sempre tem uma novidade. Você sempre tem medo de ser furado. Daniel (?) tem uma frase boa: o jornalista cria o monstro e depois é engolido por ele. Quando está feito, você não consegue mais escapar. Todo mundo está dando e se você não der, você é cobrado (risos).*

*Jornalista funciona muito de acordo com a concorrência. Se a concorrência está dando, então você não pode ficar atrás. Então isso é uma bola de neve. Isso é muito normal em Jornal. Certos casos não são tão importantes, mas se alguém está dando, você também tem que dar. Os inimigos que ditam as regras (risos). (Jornalista Bruno Paes Manso)*

Vale esclarecer que a referida competitividade se instaura entre os mesmos tipos de mídia. A Folha de S. Paulo não se preocupa com o jornalismo de uma emissora de televisão como se importa com o Estado de São Paulo. E o mesmo ocorre no meio televisivo.

Além dos critérios acima apresentados, Marcondes Filho, com um teor mais crítico e político, considera que algo vira notícia em razão também de interesses mercadológicos que têm como objetivo negar a subjetividade.

*Notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo. Além do mais, ela é um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político (MARCONDES FILHO, 1989, p. 13).*

Certamente este é um ponto polêmico que decorre da radicalidade da citação acima, sobretudo sobre a “negação do subjetivismo”. Manso considera o papel do jornalista como aquele que vem para desestabilizar e fazer pensar, o que ocorre quando ele extrai de um fato o essencial daquela história.

*Eu vejo o jornalista, mais ou menos, transportando para o indivíduo, como psiquiatra, como psicólogo. Quando você vai ao psicólogo, quando você vai ao psiquiatra, você vai fazer uma terapia, você precisa falar a verdade sobre você, você precisa pensar sobre você, você precisa remoer seus podres, você precisa colocar o que você tem de ruim pra fora, você precisa verbalizar isso para se entender melhor. E a partir dessa verbalização, a partir desse autoconhecimento, saber um pouco quem é você e se situar, e avançar ou mudar ou se transformar. Acho*

*que jornalismo é isso. Às vezes você precisa falar de seus podres, você precisa ser chato, você precisa jogar na cara o que o leitor não quer saber. Eu trabalho com homicídios e é um assunto desagradável. É um assunto que as pessoas não querem saber. É um assunto de mau gosto. Mas como jornalista eu faço questão de esfregar, de trazer isso à tona, de ser incômodo às vezes.*

*(Jornalista Bruno Paes Manso)*

Se analisarmos a fundo esta analogia, perceberemos incongruências. Num contexto psicoterápico, o paciente é produtor e produto de sua reflexividade. Colocar para fora “os podres” converte-se num ato autorreflexivo, indispensável para o autoconhecimento. No caso da mídia, ou do jornalista, de acordo com o trecho selecionado, não é ele ou a mídia o objeto próprio da reflexão, mas aquele que fará o outro pensar a respeito. Apontar para o outro os problemas sociais pode cumprir uma função importante ao ampliar o escopo de análise do fenômeno; afinal de contas, a mídia certamente tem um papel preponderante ao dar visibilidade aos problemas sociais. Mas os “podres”, associados a uma “dramaticidade”, parece-nos gerar um amálgama com funções estratégicas cujos efeitos podem ser bem diferentes da boa intenção do jornalista.

Como estrutura discursiva, uma notícia pode ser definida como:

*...um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo espaço temático, tendo um caráter de novidade, proveniente de uma determinada fonte e podendo ser diversamente tratado. Um mesmo espaço temático: significa que o acontecimento, de algum modo, é um fato que se inscreve num certo domínio do espaço público, e que pode ser reportado sob a forma de um minirelato. (VOLLI, 2000, p. 34).*

Ou seja, transformar dados brutos numa narrativa é sempre um ato interpretativo (VOLLI, 2000). E nesta construção narrativa, o jornalista ou editor

*... aumenta, reduz, suprime fatos; ele é o tradutor e “transformador” da realidade social em termos que interessam à sua empresa e às convicções políticas e ideológicas que defende. Nas suas mãos, está depositada a tarefa de trabalhar a opinião pública e procurar moldá-la segundo essas intenções (MARCONDES FILHO, 1989, p. 50)*

Daí, surge outra indagação: Como é realizado todo esse processo em relação à produção de notícias sobre crime? Por meio de argumentos persuasivos.

Segundo Best (2008a), os argumentos persuasivos compartilham uma estrutura retórica com três componentes fundamentais: bases (*grounds*), justificativas (*warrants*) e conclusão (*conclusion*). Quando nos engajamos em discutir a natureza de um problema, estamos nos remetendo às suas **bases**. As **justificativas** referem-se às razões pelas quais devemos nos preocupar, e a **conclusão** tem por objetivo oferecer os caminhos para a solução do problema.

No discurso midiático, esses três componentes podem estar presentes, mas é pelas bases que se exercerá maior poder de convencimento, além de ganhar forma por meio das seguintes estratégias: ***sugerindo relações causais, mobilização de emoções, nomeação, grau de proximidade, tipificação de pessoas afetadas (produção de estranhos) e uso de dados estatísticos.***

### Sugerindo relações causais

Referir-se às condições de um problema é explicá-lo por relações causais. *O conceito de causalção, tão essencial para a nossa capacidade de manipular o ambiente físico que nos cerca, é igualmente indispensável a nossa capacidade de manipular o ambiente social à nossa volta* (PINKER, 2008, p. 264). Embora saibamos que alguns fenômenos sociais não podem ser rastreados a uma causa original, em razão da própria complexidade do fenômeno (violência é um dos exemplos mais claros), ainda assim não escapamos de procurar relações causais, o que ocorre de acordo com a adoção de determinadas palavras (verbos e advérbios) que são empregadas no uso corrente da linguagem.

*A causalção é só uma das toupeiras-de-sentido que ficam aparecendo pelas linguagens do mundo em um buraco ou em outro. Entre os buracos da brincadeira estão as classes e microclasses: prefixos, sufixos e outros termos gramaticais (como preposições, conjunções e auxiliares); e “verbos leves”, como fazer, ser, ter, tomar e ir (que em algumas línguas são os únicos verbos que existem) (PINKER, 2008, p.104-105).*

Certamente torna-se difícil não só atribuir relações causais, como também a imputação da culpa. Tomemos como exemplo os desabamentos que ocorreram em

São Paulo em decorrência das chuvas (9 de dezembro de 2009). Várias pessoas morreram soterradas. Quem as matou? As chuvas? A qualidade do solo que não ofereceu resistência suficiente às quedas d'água? As pessoas que se arriscaram em morar em zonas perigosas, por ignorância ou por falta de opção? A situação de miséria social que as condena a sobreviverem em morros? Todas juntas? Elas são multifatoriais e uma causa terá maior relevância a partir do ponto de vista de quem a problematiza. *O conceito de causalção que aplicamos quando escolhemos nossos verbos também é o conceito que aplicamos quando responsabilizamos as pessoas (PINKER, 2008, p. 264).*

O que certamente nos interessa aqui é discutir como o estilo comunicacional, sua forma e conteúdo, favorece a circulação de repertórios causais, configurando assim um terreno fértil para a emergência de sentimentos de insegurança. Por quê?

Um acontecimento social torna-se inteligível quando sua construção se assenta numa dimensão temporal, favorecendo certa ordenação de um evento em relação ao outro. Ora, neste enquadramento temporal (passado, presente e futuro), relações causais, ainda que implícitas ou problematizadas, quando engendradas (ou insinuadas), acabam por produzir efeitos precisamente numa dimensão temporal específica: o futuro.

A incerteza do futuro como marca característica dos tempos pós-modernos, encontra sua visibilidade nos diferentes discursos que problematizam problemas sociais. Num discurso específico como o midiático, o uso de um estilo de organização dos dados que incorpora verbos e advérbios de causalidade (GARDNER, 2009), nos remete inevitavelmente a uma colonização do futuro fragilizada, simplesmente porque a causa de certo fenômeno não nos garante segurança em relação aos seus desdobramentos.

Um exemplo desse tipo de abordagem será demonstrado no próximo capítulo, quando analisaremos uma reportagem especial sobre violência, veiculada no Jornal Nacional, Rede Globo de televisão. Nela, relações causais são evidenciadas como forma de explicar os comportamentos violentos. Mas, ao contrário do que imaginamos, ter uma causa identificada não nos torna mais seguros e calmos em relação a possíveis consequências futuras.

## Mobilização de emoções

Para tipificar um problema é necessário ilustrar a seriedade do fenômeno em questão. Nesse processo, as descrições tendem a ser extremas e com forte apelo emocional e melodramático. As emoções são essenciais para as histórias de crime, mas aquelas despertadas nessas histórias são mais fortes porque não provocam somente tristeza, mas despertam raiva (GARDNER, 2009). Uma das histórias mais recentes é o “Caso Isabella”, cujo apelo emocional foi decisivo tanto na construção da opinião pública como no julgamento do caso.

Embora o fator “emoção” seja o mais crucial na distorção de certas notícias, ela ocorre porque jornalistas também podem sentir a mesma raiva e indignação. Em que medida seus sentimentos se sobrepõem às decisões institucionais e profissionais é outra questão. Para Marcondes Filho (1989), nada escapa às decisões pensadas. Um jornalista pode sentir indignação, mas deve, ao mesmo tempo, construir uma narrativa que produza comoção em vez de raiva, se este for o interesse institucional.

Em relação ao que foi dito, Wagner Império, do programa Brasil Urgente, afirma que o uso de dramaticidade nesse programa cumpre outra função:

*Com relação à drama. Sabe. Se você conta um drama no Brasil Urgente, claro que vai ter audiência nessa reportagem. Eu tenho que ter essa dramaticidade porque para você ou pra mim pode não ser um drama, mas pra quem tá vivendo é. E a pessoa quer contar aquilo. Esse tipo de telejornal fez com que a imprensa como um todo chegasse às classes menos favorecidas. Porque antes mulher que apanhava do marido ou criança espancada não aparecia na TV. Hoje a gente tem esse espaço. Por exemplo, apareceu ontem no Brasil Urgente. Uma criança foi espancada, hematomas no rosto, os olhos com sangue, por causa de um pedaço de carne. Você veja que a situação é muito grave. Porém essa matéria teve uma repercussão, pelo drama da criança, muito maior do que uma reportagem que eu fiz ontem, que foi um assalto em São Bernardo do Campo onde o bandido, na hora de se entregar, usou uma menina como escudo. Ela ameaçou fugir e ele deu dois tiros nela e uma senhora de 65 anos levou outro tiro. [...] foi um caso que chocou menos do que a criança que foi espancada por causa de carne.*

*(Jornalista Wagner Império).*

Para ele, o drama é intrínseco à situação e não potencializada pelo telejornal. O que interessa ao jornalista e ao editor é a visibilidade de uma

situação dramática vivida pela população. Em razão desta resposta, refizemos a pergunta:

*Pesquisador: você vem colocando que o noticiário Brasil Urgente cumpre uma função social de divulgar o que está acontecendo. Mas há também um interesse mercadológico? Ou seja, o sofrimento alheio vende? Eu divulgo uma notícia porque é importante enquanto função social ou porque é vendável?*

*Wagner Império: Acho que as duas coisas, pra você vender uma notícia ela tem que ser boa. E a gente tem que ter em mente que o público vai se interessar por aquela matéria. Além da função social, ela tem que ser boa. Você não vai fazer uma matéria que ninguém vai ver. Qual é a função social nesta história? Primeiro é divulgar a realidade do que está acontecendo. Segundo, é um exemplo para que outras pessoas não façam aquilo que a gente não tá vendo na TV. Espancar uma criança por causa de um pedaço de carne?*

Então, para o jornalista, o fator “vendável” está atrelado ao interesse da população que se resume em ver sua realidade na TV. Esta visão corrobora com o que afirma Ana Rosa Dias:

*A imprensa popular expressa-se como o povo – já que se apóia nos coloquialismos da linguagem, faz uso de vocabulário gírio etc.; e dirige-se para o povo – pois não só atende à expectativa comunicativa do leitor popular, que é a do entendimento imediato da informação, mas também aborda temas que fazem parte do seu cotidiano e são de seu interesse (DIAS, 2003, p. 110)*

Em outro momento da entrevista, Wagner Império considera que há um interesse mórbido por parte da população, mas, no que tange ao telejornal, este não produz maior dramaticidade do que aquela que já existe na própria realidade retratada. No entanto, baseado até mesmo no exemplo citado na entrevista, o sucesso de uma reportagem, a nosso ver, estaria ligado à aproximação entre a audiência com a situação veiculada na notícia. Sentimos mais em relação àqueles com os quais podemos minimamente nos identificar, e a tipificação se encarrega de fornecer descrições que produzam tais efeitos. Como as descrições são perturbadoras, o público tende a prestar mais atenção.

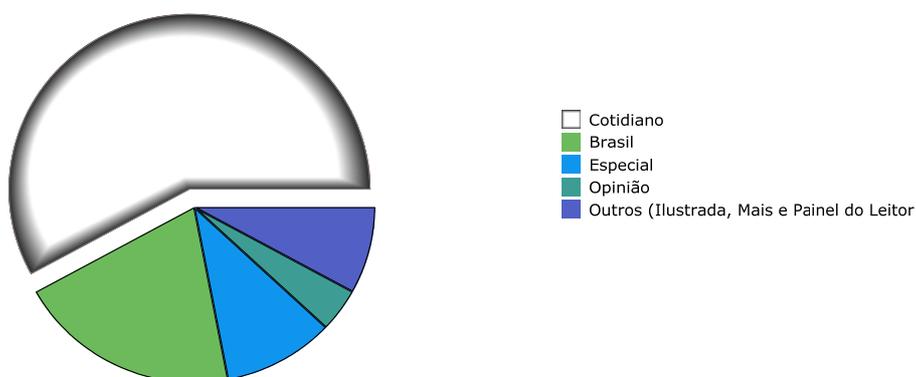
### **Nomeação e tipificação**

Segundo Volli, para que um acontecimento exista, é preciso nomeá-lo (2000). Atribuir um novo nome para um problema é uma forma de atrair mais atenção e discussão pela sua originalidade como também sintetizar todos os elementos que compõem o caso. Vez por outra, alguns crimes, em razão de sua especificidade ou notoriedade, acabam recebendo nomes como é o “caso Isabella”, “caso Bruno”, caso “Mércia”, “maio sangrento” (ação organizada do PCC em maio de 2007), “maníaco do parque”, entre outros.

Entretanto, casos que não alcançam notoriedade são classificados pelo tipo de crime. A tipificação de crimes vinculada à natureza da infração não define para o público receptor o que é violência ou crime. Trata-se meramente de classificar um tipo de infração dentro do que a lei ou o senso comum comumente atribui e não há como escapar disso, em razão do uso da linguagem cumprir uma função classificatória. A nomeação traz um caráter novo para o problema, podendo se converter em foco de interesse. As tipificações, por sua vez, acabam reiterando cotidianamente quais são os crimes mais frequentes, reforçando a seriedade, incidência e ubiquidade do problema.

Durante o processo de pesquisa, realizamos um levantamento por meio da mídia impressa (Jornal Folha de S.Paulo) para identificarmos quais os tipos de crimes eram veiculados em reportagens que incluíssem os descritores “violência” e “urbana”. No período datado de 21/8/2008 a 21/9/2009, encontramos somente quatro artigos que continham esses descritores. Ampliamos a seleção, selecionando reportagens que apresentassem somente o descritor “violência” e, como resultado, encontramos o termo referido em 50 artigos, distribuídos nos seguintes cadernos:

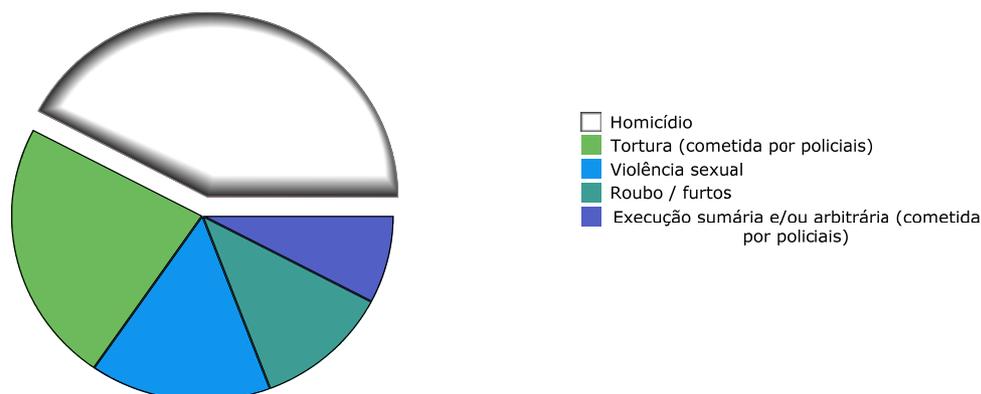
**Gráfico 1 - FOLHA DE S. PAULO: Distribuição de artigos ou reportagens por caderno (FSP)**



CADERNOS	Número de artigos ou reportagens
Cotidiano	29
Brasil	10
Especial	5
Opinião	2
Outros (Ilustrada, Mais e Painel do Leitor)	4

Pelo fato de o caderno Cotidiano deter 58% dos artigos no levantamento (29 artigos/reportagens), optamos por rastrear os tipos de crime somente nesse caderno, excluindo crimes que não se enquadravam no tipo de violência urbana (ver quadro xx, página xx ), como mostra o gráfico abaixo:

**Gráfico 2 - Tipos de crime no caderno Cotidiano (FSP)**



CADERNOS	Número de artigos ou reportagens
Homicídio	11
Tortura (cometida por policiais)	6
Violência sexual	4
Roubo / furtos	3
Execução sumária e/ou arbitrária (cometida por policiais)	2

O primeiro tipo de crime que encabeça a lista é o homicídio, seguido de tortura e violência sexual (sem especificações). A tortura recebeu destaque no período, por causa de uma cobertura extensiva acerca de denúncias de agressão perpetradas por policiais a dois indivíduos que eram suspeitos de terem cometido abuso sexual, seguido de assassinato. A cobertura e a polêmica que gerou elevaram o número de artigos. Os quatro artigos que mencionavam as palavras “violência” e “urbana”, tipificaram os crimes como homicídio, tráfico de drogas e crime financeiro.

Nas palavras de Pierucci (1999), a experiência da violência criminal é inseparável da experiência da narrativa dos fatos de violência, sejam eles de quaisquer fontes. E nas narrativas e nesse processo de tipificação, a mídia torna evidentes os tipos de crime com os quais devemos nos preocupar.

### **Identificação**

Mencionamos anteriormente que a proximidade espacial permite à notícia mobilizar interesses particulares quando o fato ocorre no mesmo espaço físico que o da própria instância de recepção. Conquanto possamos nos sensibilizar com a fome na África, são os desabrigados do Brasil, ou as vítimas das enchentes em São Paulo que tendem a captar mais a nossa atenção.

A constatação referida acima nos remete ao que discutimos no capítulo anterior sobre processos de identificação. A aproximação espaço-tempo favorece este processo na medida em que os atores envolvidos, principalmente as vítimas de violência, vivem, transitam e passam por situações as quais se assemelham ou poderiam se assemelhar às nossas. Trata-se, portanto, de uma identificação não só espaço-temporal, mas com o sujeito retratado numa notícia, com suas condições sociais e emocionais, que nos mobiliza a nos colocarmos em seu lugar.

No caso da violência urbana, se ela ocorrer aleatoriamente, então todos nós poderemos ser afetados. A randomização da violência tende a aumentar as nossas ansiedades, pois o controle sobre a situação diminui, à medida que a possibilidade de sofrer algum agravo é igualmente distribuída.

No caso específico da mídia televisiva, por ser um veículo doméstico, cotidiano e onipresente (pode estar no ar 24 horas por dia), as imagens por ela

veiculadas têm um poder performático significativo, visto que o receptor não simplesmente contempla as imagens, mas se identifica com elas. Em suma, *a tela da televisão não nos oferece modelos a imitar, mas se oferece como espelho no qual acreditamos estar refletida nossa própria imagem (KEHL, 2004a, p. 8).*

### **A produção de estranhos**

*Você precisa da vítima para se identificar e um ladrão para não gostar. Você quer e tem que achar um culpado.*

*(Participante Grupo Focal 2, sexo feminino, 22 anos)*

Toda notícia que envolva crime traz como protagonistas o infrator, a vítima e a esfera da Justiça (incluindo a instituição Polícia). Na maioria dos casos, a idoneidade da vítima é preservada e sua dor é evidenciada promovendo a identificação anteriormente descrita. A Justiça nem sempre é protegida, mormente quando há a participação da Polícia em assassinatos, ou quando a Justiça é omissa. Contudo, a visão construída do infrator nunca é ponderada.

Pela forma como o fato é descrito, o infrator converte-se num estranho perigoso. Ele não é meramente um desconhecido, mas estranho por corromper uma ordem natural das coisas. Crueldade, frieza, descaso com a Justiça, todos esses elementos nos fornecem motivos para desconfiarmos de qualquer pessoa estranha.

### **Utilização de números**

Por meio de índices de criminalidade, associados à apresentação de casos, infere-se que o problema está ficando cada vez pior e, portanto, demanda ações imediatas. Os dados estatísticos têm um considerável poder de persuasão, pois, além de sugerirem que são retratos objetivos da realidade, são construídos por saberes especializados. Best nos oferece uma série de advertências sobre o uso de dados estatísticos na configuração e recepção de um problema social:

- Pessoas envolvidas na construção de um problema social usualmente lançam mão de explicações específicas e apresentam dados estatísticos para documentar os efeitos mais importantes que um fenômeno acarreta (BEST, 2008b, p. 89).
- Temos uma tendência a assumir que estatísticas são fatos, dados de realidade recém- descobertos. Afinal de contas, estatística é feita de números e eles são sólidos. Porém, devemos lembrar que a contagem é feita por pessoas. E isso faz toda a diferença (BEST, 2004, p. xii).
- Os estatísticos escolhem o que contar, como abordar os dados, quais resultados eles dividem com os outros e quais palavras são usadas para descrever e interpretar os dados (BEST, 2008b, p. xiii).
- Os números dão sustentação para aquilo em que acreditamos.
- Muitos dos dados estatísticos que encontramos, se não servem para nos assustar, pelo menos nos deixam ansiosos (BEST, 2004, p. 64).
- Números grandes sugerem que o problema também é grande.

Porém, os dados estatísticos não se prestam somente como estratégia de persuasão, mas assumem também contornos políticos. Rose (1999) em seu livro *Powers of Freedom* argumenta que a relação entre números e a política é recíproca e mutuamente constitutiva. Os números não inscrevem uma realidade preexistente, mas a constituem. Longe de serem somente elementos informativos e construtores de fatos sociais, eles têm sua utilidade como tecnologias de governo:

1º – Operam como instrumento diagnóstico dentro de uma racionalidade liberal. Pesquisas de opinião dão visibilidade e quantificam sentimentos da população. Eles prometem equilibrar o exercício da autoridade pública com os valores e crenças dos cidadãos privados.

2º – Tornam modalidades diferentes de governo tanto possíveis como julgáveis. Possíveis porque ajudam a construir o objeto no qual o governo é requerido a operar, como é o caso dos índices de criminalidade. Eles mapeiam as fronteiras e as características internas dos espaços da população, da economia e da sociedade. As instituições, universidade, indústria, e assim por diante, tornam-se inteligíveis, calculáveis e praticáveis mediante representações que são, pelo menos em parte, numéricas. E ainda são julgáveis, considerando-se que taxas, tabelas, gráficos, tendências e comparações numéricas se tornam essenciais nas análises críticas das autoridades na sociedade contemporânea. Nesse sentido, a vigilância é marcadamente conduzida pela linguagem dos números.

3º – São técnicas cruciais para o governo moderno. Por meio dos números é que se mantém um controle de impostos, administração financeira e é também

mediante índices de mortalidade, nascimento, morbidade e criminalidade que se engendram e se justificam novos programas sociais.

Enfim,

*Técnicas de inscrição e acumulação de fatos sobre “a população”, a “economia nacional”, “pobreza”, tornam visível um domínio com certa homogeneidade interna e limites externos. Em cada caso, a coleta ou agregação de números participam na fabricação de uma “clareira” dentro da qual pensamento e ação podem ocorrer. Os números aqui ajudam a delinear espaços irrealis para a operação de um governo e marcá-los a partir de um quadro de normas que permite avaliação e julgamento. (ROSE, op cit, p.212).*

Assim, ao transformar o mundo qualitativo em informações quantitativas, os números propiciam o controle por meio de classificações que facultam às pessoas não só pensarem em si próprias, com base nessas informações, como também balizar suas escolhas por elas. Por conseguinte, os números não deixam de estar atrelados a um aparato de dominação.

De acordo com Leewuen (2005), a migração de dados estatísticos para o discurso midiático se dá pelo que ele denomina de *transferência de gênero*, ou seja, a importação de uma determinada prática social (dados estatísticos provenientes de publicações científicas) para outra (discurso midiático). Tal estratégia comumente ocorre porque estatísticas assustadoras recebem maior cobertura jornalística do que dados positivos (BEST, 2004).

Neste trâmite, escolhas e decisões são igualmente performadas para que a notícia atinja seu público alvo. Mas a maneira como esses dados são dispostos numa reportagem pode fazer muita diferença no impacto causado no público receptor.

A título de ilustração, realizamos outro levantamento no jornal Folha de S. Paulo (FSP) e selecionamos as reportagens que apresentavam dados estatísticos provenientes de pesquisas realizadas por órgãos do governo, institutos de pesquisa ou universidades<sup>21</sup>. Elaboramos o quadro abaixo selecionando os dados que consideramos relevantes para este levantamento: data de publicação, caderno,

---

<sup>21</sup> Utilizamos como palavras-chave “violência”, “estatística” e “pesquisa”. Em razão de algumas reportagens não utilizarem a palavra estatística e sim índice, fizemos o mesmo levantamento substituindo a palavra “estatística” por “índice” e descartamos as duplicidades encontradas.

página, título, órgãos ou institutos que produziram a pesquisa, presença de gráficos e imagens (fotos ou desenhos).

**Quadro 2 - Levantamento de notícias vinculadas a índices de violência produzidos por órgãos e/ou instituto de pesquisas (FSP)**

## FOLHA DE S.PAULO

Data	Caderno	Pág	Título e Subtítulo	Órgãos de pesquisa/ Índice	Gráficos	Imagens
07-06-2009	Opinião		O desrespeito à diferença: recente pesquisa revela que os homossexuais são o grupo que sofre mais discriminação nas escolas de Brasília	Rítia/ Homofobia no ambiente escolar	-	-
22-07-2009	Cotidiano	C8	Homicídio é a causa de 46% das mortes em adolescentes	UERJ-Unicef/ Índice de Homicídios na Adolescência	1	-
09-08-2009	Cotidiano		Estudo vê falhas no trabalho de ouvidorias: pesquisa da USP aponta que maioria dos órgãos do país não acompanha casos de letalidade policial	Núcleo de Estudos da Violência-USP/ Letalidade policial e ouvidorias	1	-
17-08-2009	Folhateen	6-9	Uma geração na mira: dados mostram que homicídio são a principal causa de morte de adolescentes no Brasil	Programa de Redução da Violência Letal/ Índice de Homicídios na Adolescência	4	5
19-09-2009	Cotidiano	C7	Acidentes com motos em São Paulo triplicam em 8 anos: 35% das mortes nas rodovias em 2008 foram de motociclistas	ARTESP*	-	-
06-10-2009	Cotidiano	C8	IBGE vai contar vítimas de roubo e agressão: Pnad 2009, cuja coleta de dados começa hoje, fará retrato mais detalhado da violência doméstica e também abordará alimentação	IBGE-Pnad/ Vitimização e Justiça	-	-
01-11-2009	Classificados Veículos	9	Blindagem bate recorde e apela para proteção leve: por R\$ 19 mil, já é possível blindar um sedã médio contra revólver 38	Abrablin/ Atentados contra veículos	-	1
15-11-2009	Mundo	A21	Insegurança pressiona governos latinos: à diferença de índices sociais, a violência piora; com 8% da população, América Latina tem 33% dos homicídios do mundo	-	1	
25-11-2009	Cotidiano	C1 e C4	Maioria dos jovens já viu vítima de homicídio: Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram ainda que 30% deles já sofreram violência	Inst. DATAFOLHA e Fund. SEADE/Percepção da violência e Índice de Vuln. dos jovens	-	1

\**Agência que regula os transportes rodoviários do Estado.*

Depois dessa apuração inicial, selecionamos uma reportagem baseando-nos nos seguintes critérios: maior destaque (número de páginas destinadas ou espaço ocupado na página), presença de gráficos e imagens (apelo visual como chamativo para o leitor).

Embora o levantamento na FSP evidenciasse a presença do caderno “cotidiano” como o caderno que mais publicou reportagens dessa natureza, selecionamos para uma análise mais minuciosa a reportagem publicada no dia 17 de agosto de 2009, no caderno “Folhateen”, intitulada *Uma geração na mira:*

*dados mostram que homicídio são a principal causa de morte de adolescentes no Brasil*, porque ela recebeu maior destaque (um caderno especial e um espaço de quatro páginas), ilustrada com fotos e gráficos.

Na referida reportagem, destacamos **frases que apresentavam dados estatísticos** ou as que consideramos impactantes. O que chamamos de “impactante” é arbitrário, mas procuramos designar com esse adjetivo frases em que houvesse algum apelo emocional, digno de atenção. Por exemplo, *O Brasil é perigoso* e *os números podem ser piores* são frases consideradas por nós impactantes. Frases semelhantes às selecionadas foram descartadas, pois ou se tornariam repetitivas, ou ampliariam demasiada e desnecessariamente o nosso quadro de análise.

Ao lado de cada frase, atribuímos uma classificação valorativa: “negativo”, “positivo” e “atenuante”. Não se trata de uma categorização moral, mas uma tentativa de adjetivar o tipo de enunciado apresentado no texto. No sentido coloquial do termo, consideramos “negativo” a má notícia, por “positivo”, a boa notícia e por “atenuante”, frases que tendem a amortecer as más notícias anteriores.

**Página 1:**



UMA GERAÇÃO NA MIRA	NEGATIVO
Dados mostram que homicídios são principal causa de mortes de adolescentes no Brasil	NEGATIVO
De cada mil pessoas que chegaram aos 12 anos, mais de 8 serão assassinadas antes de fazerem 19 anos	NEGATIVO
Se a situação não mudar, devem ser assassinados 33.504 jovens de 12 a 18 anos, entre 2006 e 2012	NEGATIVO
Uma morte a cada duas horas em média	NEGATIVO
Os riscos são 11,9 vezes maiores para homens em relação às mulheres	NEGATIVO
Os homicídios já são causa de 45% das mortes de jovens de 12 a 18 anos	NEGATIVO
Brasil é perigoso (destaque)	NEGATIVO
E os números podem ser piores	NEGATIVO
O estudo "Mapa da violência: os jovens da America Latina" mostrou que o Brasil tem a quinta maior taxa de homicídios	NEGATIVO
Ao longo do tempo, vemos que as mortes podem ser prevenidas	ATENUANTE

A reportagem inicia com o seguinte enunciado:

*Imagine que você tenha mil amigos no seu Orkut ou Facebook, todos com idade entre 12 e 18 anos, e que dois deles sejam assassinados antes de completar os 19.*

Considerando que o caderno é dirigido ao público jovem (Folhateen), o apelo ao *orkut* e ao *facebook* é uma estratégia que busca abordar um tema abrangente para uma experiência imediata como são as redes sociais da internet (identificação). Esse redimensionamento ou adaptação se dá também por meio da redução de números. Observemos:

*“Lá (Governador Valadares), de cada mil pessoas que chegaram aos 12 anos, mais de 8 serão assassinadas antes de fazer 19 anos”.  
“Se a situação não mudar, devem ser assassinados 33.504 jovens de 12 a 18 anos, entre 2006 e 2012, nas 267 cidades analisadas. **O que dá uma morte a cada 2 horas, em média**”.*

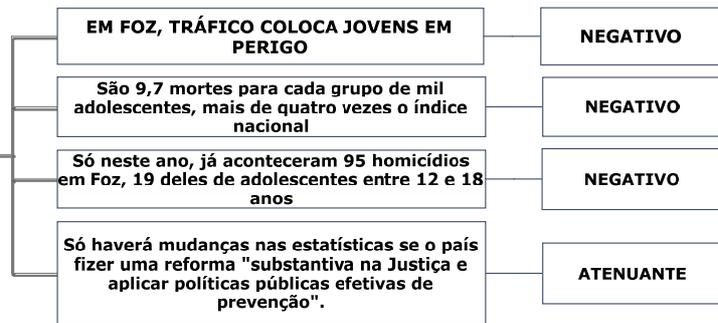
A distribuição de números numa escala temporal é interessante e nos faz ter uma noção bem palpável sobre a gravidade do caso. Curioso é que, por se tratar de uma média, um jovem de São Paulo, metrópole cujo lugar no *ranking* de cidades violentas é o 151º (Fonte Estadão), acaba recebendo essa informação como dado bruto, quando na verdade é uma média. Em outras palavras, as pessoas tendem a abstrair o qualitativo “média” e considerar toda uma categoria como única portadora da variável analisada. Se “em média”, os homens são mais racionais que as mulheres, logo todos os homens são mais racionais que as mulheres. Usar média para trazer a morte para próximo de nós não nos alivia, pois recorreremos às mesmas generalizações (PINKER, 2008).

Embora Best (2004) afirme que números grandes tendem a apresentar o problema como algo igualmente grande, Gardner (2009) tem uma visão diferente. Para ele, os números por si só não desencadeariam uma onda de medo, pois o ser humano apresenta dificuldades com números, em especial com os números grandes. Eles impressionam apenas pelo tamanho, e não pela conexão humana.

Ademais, há menos chances de ocorrer uma comoção diante da grande massa do que diante de uma pessoa. A perda de uma pessoa identificável pode nos comover de uma forma que abstrações estatísticas não podem (GARDNER, 2009).

Outro elemento importante é que as proporções tendem a produzir efeitos: 80% de 200 têm mais chances de impressionar do que simplesmente 160.

## Página 2

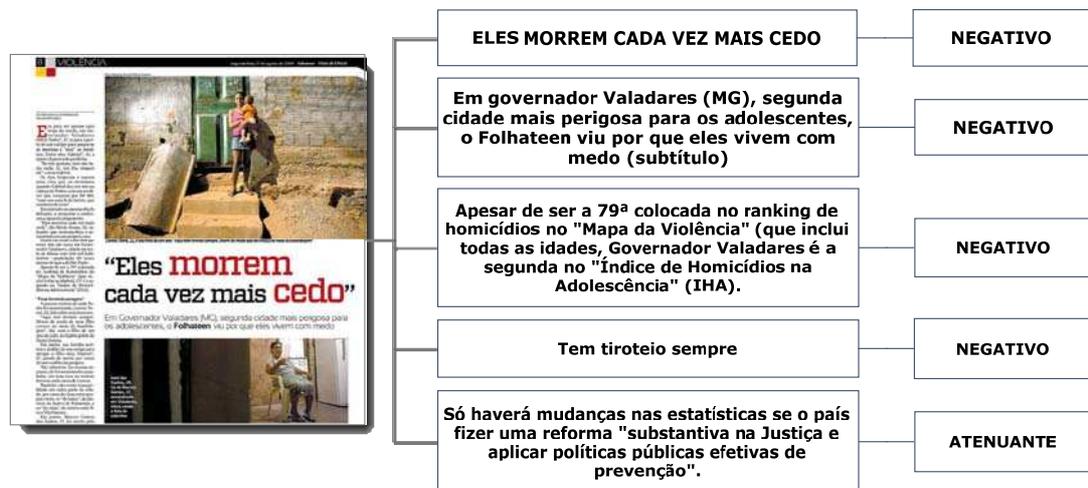


Na segunda página da reportagem, verificamos que a apresentação de índices continua. Porém, há um foco mais regional, Foz do Iguaçu, e a eleição de uma das possíveis causas de violência nessa região: o tráfico de drogas.

Quando as reportagens abordam pessoas muito distantes de nós, existe a tendência de contribuir para a nossa falta de interesse. Contudo, se os jornalistas adicionarem algumas descrições gráficas ou imagens vívidas, haverá maiores chances de atrair a atenção dos leitores ou, no caso da TV, espectadores.

Com efeito, a aproximação de números com a experiência imediata se configura como uma das estratégias discursivas para captar a atenção do público alvo. No entanto, averiguamos que, na terceira página, outra estratégia é posta em ação: utilização de histórias e depoimentos, pois para *realmente prender a atenção das pessoas, o jornalista precisa tornar a história pessoal* (GARDNER, 2009, p. 104).

## Página 3



O que potencializa o efeito de uma notícia que inclui dados estatísticos é a presença de histórias contadas nela (tipificação do problema) que, assumindo um caráter pessoal, tendem a mobilizar emoções.

*Era para ser apenas uma briga de escola em Governador Valadares (MG): Pedro, 17, ia para a porta do colégio para paquerar as meninas e “zoar” os meninos. Entre eles, Gabriel, 16, a quem chamava de gordinho. “Eu não gostava, mas não fazia nada. Aí, um dia, xinguei ele”, conta Gabriel. Os dois brigaram e nasceu uma rixa que só terminou quando Gabriel deu um tiro na cabeça de Pedro, com um revólver que comprou por R\$180, “com um cara lá do bairro, que conhecia de vista”.*

*“Aqui tem tiroteio sempre. Morro de medo do meu filho crescer no meio da bandidagem”. Diz, com o filho de um ano no colo, no bairro pobre de Santa Helena.*

*Foi nesse bairro que André, 14, foi vítima de tentativa de homicídio, em frente à sua casa. “Eu estava indo na minha tia buscar uma fralda para a filha dela e tomei um tiro nas costas”, conta. A bala atingiu uma vértebra. Ele ficou paraplégico e passa os dias numa cama.*

Por meio desses exemplos, percebemos o caráter banal e aleatório da violência. Situações cotidianas que culminaram em tragédias nos levam a pensar que todos nós poderíamos ser vítimas de situações idênticas. Constatar esse fato provoca em nós várias emoções: medo, preocupação, raiva e pena (GARDNER, 2009, p. 131). Porém, muitas dessas emoções surgem a partir de um estilo comunicacional que enfatiza a comoção. No último trecho apresentado, a informação “passa os dias numa cama” não traz nenhum dado adicional à

paraplegia a não ser sensibilizar o público sobre as consequências nefastas de uma violência banal.

No esforço de destacar conteúdos emocionais, a mídia pode acabar focalizando atos individuais e dizer pouco sobre contextos e temas mais amplos:

*O que é apresentado como fato – um assassinato, por exemplo – parece desejar emancipar-se de suas circunstâncias e já é mostrado, invariavelmente, sem que se permita qualquer referência às condições que poderiam ser identificadas como precursoras da própria violência (ROLIM, 2006, p. 190)*

#### Página 4



The image shows a newspaper clipping from 'NA ESTRADA' with a red header. Three text boxes are overlaid on the clipping, each connected to a specific part of the text. The boxes contain the following text:

- Box 1:** A violência contra adolescentes diminuiu nos últimos dois anos. This box is connected to a line of text in the clipping and is labeled **POSITIVO**.
- Box 2:** O índice de homicídios na adolescência (IHA) estima que Governador Valadares teria, entre 2006 e 2012, uma média de 37 pessoas entre 12 e 18 anos assassinadas por ano. This box is connected to a line of text in the clipping and is labeled **NEGATIVO**.
- Box 3:** Em 2007, foram 18 vítimas de até 17 anos, e em 2008, 20. This box is connected to a line of text in the clipping and is labeled **POSITIVO**.

Na última página da reportagem mencionada, seguem-se outros exemplos e depoimentos similares aos da página anterior. Tais exemplos sugerem que, se os números são tijolos na construção desse tipo de notícia, os depoimentos e as emoções suscitadas são cimento que darão forma à estratégia empreendida. A junção de dados estatísticos e exemplos são interdependentes na construção de uma notícia, pois o crescimento do crime significa que mais crimes estão sendo cometidos, e os exemplos de pessoas sendo assaltadas ou assassinadas dão sustentação aos dados numéricos.

*A queda da criminalidade significa que menos crimes estão sendo cometidos, e esta tendência não pode ser capturada por histórias de crimes individuais, pois um crime que não é cometido não é uma história (GARDNER, 2009, p. 211)*

Ao adicionarmos os qualitativos “positivo”, “negativo” e “atenuante” ao lado das frases selecionadas tínhamos em vista poder visualizar como elas estavam dispostas na reportagem e se isso sinalizaria algo para nós.

Curiosamente, essa reportagem, por ter sido construída em quatro páginas, em cada uma delas apresenta uma estrutura semelhante: vários dados negativos com um atenuante no final (primeira à terceira página). Somente na quarta página é que alguma informação positiva aparece. Essa estratégia pressupõe uma preocupação, a de não tornar o texto pesado ou pessimista, deixando para o final um pouco de fôlego para os leitores.

Mas há um detalhe que vale a pena ser discutido: a reportagem da FSP tem um apelo emocional maior por trazer depoimentos de vítimas e de familiares, mas também verificamos que o estilo na organização do texto favorece essa percepção. Qualquer discurso que consideremos significativo por definição pode ser abordado sob dois pontos de vista: forma e conteúdo. A forma diz respeito a sua materialidade, seja sonora ou gráfica, enquanto que conteúdo nos fala dos sentidos que as palavras produzem (POSSENTI, 2008).

Os sentidos que esse tipo de reportagem produz se devem ao uso de certos repertórios (expressões, figuras de linguagem, metáforas), sua performatividade e dialogicidade dentro de um contexto e respectivo endereçamento.

### O uso de imagens

O caráter realista da reportagem supracitada encontra sustentação ainda no uso de recursos semióticos, como a imagem. Na terceira página, encontramos a imagem com os seguintes dizeres abaixo: *Lorena Tomé, 22, e seu filho de um ano: “Aqui tem tiroteio sempre. Morro de medo que ele cresça no meio da bandidagem”.*



O olhar de dona Lorena para nós, leitores, segurando o filho, demanda uma atenção. Trata-se do caráter performativo da imagem que nos convoca a interagir e nos identificarmos com ela. O texto que acompanha a imagem nos direciona para aquilo com que devemos nos identificar: uma mulher com filho pequeno vivendo em meio à bandidagem e com medo. A confluência dos recursos semióticos (imagem e texto), dentro de uma reportagem que é sustentada

por índices, tem o poder de nos mobilizar porque mostra a gravidade da situação, em razão do estilo com que foi construída.

Apesar de as imagens estarem presentes nas várias notícias sobre criminalidade, uma mudança na exposição dessas fotos vem ocorrendo nas últimas duas décadas. Fotografias que tinham por objetivo chocar o público e também chamar atenção foram desaparecendo em razão da não aceitação do público e de reclamações endereçadas/encaminhadas ao jornal.

*O NP (Notícias Populares) saiu de circulação e a gente parou de fazer foto de violência, chacina. Isso é uma coisa meio de mau gosto, meio desagradável. Choca o leitor. A gente parou de fazer isso, nem Folha nem Estadão. Se sair uma foto assim no Estadão a casa cai, os leitores ficam indignados. Eu acho ruim porque quando os assassinatos eram recorde em 99 ninguém sabia direito, quando caiu 80% nesta década, ninguém sabia direito. Quando você não publica, você não denuncia, você não mostra o que está acontecendo. Então é cômodo você viver numa cidade em que morrem 100 mil pessoas por ano e você finge que está tudo bem porque o homicídio é na periferia, você aceita, você tolera e a gente vai levando. Nas guerras, as fotos sempre foram fundamentais para mobilizar politicamente as reações.*



*No Vietnã não tem a foto da garota e outra do cara tomando o tiro na cabeça no meio da rua?*



*São fotos fortíssimas que te deixam chocado. Quando você tem essa autocensura de gosto e de estética, de que não pode, de que é de mau gosto, a gente perde, acho que todo mundo perde.*

*(Jornalista Bruno Paes Manso)*

A atenção para o estilo de uma reportagem nos permite entender, e o depoimento de Bruno Paes Manso confirma, que o arranjo dos recursos semióticos é fruto de escolhas que podem estar subordinadas a contingentes institucionais, pessoais do jornalista, acionadas ou não pela opinião pública.

*Você precisa encontrar um caminho que instigue o leitor.*

*Não existe estilo imposto pela instituição. Só se a notícia está muito ruim.*

*(Jornalista Bruno Paes Manso)*

Sob essa perspectiva, ocorre uma influência recíproca entre sentido e forma, um exercendo pressão sobre o outro, cujo resultado será produto de uma escolha.

*Tradicionalmente, o objeto de estilística tem sido a forma. Por razões que são bem conhecidas (ou o privilégio de uma função da linguagem, ou o privilégio de uma definição de significação, ou da tarefa da semântica, ou, ainda, pelas concepções de qual seja o papel da sintaxe em sua relação com a semântica), a forma tem sido tomada independentemente do sentido, como se esse fosse prévio, ou, de certa maneira, independente da forma. Ora, uma abordagem do estilo, para ter algum sentido e não somente da ótica da análise do discurso, deve considerar o papel da forma na constituição do sentido e a pressão do sentido, seu papel, como um dos condicionadores da seleção, da escolha de uma forma (POSSENTI, 2008, pp. 232-233)*

Portanto, se quisermos compreender como as estratégias discursivas são construídas com a finalidade de convencer o público final sobre a gravidade de um problema social como a violência urbana, parece-nos relevante considerarmos também o estilo empregado nesses discursos, entendidos aqui como produto de escolhas vinculadas à intencionalidade de quem produz tais estratégias.

### **Recepção**

O desenvolvimento da mídia aumentou a capacidade das pessoas de experimentarem, através da interação quase-mediada (THOMPSON, 1998), fenômenos que raramente veriam na rotina de suas vidas, como por exemplo, alguém baleado por um atirador ou uma cena de assalto a mão armada. Então, como as pessoas encaram e dão conta do volume de informações que circulam na mídia diariamente, se a maioria não faz parte de nossa experiência imediata?

*A crescente disponibilidade de materiais simbólicos mediados pode não somente enriquecer o processo de formação do self, como pode também ter um efeito desorientador. A enorme variedade e multiplicidade de mensagens disponíveis pela mídia podem provocar um tipo de sobrecarga simbólica (THOMPSON, 1998, p. 190)*

Em razão do caráter reflexivo do *self*, as pessoas acabam recebendo esses materiais simbólicos de forma seletiva, incorporando em suas práticas aquilo que lhes faz sentido e é importante no contexto das próprias vidas. Contudo, o *self* pode ser absorvido por esse tipo de interação, em razão da variedade de estímulos e visibilidade de formas alternativas de vida.

*É precisamente porque o indivíduo é capaz de incorporar reflexivamente materiais simbólicos mediados num processo de autoformação, que estes materiais podem se tornar fins em si mesmos, ideias simbólicas ao redor dos quais o indivíduo começa a organizar sua vida e seu sentido (THOMPSON, 1998, p. 190).*

Pelo exposto, é-nos permitido conjecturar que o grau de ansiedade despertada pela circulação de notícias sobre criminalidade violenta estaria ligado à absorção do *self* pela interação quase mediada (mídia), tendo em vista que as vidas das pessoas passam a ser organizadas em torno da percepção cada vez maior do risco e, conseqüentemente, encontram sentido na busca incessante por segurança.

Como a mídia procede nesse caso será demonstrado no próximo capítulo.

# Dimensões da insegurança acionadas pela mídia: uma análise de reportagens sobre violência em telejornais

As discussões teóricas que desenvolvemos no primeiro capítulo nos permitiram elaborar um quadro que sintetiza os pressupostos da segurança e insegurança. Quando as bases da segurança são rompidas ou fragilizadas, temos por contraste, pois, os pressupostos da insegurança.

Apoiando-nos em discussões sobre as estratégias empreendidas pela mídia na concepção e circulação de notícias a respeito de crime, conjecturamos que as dimensões da insegurança podem ser acionadas pelos canais midiáticos. Assim, ao observarmos o quadro abaixo, constatamos que a falha na confiança pode ser reverberada assim que as notícias mostrem falhas das instituições de proteção (polícia), da Justiça (lentidão e falhas na lei) e nas pessoas (criminoso). Quando o acolhimento e solidariedade são minados, notamos discursos excludentes nos noticiários, e assim sucessivamente.

Quadro 3 - Dimensões da insegurança acionadas pela mídia

Pressupostos da segurança	Pressupostos da insegurança	Dimensões da insegurança acionados pela mídia
Confiança	Falha na confiança (atitudes de cautela)	Falta de confiança nas forças de repressão, nas pessoas e na e Justiça
Acolhimento/ solidariedade	individualismo	Discursos que promovam a exclusão (limpeza social)
Justiça	injustiça	Impunidade
Ponderabilidade dos riscos	imponderabilidade dos riscos	impoderabilidade dos riscos de crime (aleatoriedade da vitimização)
Força da tradição	Enfraquecimento da tradição	Desvalorização da vida e dos costumes
Outro como desconhecido	outro como estranho/perigoso	Caracterização do criminoso
Identificação com outro que promova segurança	Identificação com o outro fragilizado(vítima) - atitude empática	Exposição da fragilização da vítima (física e emocional)
Ética sólida	ética relativizada/fragilizada	ética ausente
Preservação da vida	Vida ameaçada	vida ameaçada ou extinta

### 3.1. Os telejornais

---

*Televisão é horário. Com horário nobre, Dias Gomes passa por Shakespeare. Sem horário nobre, Shakespeare passa por Dias Gomes. Às vezes, é uma diferença de dez minutos.*

*Nelson Rodrigues*

As dimensões da insegurança são acionadas de diferentes maneiras nas diversas mídias. No entanto, para delimitar nosso escopo de análise, optamos pelo telejornalismo em razão das especificidades que ora apresentamos.

O telejornalismo apresenta diferenças tanto em relação à produção de notícias quando à recepção delas. No que concerne à produção, existem avaliações que consideram o telejornalismo superficial, embora com aparatos tecnológicos de bom nível. Alguns autores, entre eles Bucci (1997, 2004a, 2004b) e Marcondes Filho (1989), são mais categóricos ao posicioná-la como veículo acrítico e dramático.

Em virtude do pouco tempo disponível dedicado às notícias, estas precisam ser apresentadas num pequeno espaço de tempo, num estilo ágil e com enunciados breves, salvo em programas que apresentem exclusivamente casos de violência (como é o exemplo do programa Brasil Urgente e SP Record).

Além disso, existe a preocupação com os índices do IBOPE, motivo pelos quais as escolhas editoriais de cada rede de televisão serão diferentes. Por isso é que uma mesma notícia acaba sendo superficial numa emissora e apresentada com mais detalhes em outra.

*Hoje, após a Constituição de 1988, o noticiário da televisão também está livre de censura e pode mostrar qualquer coisa, até os "Aqui, Agora" da vida. E, devido a este ar de liberdade, é que o outro lado do Brasil, antes tão colorido, agora também é mostrado no noticiário, com saques, assassinatos, miséria e denúncias de corrupção política. A verdade é que a notícia nem sempre é colorida e, no momento ela vem se apresentando como é, e isto tem chocado alguns telespectadores mais conservadores. Se a violência que é mostrada no noticiário de televisão deve ser mostrada nua e crua ou não, é outro problema (MATTOS, 2010).*

Mas, se há maior liberdade, por que a mídia jornalística recorre muitas vezes ao estilo sensacionalista? Já que “liberdade” parece não ser suficiente para justificar, poderíamos tentar responder alegando que as redes de televisão

obedecem não a uma liberdade de imprensa, mas a uma “liberdade de empresa”, ou seja, elas se orientam para aquilo que é vendável.

*As redes de televisão e programas de notícia são avaliadas em termos de lucro. Os executivos dessas redes são responsáveis pelos seus acionistas e sua principal preocupação é o lucro. A maneira de obter lucro é vendendo anúncios comerciais e atrair grande audiência; a maneira de atrair uma grande audiência é pelo entretenimento [...] O objetivo da mídia nos dias de hoje é entreter e não informar (HEINER, 2010, p. 17)*

O referido acima nos permite conjecturar que crime é uma forma de entretenimento e, portanto, vendável. Por quê? Retomando as palavras de Castel (2005), temos sede por segurança e para isso precisamos cada vez mais de informações que nos permitem, ainda que precariamente, controlar, prever, reduzir a imponderabilidade dos riscos. Aliado a isso, consideramos que ver a dor do outro reforça não só os cuidados redobrados que necessitamos dedicar à nossa vida, mas nos fornece um alívio por contraste. Dito de outra forma: O mundo está cada dia pior e eu estarei numa situação melhor se continuar procedendo dessa ou daquela maneira.

O aumento da criminalidade nas décadas de 1980 e 1990, associado ao interesse do público nesse tipo de notícia, justificaria a emergência de programas ditos “sensacionalistas”, que acabam por exercer um poder de contaminação nos jornais considerados mais convencionais. Para Bucci (2004a), o telejornalismo convencional, como o próprio Jornal Nacional, não ficou imune à proliferação do sensacionalismo. Diante da concorrência iniciada pelo extinto programa do SBT “Aqui Agora”, a rede Globo se viu obrigada a despejar um pouco mais de sangue nos noticiários até então ditos mais formais.

Ainda nas palavras de Eugenio Bucci,

*O telejornalismo no Brasil é muito mais dramático do que factual. Organiza-se como ficção, e como uma ficção primária: tem suspense, tem lição de moral, tem mocinhos e bandidos, os “do bem” e os “do mal”, como desenho animado de super-heróis. Vem daí sua recente “mexicanizada” (BUCCI, 1997, p. 49)*

Sob essa ótica, os telejornais precisam ser mais atraentes. Fragmentação de imagens, cortes rápidos, tom de voz e expressão dos apresentadores, todos esses recursos semióticos se convertem em instrumentais para a dramatização. Imagens

em movimento transformam-se igualmente em aliados na produção dos efeitos das notícias.

*A televisão transmite a ilusão da verdade: ao ver as cenas do acontecimento, o receptor rejeita a tese da manipulação pelo fato de ter “testemunhado com seus próprios olhos” o ocorrido (daí a força da expressão “mostrou na televisão”). A mística das imagens garante o estatuto de verdade absoluta e inocenta a deturpação. (MARCONDES FILHO, 1989)*

No entanto, a maioria de nós não suporta drama, tragédia, dor e injustiça por períodos longos. Precisamos tomar fôlego para que possamos dar conta da ansiedade. Se lançarmos mãos de estratégias para resgatar o sentimento de segurança, a mídia nos auxiliará nesse processo por meio do que Marcondes Filho vai chamar de “Dialética da preocupação e alívio”. A televisão (e também outras mídias) atua no receptor participando de um jogo psíquico em que, num momento, ela desencadeia processos de preocupação e noutro, de alívio:

*Eu nunca fui a fundo, mas eu fico pensando assim... Qual é a ideia da televisão de colocar uma coisa fictícia que é a novela e o jornal que é a realidade. Na globo é isso, né? Novela das seis, um jornal, a novela das sete, um jornal, novela das oito, um jornal. É pra te confundir? É pra você levar a novela como se fosse realidade, ou pra ver a realidade como se fosse uma ficção? [...]*  
(Participante do Grupo Focal 1, sexo feminino, 27 anos)

Situação semelhante pode ocorrer dentro de um mesmo programa jornalístico. Uma notícia de homicídio é seguida de outra sobre consumo, apresenta-se uma notícia de corrupção e, na sequência, uma receita de bolo. Para Marcondes Filho, o equilíbrio gerado pela dialética da atemorização e tranquilização (equilíbrio frágil e constantemente ameaçado) tende a incentivar a passividade, a acomodação e a apatia nos receptores.

Além disso, quanto maior o grau de detalhes e de tempo despendido nas notícias, como é feito em programas específicos sobre violência cotidiana (SP RECORD, Brasil Urgente), mais elementos que favoreçam identificações são despejados na tela da televisão.

*Às vezes, sabe onde eu me peguei? Me emocionando mais com a novela do que com o fato da realidade. Acho que tem a questão da história que te põe lá dentro e você acaba se enxergando lá. A questão do envolvimento. O jornal não. Ele te dá aquela notícia e você acaba não se colocando tanto no lugar como um personagem da novela que vivencia uma história. [...]O jornal não te traz detalhes. E a novela traz uma história.  
(Participante do Grupo Focal 1, sexo feminino, 27 anos)*

Pela fala da depoente, verificamos que ela procurava fazer uma distinção entre uma obra de ficção e o jornal convencional. Mas ela mostra um elemento importante que pode nos ajudar a entender por que programas sensacionalistas favorecem maior identificação: eles contam histórias com mais detalhes e drama, algo semelhante à telenovela.

Quanto à recepção das notícias, devemos considerar que nosso acesso às diferentes mídias se dá em função de nossa vontade, tempo e acesso aos aparatos tecnológicos. Cabe a nós ligarmos o computador (mídia eletrônica), ligar a televisão ou comprar um jornal impresso. No caso da televisão, nossa volição precisa estar alinhada com o horário de exibição dos noticiários. Normalmente, os telejornais de maiores índices de audiência vão ao ar depois das 18 horas, momento em que as pessoas estão retornando a casa. Portanto, seu consumo é prefixado no espaço e tempo (MARCONDES FILHO, 1989).

Qualquer telejornal deverá competir com a dinâmica do público receptor, ou seja, ao mesmo tempo em que sendo exibido um telejornal, podemos estar interagindo com os familiares, e não olhando para as imagens (televisão se assemelha então às notícias do rádio). Tal competição demandará, pois, do telejornal estratégias para captar a atenção do público (THOMPSON, 1998). Se interrompermos as conversas para seguir a narrativa do apresentador, cuja força está acompanhada das imagens apresentadas, significa que a notícia nos chamou à atenção.

Consideramos, portanto, a escolha por telejornal neste estudo de suma importância, pois, além de todas as especificidades discutidas acima, a televisão é o veículo de maior presença nos lares brasileiros, além do fato de estar no ar 24 horas por dia. O acesso a ela é mais democrático que outras mídias (com exceção do rádio) e sua discursividade não se resume à comunicação verbal, mas à profusão de recursos semióticos que, articulados, alcançam um poder performático

e de convencimento tão relevantes quanto a comunicação estritamente verbal ou escrita.

Portanto, partindo do pressuposto de que notícias sobre criminalidade violenta veiculadas em telejornais alimentam um sentimento de insegurança pelo uso de estratégias discursivas que tenham por objetivo produzir efeitos de verdade, e considerando que efeitos de verdade são observados pelo grau de modalidade de uma discursividade, e que essa graduação abrange a articulação entre diversos recursos semióticos, objetivamos neste estudo:

- Demonstrar como as notícias sobre criminalidade violenta alimentam o sentimento de insegurança por meio de estratégias discursivas que acionam as dimensões da insegurança;

Como **objetivos específicos**, procuramos:

- Entender como o uso e a articulação de recursos semióticos como imagem e linguagem verbal produzem efeitos de verdade;
- Compreender como esses “efeitos de verdade” são acionados em relação às dimensões da insegurança;

Para atingir os objetivos mencionados, escolhemos como estudo de caso três reportagens sobre criminalidade. Trata-se, portanto, de um estudo de caso do tipo instrumental. Neste desenho instrumental, os casos selecionados para o estudo são exemplos de fenômenos mais generalizados (mídia e violência) e são escolhidos por oferecerem ao pesquisador a oportunidade de estudar um fenômeno de seu interesse (insegurança) e para compreender como ele se dá num caso particular (notícias sobre crime) (WILLIG, 2008).

Selecionamos uma reportagem especial sobre violência veiculada no Jornal Nacional, exibido pela Rede Globo de televisão em dezembro de 2008, apresentada por William Bonner e Fátima Bernardes. A reportagem está dividida em três partes, com duração de aproximadamente quatro minutos cada, cujo objetivo fora fornecer explicações para a gênese da violência.

Consideramos básico incluí-la no escopo de análise porque ela nos possibilitou compreender como os discursos especializados, representados pela

figura de médicos, educadores, antropólogos, contribuem para a construção de uma noção de violência e de sujeito violento de forma essencialista.

A referida reportagem nos permitiu também discutir o poder que os saberes especializados exercem na produção das versões sobre criminalidade. A inclusão dos especialistas, como veremos, fornece legitimidade para a reportagem.

Nossa análise, nesta reportagem somente, restringe-se à identificação dos termos e explicações dadas sobre a violência. Não analisamos, portanto, o uso de imagens como parte da estratégia discursiva.

As duas outras reportagens referem-se a um mesmo episódio: a morte de um sequestrador praticada por um atirador de elite no Rio de Janeiro. A vítima, uma farmacêutica, fora usada como escudo por um sujeito que ameaçava detonar uma granada, caso a polícia não atendesse às suas solicitações. Esse episódio em particular chamou a atenção por se enquadrar no tipo de criminalidade delimitada neste estudo: criminalidade urbana cometida por um estranho e por ter sido mencionada por uma participante do primeiro grupo focal que realizamos.

A mesma reportagem fora veiculada em vários telejornais. Contudo, escolhemos para a análise os telejornais “Jornal Nacional<sup>22</sup>”, da rede Globo de televisão e o “Brasil Urgente<sup>23</sup>”, exibido pela Rede Bandeirantes de televisão. Trata-se de dois telejornais com linguagem distinta, isto é, a primeira mais formal e convencional, e a segunda, mais popular.

Analisar a mesma reportagem em dois programas diferentes nos deu a oportunidade de entender como a alimentação da insegurança é engendrada por estilos jornalísticos distintos. Comumente, atribui-se a programas populares um teor mais sensacionalista, enquanto os mais formais ficam protegidos dessa

---

<sup>22</sup> **O Jornal Nacional** foi ao ar pela primeira vez em 1º de setembro de 1969 como o primeiro programa em rede nacional gerado no Rio e retransmitido para todas as emissoras da rede. A equipe de jornalistas do JN conseguiu, em pouco tempo, transformá-lo no mais importante noticiário brasileiro, alcançando altos índices de audiência. Historicamente tem-se atribuído a este telejornal sua contribuição à ditadura e em manipulação jornalística, como aquela envolvendo a eleição do Presidente Fernando Collor de Melo.

<sup>23</sup> **Brasil Urgente** é um programa de televisão jornalístico policial brasileiro, exibido pela Rede Bandeirantes e apresentado por José Luiz Datena. Trata-se de um telejornal com uma linha popular, tendo muitas entradas ao vivo de repórteres e entrevistas; também é muito utilizado o helicóptero para a cobertura de tragédias e desastres e são exibidas matérias gravadas sobre crimes hediondos e bizarros, com críticas do apresentador aos governantes e autoridades.

crítica. A análise desse material, além de responder a pergunta central da pesquisa, permitiu confirmar tal distinção.

Para a análise destas reportagens fizemos uso das unidades linguísticas que compõem as práticas discursivas, previamente apresentadas no capítulo anterior, a saber: repertórios interpretativos (termos, expressões, figuras de linguagem), interanimação dialógica (endereçamento), vozes (pessoas presentes ou presentificadas no discurso) e posicionamento (lugar de quem fala no momento da enunciação).

Para demonstrarmos como a mídia alimenta a insegurança na segunda reportagem, acrescentamos as unidades de análise que compõem a análise multimodal, que consiste na combinação de vários recursos semióticos (texto, imagem) na comunicação de um fenômeno ou evento.

Todas elas fazem parte de uma comunicação que é intrinsecamente dialógica. Porém, como nos adverte M.J. Spink (2006),

*Este tipo de análise acaba restrita ao produto e à compreensão dos efeitos potenciais, intencionais ou não, da composição resultante da presença de modalidades semióticas múltiplas associadas (direta ou indiretamente) à mensagem (2006, p. 22).*

Pelas razões presentes na citação acima, o que esta análise tenta buscar são os efeitos potenciais que um discurso sobre criminalidade produz, uma vez que o desenho deste estudo não inclui pesquisa de recepção.

**Figura 2 - Seleção das reportagens**



## 3.2. Sobre o uso dos discursos especializados: reportagem especial sobre violência – Jornal Nacional

---

A reportagem à qual nos referimos foi gravada em DVD nas datas em que foram exibidas. Assistimos às três edições algumas vezes para destacar, num primeiro momento, qual seria sua contribuição para este estudo.

Consideramos que as versões de especialistas foram valiosas para o tema, pois elas nos remetem a uma forma de explicar o comportamento humano por relações causais. Considerando o alto índice de audiência que o referido telejornal alcança, os discursos por ele produzidos têm um significativo poder de circulação e podem fomentar visões excludentes com forte conotação moral.

A construção jornalística sobre o tema fez uso de recursos visuais, de músicas incidentais (suspense), de dados estatísticos e de depoimentos, tudo para legitimar as visões apresentadas em cada edição. Selecionamos somente as explicações dos especialistas e, posteriormente, realizamos a transcrição das falas.

### **A primeira edição: *A Banalidade dos Crimes***

*Fátima Bernardes: O uso da violência e crimes bárbaros se multiplicam, tornam-se tragicamente comuns. Mas por quê? Os repórteres Brás Vieira e Delis Ortiz foram ouvir cientistas, juristas e professores em busca de respostas.*

Os recursos discursivos da edição (falas da jornalista, dos especialistas, depoimentos de vítimas e inserção de imagens) foram distribuídos dentro de uma estratégia para sensibilizar o público diante da gravidade do problema.

A jornalista introduz os temas (*voice over*) que vão se mesclando com imagens de agressões sem motivos graves. Trata-se de uma edição que tem por objetivo mostrar a intolerância das pessoas ao abrirem mão do diálogo e partirem para a agressão. A jornalista afirma, portanto, que esses comportamentos violentos não se dão somente entre estranhos, mas entre familiares, e começam bem cedo.

Os saberes especializados aparecem, então, como saberes legítimos para sustentar a argumentação:

Saber Especializado	Explicação dada à violência
<b>Antonio Serafim (Psicólogo – Núcleo Forense do Instituto de Psiquiatria da USP)</b>	O nível de tolerância diminuiu e aumentou muito a sensibilidade às frustrações. Então as pessoas hoje têm uma tendência a responder com explosividade.
<b>José Vicente da Silva Filho (Consultor de Segurança Pública)</b>	Nós temos 3% da população, temos 10, 12% dos assassinatos do planeta.
<b>Cléo Fante (Centro de Estudos sobre Bullying)</b>	Crianças muito pequenas são envolvidas em bullings, praticando atitudes que a gente nem acredita que é uma criança que está por trás deste tipo de comportamento.
<b>Lélio Braga Calhau (Promotor, Ministério Público MG)</b>	Nós temos que partir do pressuposto que não há brincadeiras quando alguém está sofrendo. Essas práticas são mais comuns do que nós imaginamos e muitas pessoas estão sofrendo com isso.

Se observarmos a sequência em que foram apresentados os especialistas, podemos perceber que a edição discute quais os fatores que estariam presentes na gênese da violência e como comportamentos agressivos já se manifestam desde muito cedo na vida das crianças (*bullying*)<sup>24</sup>.

Mas de todos os depoimentos, o que se propõe a oferecer uma explicação a respeito da causa dos comportamentos violentos é a do Psicólogo Antonio Serafim. Sua compreensão sobre a violência, e que a reportagem fez circular, nos remete ao

<sup>24</sup> A maioria das explicações sobre comportamentos agressivos e violentos na infância ou adolescência se apoia em noções e termos oriundos de teorias desenvolvimentistas, instintivas e ecológicas. As expressões de agressão na infância estão ligadas a uma relação de causa e efeito, associação à diáde frustração-agressão. No início da fase escolar, a agressão instrumental (sem finalidade de causar dano direto) diminui em razão de sua maior capacidade de tolerar a frustração. Contudo, outras manifestações de agressão surgem. Reações hostis, com intenção de dano físico ou psicológico, disfarçadas ou explícitas, aparecem como manejo único em situações em que o conflito impera. Na adolescência, os jovens apresentam outras formas de comportamento agressivo, com funções também distintas. Agora o que impera na maioria dos casos é a defesa de uma reputação associada à construção de uma identidade social. Fazer parte de um grupo e compartilhar dos mesmos valores pode estar ligado à necessidade de contestar normas sociais e mostrar força perante outro grupo. A frequência com que jovens adotam a violência como moeda corrente para se autoafirmar estaria ligado a uma falha no seu desenvolvimento e competências. O papel dos pais e sua forma de se relacionar com os filhos assumem um caráter relevante na solidificação de atitudes hostis e até mesmo antissociais (LAWSON, 2005). Podemos constatar que noções de impulsos agressivos, naturais ao ser humano e, portanto normais na infância, devem sofrer influência do social por meio da aquisição de competências como o controle da frustração, desenvolvimento de uma atitude empática e oportunidades para que o jovem se insira em atividades mais construtivas. As fases de desenvolvimento são claramente demarcadas. Em suma, essas visões retratam um embate constante entre os impulsos agressivos e adequação social, que será atingida por mecanismos cognitivos e afetivos. Torna-se um solo fértil para naturalizações, no sentido mesmo de essência (agressão, a infância e a adolescência são fenômenos estritamente humanos), como também no sentido de banalização. Com efeito, o papel que exerce um ambiente de paz sobre a formação do jovem é fundamental na construção de um sujeito ético. O que nos parece problemático é que tais explicações tendem a culpabilizar qualquer um dos pontos dessa rede, sejam os pais, o sujeito agressivo e o entorno precário. Além de que relações de causa-efeito têm o poder de seduzir aquelas pessoas ávidas por justiça e exclusão.

modelo ambientalista, em especial à dinâmica frustração-agressão. Resumidamente a agressão ocorreria como resultado de uma frustração, esta entendida como um estado ou condição que se produz quando o sujeito é impedido de atingir seu objetivo. A agressão dela gerada é uma resposta à injúria da pessoa à qual se dirige. Desta forma, o *quantum* de agressão estaria diretamente relacionado com o grau de frustração experimentada pelo sujeito (MARTIN-BARÓ, 2003; MEGARGEE & HOKANSON, 1976).

### **A segunda edição: *O Funcionamento da Mente de um Criminoso***

*William Bonner: Na segunda reportagem da série sobre a violência que o Jornal Nacional apresenta nesta semana, Delis Ortiz mostra hoje como funciona a mente de um criminoso e por que é tão importante se manter alerta aos primeiros sinais de desvio de comportamento.*

A concepção de mente como um núcleo encapsulado - de onde se assentam nossa racionalidade, nossos desejos e nossas emoções - já faz parte de nossos repertórios há séculos, principalmente quando precisamos explicar nossos comportamentos ou os dos outros (GERGEN, 2009).

Todavia, as palavras que usamos para nos referirmos a uma “vida mental” não são mapas, mas convenções linguísticas historicamente localizadas. A realidade da mente emerge dos processos relacionais nos quais engajamos e, se considerarmos que as palavras têm sua função pragmática, qual a utilidade desta noção em nossas práticas?

Primeiro, ela individualiza a responsabilidade. Segundo, esse processo pode levar inevitavelmente à culpabilização, sobretudo se as ações de uma pessoa forem moralmente condenáveis, como é o caso de atos criminosos.

Assim, ao abrir a reportagem com essa noção (mente criminosa), há concomitantemente um convite para nos engajarmos na discussão moral, principalmente quando surgem explicações neurológicas ou psíquicas, como veremos a seguir:

Saber Especializado	Explicação dada à violência
Roberto Lent (Instituto de Ciências Biomédicas da UERJ)	É um pouco genético e um pouco social.

Com base na explicação de Roberto Lent, a jornalista Delis Ortiz apresenta uma definição acompanhada de uma imagem do cérebro humano com pontos vermelhos localizados no lobo frontal.



**Delis Ortiz: Os estudiosos do cérebro explicam. A agressão vem da nossa natureza animal. O lobo frontal, essa região da testa, é o que libera ou não os comportamentos agressivos.**

Roberto Lent retoma sua explicação e seguem-se outras que abordam a influência social, a psicopatologia e o uso de drogas.

Saber Especializado	Explicação dada à violência
<b>Roberto Lent (Instituto de Ciências Biomédicas da UERJ)</b>	Como que faz... como ocorre esse bloqueio? Em função do que tem fora, da sociedade, do ambiente. A gente desde criança aprende que existem leis, existem regras sociais.
<b>Antonio Serafim (Psicólogo – Núcleo Forense do Instituto de Psiquiatria de São Paulo )</b>	Existem pessoas doentes que cometem crimes, existem pessoas normais que cometem crimes e existem pessoas más que cometem crimes.
<b>Rafael Bernardoni Ribeiro</b>	Ela (a pessoa criminosa e com alguma doença mental) continua sendo quem é. Como uma música. Você consegue diminuir um pouco o volume, mas continua tocando a mesma música. A personalidade e o jeito não se modificam.
<b>Lélio Braga Calhau (Promotor, Ministério Público MG)</b>	O usuário de crack fica tão dependente desse vício, que ele sai pra rua pra pegar a droga de qualquer jeito. Ele se torna quase uma coisa.
<b>Gilberto Velho (Antropólogo)</b>	Até que ponto as famílias não são permissivas? Até que ponto as famílias não criam um clima que favorece essa visão de mundo, egocêntrica, até narcísica, das pessoas passarem a achar que os jovens, que o que eles querem, eles têm direito.
<b>Roberto Lent</b>	O limite entre comportamento violento, tolerável e considerado normal e o comportamento intolerável e considerado patológico é uma linha que a sociedade determina.

A explicação que mais chama a atenção é novamente a visão do psicólogo Antonio Serafim. Ele apresenta uma terceira categoria que explicaria os comportamentos violentos: a maldade. Não obstante a noção de normal e anormal

traga em si um viés ideológico importante, a noção de maldade é a que apresenta maior conotação moral<sup>25</sup>.

A ideia de algo genético ou explicações da neurologia versam sobre algo biológico em que a cultura e o caráter social da violência são colocados como vicissitudes de forças biológicas primordiais. Ancoradas num postulado mais instintivista, a agressão é defendida como algo da natureza humana, como o é na natureza animal. O instinto de sobrevivência, observável na delimitação de território e na busca por autopreservação, explicaria nosso impulso agressivo.

Outros estudiosos, no entanto, não negligenciam a influência da cultura no controle da agressão. Assim, a atitude permissiva dos pais e a responsabilidade da sociedade em delimitar o que é patológico estariam no centro das explicações de cunho mais sociológico.

### **A terceira edição: *Os Malefícios da Impunidade***

*Fátima Bernardes: Na terceira e última reportagem da série sobre a violência, a repórter Delis Ortiz mostra hoje como a impunidade alimenta o problema.*

A certeza da impunidade é mostrada como uma das causas da violência. Onde falta justiça e prisão sobra então o “salve-se quem puder”. Na última edição da série, a repórter entrevistou profissionais da área da segurança que defenderam maior punição aos infratores, mas também uma reinserção social eficaz.

Nas três edições não houve nem um depoimento que trouxesse a questão da desigualdade como um fator desencadeador da violência. A sociedade e a cultura são mencionadas como anteparos ou provocadores de comportamentos agressivos: as normas sociais servindo como bloqueador de impulsos agressivos (processo que torna o animal humano civilizado) e ausência de punição ou orientação (punição

---

<sup>25</sup> Zygmunt Bauman, em seu livro “Modernidade e Holocausto” (1998a) é contundente em afirmar que a maldade tem sua origem social. Por meio da análise da pesquisa social de Stanley Milgran sobre a obediência, Bauman argumenta que o que possibilitou aos nazistas cometerem as atrocidades que cometeram, não foi sua natureza maligna, mas toda uma burocratização que permitiu transformar milhões de judeus em números e uma ética presente na obediência a uma figura de autoridade. Em outras palavras, se estivéssemos na mesma situação e contexto em que ocorreu o holocausto, poderíamos ter cometido os mesmos crimes.

por parte do Estado e orientação dos pais) facilitando e legitimando práticas mais violentas.

Notamos por meio desses exemplos como tradições teóricas distintas atravessam os discursos de especialistas e como eles acabam por fazer circular diferentes noções sobre a violência e sobre o infrator, que a nosso ver podem ser problemáticas, pois, como nos diz Burr (1995):

*Quando definimos, explicamos ou damos versões sobre eventos, pessoas, fatos, de uma forma particular, nós produzimos também um saber particular que está intimamente ligado ao poder, porque toda versão de um evento potencializa determinadas práticas sociais (BURR, 1995).*

O que a reportagem nos mostrou em especial é que, seja pela “maldade ontológica”, pela ação do lobo frontal, pela falha da família ou do Estado, o sujeito infrator converte-se num ser perigoso por contingentes que extrapolam qualquer possibilidade de cálculo.

A criação do estranho perigoso, a impunidade, a imponderabilidade do risco e a fragilidade do papel da família foram as dimensões da insegurança acionadas na reportagem, pois elas reiteram o rompimento das dimensões da segurança: confiança, justiça, acolhimento e tradição.

### **3.3. Sobre o uso dos recursos semióticos: análise multimodal das reportagens sobre atirador de elite - Jornal Nacional e Brasil Urgente**

---

O termo modalidade refere-se ao uso de recursos semióticos utilizados para representar um fenômeno ou evento como real e verdadeiro (efeitos de verdade) (LEEWEN, 2005). Os recursos semióticos são variados, pois abrangem desde a fala e o uso imagens até sons, música, ritmo, cores, tom de voz, grafia, entre outros. Contudo, para os propósitos deste estudo, nos deteremos nos recursos relacionados à linguagem verbal e imagens, pois a inclusão dos outros recursos poderia ampliar demasiadamente nosso escopo de análise, além de ainda considerarmos que a análise da linguagem verbal e imagens são suficientes para responder nossa pergunta de pesquisa.

### 3.3.1. Unidades de análise multimodal

#### Modalidade Linguística

A análise da modalidade em um discurso deve contemplar o grau de modalidade inferido, como também o tipo de modalidade à qual a graduação é aplicada.

Assim, um discurso pode conter um alto, médio ou baixo grau de modalidade, associado aos tipos “probabilidade”, “frequência”, “objetivo” e “subjetivo”.

Quanto maior a **probabilidade** de algo ser verdadeiro, maior será o grau de modalidade e podemos avaliar esse grau por meio do uso de verbos, substantivos, adjetivos ou advérbios:

#### Uso de verbos:

*Esse cara **tem que** ir para a cadeia - alta modalidade.*

*Ele **responderá** a um inquérito - média modalidade.*

*Ele **pode ser** indiciado - baixa modalidade*

#### Uso de substantivos:

*Certeza- alta modalidade*

*Probabilidade – média modalidade*

*Possibilidade - baixa modalidade*

#### Uso de advérbios

*Certamente - alta modalidade*

*Provavelmente - média modalidade*

*Talvez - baixa modalidade*

Quanto maior o número de vezes em que uma ação ocorre, maior o grau de modalidade. Estamos falando de um tipo “**frequência**”.

*Ela **sempre** usa outro nome – alta modalidade*

*Ela **frequentemente** usa outro nome – média modalidade*

*Ela **às vezes** usa outro nome – baixa modalidade*

O tipo de modalidade comporta também o número de pessoas afetadas no discurso.

*A maioria das pessoas usa outro nome – alta modalidade*

*Muitas pessoas usam outros nomes – média modalidade*

*Algumas pessoas usam outros nomes – baixa modalidade*

O tipo “objetivo” refere-se ao uso do verbo na terceira pessoa do singular, recurso comumente usado por aqueles que querem apresentar distanciamento objetivo. O grau associado a esse tipo dependerá dos substantivos e/ou advérbios a ele associados.

*É fato que ela usa outro nome – alta modalidade*

*Há uma grande **probabilidade** de ela estar usando outro nome – média modalidade*

*É possível que ela use outro nome – baixa modalidade*

O grau de convicção com que uma pessoa ou grupo faz uma assertiva remete ao tipo de modalidade “**subjetivo**”.

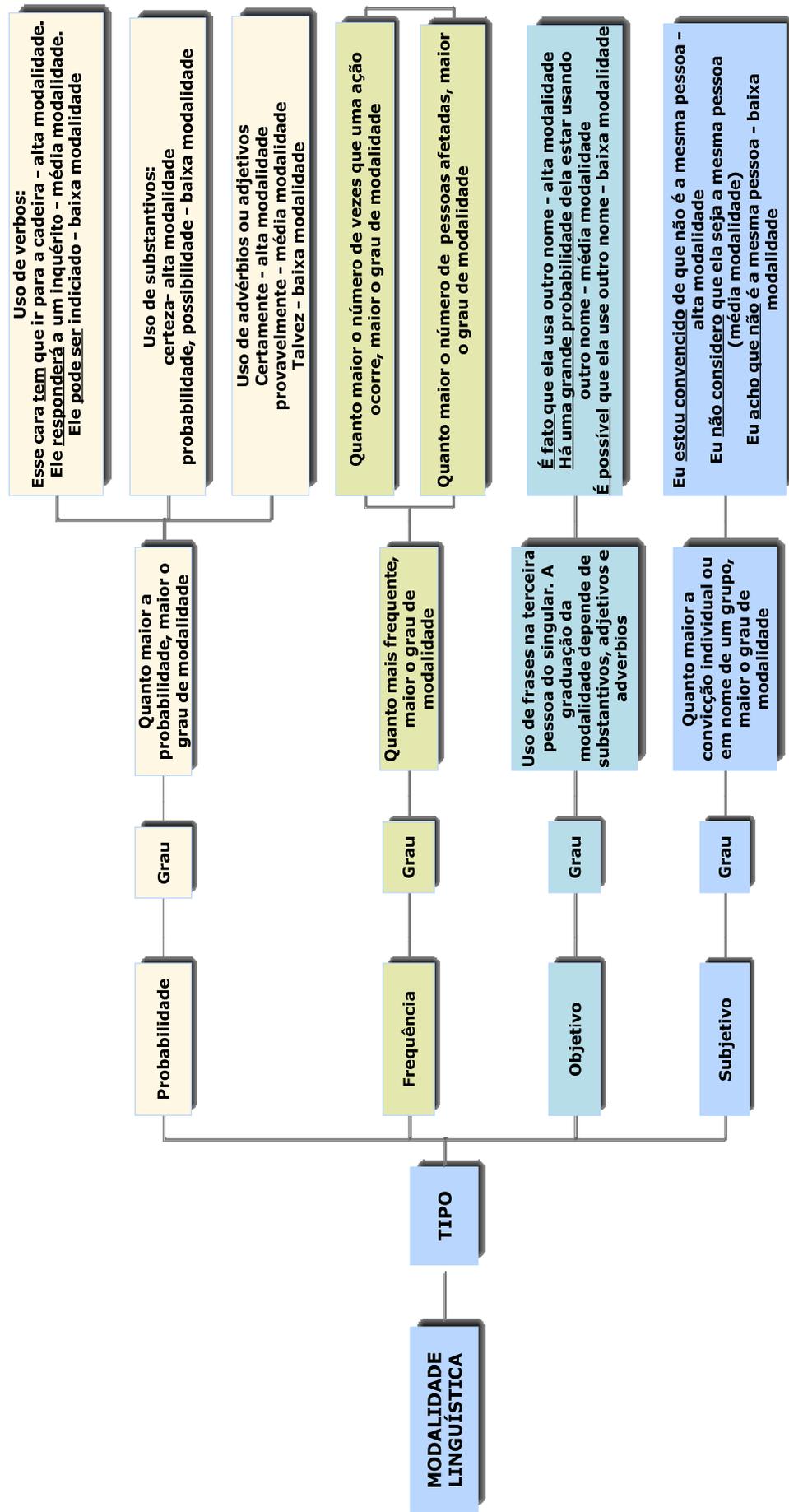
***Eu estou convencido** de que não é a mesma pessoa - alta modalidade*

***Eu não considero** que ela seja a mesma pessoa (média modalidade)*

***Eu acho** que não é a mesma pessoa - baixa modalidade*

A síntese dos tipos e graus de modalidade encontra-se no quadro nº4.

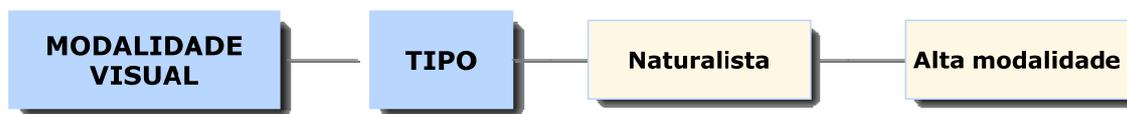
Quadro 4- Tipo e grau de modalidade linguística



### Modalidade visual:

As imagens que são veiculadas em telejornais se enquadram no que a semiótica social denomina de modalidade naturalística (*naturalistic modality*). Sua premissa se assenta na ideia de que quanto mais uma representação visual se assemelha ao que se vê na realidade, mesmo sob diferentes perspectivas, mais verdadeiro deve ser. Assim, as imagens veiculadas em noticiários já têm um alto grau de modalidade.

Quadro 5 - Modalidade visual - tipo e grau



Leewen reconhece e adverte que a categorização da modalidade linguística é difícil, pois, muitas vezes, o que determinará o alto ou baixo grau de modalidade vai depender da observação e sensibilidade de quem o analisa, que pode ser diferente de outra pessoa. Devemos levar em conta, portanto, que tais critérios não se assentam num terreno firme.

Se a linguagem verbal ou escrita possui seu caráter performático, pois produz efeitos, o mesmo ocorre com as imagens. As imagens se relacionam diretamente com o receptor quando ela exerce uma demanda ou oferta. Na demanda, a imagem olha para o receptor (gaze) e exige dele uma ação. Ela produz efeitos em nós. Comumente observamos a demanda quando um repórter, um apresentador, ou algum entrevistado exercem o olhar direto sobre a audiência.

Quando a imagem não olha diretamente para o receptor, ela oferece uma informação contemplativa, não por isso menos performática.

Associadas aos tipos e graus de modalidade apresentados, as imagens podem captar com mais intensidade a atenção do receptor, favorecendo assim maior aceitação do discurso com verdadeiro.

### **Relação texto-imagem**

No caso de reportagens veiculadas em telejornais, as imagens estão em constante movimento, acompanhadas das falas de repórteres ou apresentadores, que uma vez articuladas, assumem funções complementares. Na semiótica social, essa articulação pode desempenhar a função de “elaboração” ou “extensão” (LEEWEN, 2005).

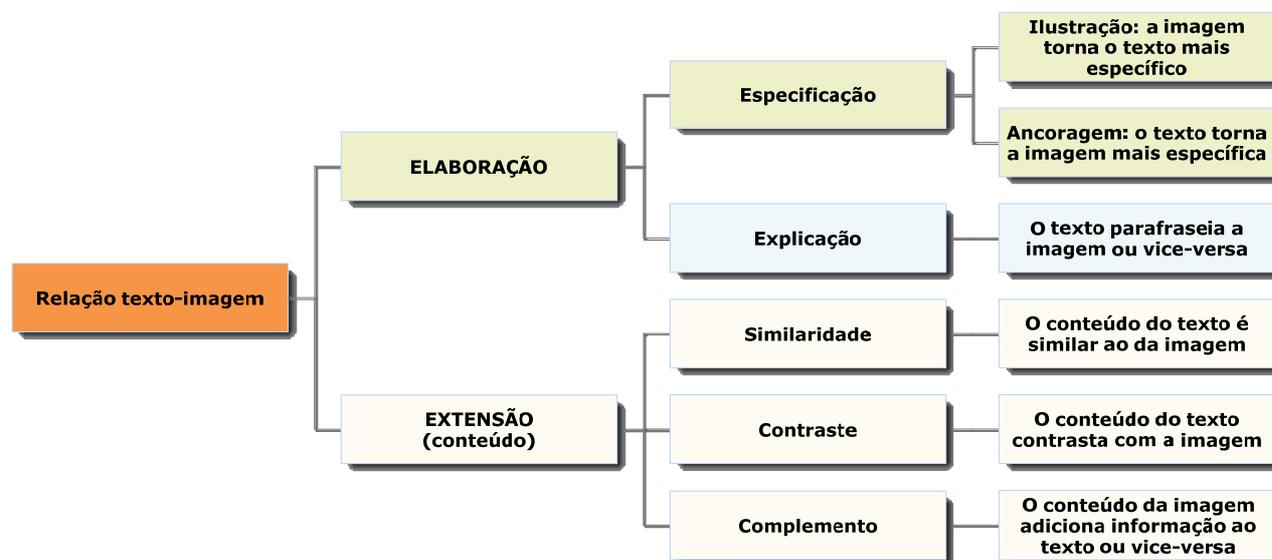
Na elaboração, se especifica ou se explica o que está sendo comunicado. Por analogia, quando vamos explicar ou especificar algo para alguém, fazemos uso das expressões “em outras palavras”, “ou seja”, etc.

Assim, na “especificação”, a imagem pode tornar o texto mais específico (chamamos de ilustração) ou o texto pode tornar a imagem mais específica (chamamos de ancoragem). Por sua vez, na “explicação”, o texto parafraseia a imagem ou vice-versa.

Quanto à “extensão”, esta se refere ao conteúdo da mensagem e se classifica em “similaridade”, quando o conteúdo do texto for semelhante ao da imagem; em “contraste”, quando o conteúdo contrastar com a da imagem; e em “complemento”, quando o conteúdo da imagem adiciona informações ao texto, ou vice-versa.

Comumente o contraste é mais encontrado em campanhas publicitárias. Trata-se de um tipo de mensagem irônica, e o contraste tem a função de despertar a atenção justamente para a incongruência da mensagem.

Quadro 6 - Relação texto-imagem



### 3.3.2. Procedimentos de análise

Assim que decidimos por este episódio específico, que ocorreu em 25 de setembro de 2009, nosso acesso às reportagens se deu pela internet. No caso do Jornal Nacional, acessamos o site da “Globo.com”, na página do Jornal Nacional. A reportagem veiculada no Brasil Urgente foi acessada pelo portal “Youtube”. Nele, encontramos a mesma reportagem editada de diferentes formas. Algumas mais curtas e outras longas. Optamos pela mais longa, pois ela nos ofereceria maiores possibilidades discursivas.

Diferentemente do Jornal Nacional, uma reportagem digna de interesse, quando veiculada no Brasil Urgente, é reiteradamente apresentada. O apresentador José Luiz Datena intercala uma reportagem com outra considerada pelo editor de igual relevância. Há, portanto, uma tendência em tornar a veiculação da notícia repetitiva, razão pela qual selecionamos apenas um trecho para análise (duração 8 min. 30s).

Cada reportagem foi integralmente transcrita e seu conteúdo, distribuído no que denominamos de “quadro multimodal”

No eixo vertical, dividimos o quadro em função da mudança de cena (imagens em movimento) e alocamos o conteúdo vinculado à duração daquela cena

específica. Quando havia deslocamento de cena, a continuidade do conteúdo era alocada nesta cena e assim sucessivamente. A reportagem veiculada no Jornal Nacional foi distribuída em 18 cenas e no Brasil Urgente, em 11 cenas.

No eixo horizontal, da esquerda para direita, alocamos as unidades de análise anteriormente apresentadas. Não incluímos neste quadro o grau de modalidade vinculado à imagem, pois, como expusemos anteriormente, esse tipo de reportagem, de cunho naturalista, já apresenta um alto grau de modalidade. No que concerne às imagens, nos deteremos em seu caráter performático.

Como pudemos constatar em nosso capítulo teórico sobre a mídia, consideramos fundamental destacar conteúdos que contivessem apelo emocional, tanto linguístico como imagético. Dessa forma, adicionamos como item deste quadro o aspecto emocional da reportagem, o que nos propiciou relacionar em que medida o grau de modalidade estava vinculado a esses conteúdos.

A primeira etapa consistiu em identificar as unidades de análise presentes nos conteúdos linguísticos e imagéticos. Em uma segunda etapa, selecionamos os trechos que apresentavam alto e médio graus de modalidade. Por causa da dificuldade de identificar esses variados graus, por serem escolhas às vezes muito subjetivas, optamos por incluir nesta seleção o grau médio e não somente o grau alto, diminuindo uma possível margem de erro.

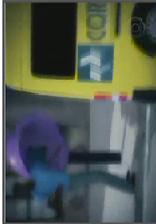
Na terceira e última etapa, fizemos a discussão dos trechos selecionados, articulando-os com as dimensões da insegurança acionadas na notícia. Esperamos que, por meio da associação entre grau de modalidade e as dimensões da insegurança, possamos responder à pergunta desta pesquisa e atingir os objetivos propostos neste estudo.

### **3.3.3. Análise da reportagem veiculada no Jornal Nacional: *Bandido faz Refém com Granada no Rio de Janeiro***

Apresentamos a seguir o quadro multimodal referente à reportagem veiculada no Jornal Nacional:

Quadro 7 - Multimodal: Telejornal Jornal Nacional

IMAGEM (cenas)	TRANSCRIÇÃO	POSIÇÃO DAS PESSOAS ENVOLVIDAS (CARACTERIZAÇÃO)	MODALIDADE LINGUÍSTICA		MODALIDADE VISUAL Performatividade (exige atenção ou oferece informação)	RELAÇÃO TEXTO-IMAGEM		
			Tipo e Grau	Frequência – mod. Alta:		Elaboração	Extensão	Conteúdo emocional (linguístico ou imagético)
	<b>William Bonner:</b> Um homem com uma granada na mão fez uma <u>refém</u> hoje de manhã e pôs o <u>Rio de Janeiro</u> em suspense por quase uma hora. <b>Fátima Bernardes.</b> A cena foi registrada no bairro da Tijuca, na zona norte da cidade.	Homem e refém	Frequência – mod. Alta:	“O Rio de Janeiro”	Atenção	---	---	Verbal: “Pôs o Rio de Janeiro em suspense”
	Jornalista ( <i>voice over</i> ) O <u>assaltante</u> <u>dominou</u> a <u>comerciante</u> que foi usada como <u>escudo</u> . <u>Ana Cristina Garrido</u> ficou <u>assim</u> , sob poder do <u>bandido</u> por 40 minutos. Ela é <u>dona</u> de uma <u>farmácia</u> que foi <u>invadida</u> pelo <u>assaltante</u> em fuga.	Assaltante comerciante Ana Cristina Bandido Dona de farmácia Assaltante	Objetivo – mod. Alta:	“ficou assim”	Informação	<b>Especificação</b> O texto torna a imagem mais específica (ancoragem)	<b>Complemento</b> (o texto adiciona informação sobre a imagem) Ex: <i>Ana Cristina Garrido ficou assim</i>	Visual: Vítima com expressão de sofrimento e aparentando mal estar. Assaltante mostra tensão ao falar com a vítima e policial.
	<b>Depoimento de uma testemunha:</b> <i>Quando ele viu a polícia se aproximando, ele correu. E fez a mulher de refém</i>	Ele Mulher Polícia			Informação (legítima a imagem e fala anterior)	---	---	---

 <p>4</p>	<p>Jornalista (<i>voice over</i>) O bandido estava fugindo depois de ter roubado um carro dos Correios. Segundo a polícia, ao perceber que estava sendo perseguido, ele desceu e fingiu que estava falando em um orelhão. Ao ser abordado por um policial, mostrou uma granada. O policial reagiu e atirou na barriga do criminoso que fugiu para a farmácia.</p>	<p>Bandido, criminoso Policial</p>	<p>Informação (reconstituição feita por computador)</p>	<p><b>Especificação</b> O texto torna a imagem mais específica (âncora) <i>Na animação, durante encontro com policial, o infrator é colocado de frente para o telespectador</i></p>	<p><b>Complemento</b> (o texto adiciona informação sobre a imagem)</p> <p>---</p>	<p>---</p>
 <p>5</p>	<p>Os policiais chamaram reforço. O comandante do batalhão da área começou uma difícil negociação.</p>	<p>Policiais Comandante</p>	<p>Informação</p>	<p><b>Explicação</b> O texto parafraseia a imagem</p>	<p><b>Similaridade</b> O conteúdo do texto é similar ao da imagem</p>	<p>Visual</p>
 <p>6</p>	<p><i>Ele já estava ferido, dizendo que já estava começando a doer seu ferimento e nós estávamos percebendo que a vítima estava muito nervosa</i></p>	<p>ele= infrator Vítima Nós policiais</p>	<p>Informação</p>	<p>---</p>	<p>---</p>	<p>Verbal: a vítima estava muito nervosa</p>
 <p>7</p>	<p><b>Jornalista (comunicação direta com o público)</b> O assaltante dominava a vítima nesta posição e toda a atenção dele estava voltada para essa direção, onde estavam os policiais negociadores com quem ele conversava. O bandido não percebeu, que do outro lado da rua, neste prédio, já estava</p>	<p>Assaltante Vítima Policiais negociadores Bandido Atirador de elite</p>	<p>Atenção</p>	<p><b>Especificação</b> O texto torna a imagem mais específica (âncora)</p>	<p><b>Complemento</b> (o texto adiciona informação sobre a imagem)</p>	<p>---</p>

 <p>8</p>	<p>posicionado um atirador de elite.</p> <p><b>Jornalista (voice over)</b> Segundo a polícia, em vários momentos, o bandido tirou o pino de proteção da granada, que poderia explodir a qualquer momento. Ana Cristina começou a passar mal, se abaixava várias vezes. Estava cada vez mais nervosa. A negociação parecia caminhar para um desfecho trágico.</p>	<p>Polícia Bandido Ana Cristina</p>	<p>Frequência - <b>mod.</b> <b>Média:</b> “em vários momentos” Frequência – <b>mod.</b> <b>Alta:</b> “a qualquer momento” Objetivo – mod. Baixa: “parecia caminhar”</p>	<p>Informação</p>	<p><b>Explicação</b> O texto parafraseia a imagem</p>	<p><b>Similaridade</b> O conteúdo do texto é similar ao da imagem</p>	<p>Verbal: Cada vez mais nervosa. Visual: imagem da vítima se abaixando, aparentando mal estar</p>
 <p>9</p>	<p><b>Depoimento comandante</b> <i>Ele retirou o pino da granada pela primeira vez. Ele estava com uma mão apenas. É... O pino na outra mão. E a qualquer momento, se ela se mexesse, se ela caísse ali no chão, aquela granada poderia ser detonada, e os ferimentos seriam fatais em todas aquelas pessoas que estavam nas imediações.</i></p>	<p>Ele (infrator)</p>	<p>Frequência – <b>mod.</b> <b>Alta:</b> “e a qualquer momento” Probabilidade/objetivo – <b>mod.</b> <b>Média:</b> “A granada poderia ser detonada”</p>	<p>Informação</p>			
 <p>10</p>	<p><b>Jornalista (voice over)</b> O coronel Fernando Príncipe já esteve em outra ação dramática. Há 9 anos, ele era subcomandante do BOPE, o Batalhão de Operações Especiais, quando outro seqüestro parou o Rio de Janeiro. O do ônibus 174, que terminou com a morte da professora Geisa Gonçalves e do assaltante Sandro do Nascimento.</p>	<p>Coronel Fernando Príncipe Professora Geisa Gonçalves Assaltante Sandro do Nascimento</p>	<p>Probabilidade/ Objetivo –<b>mod.</b> <b>Alta:</b> “já esteve”</p>	<p>Informação</p>	<p><b>Especificação</b> O texto torna a imagem mais específica (ancoragem)</p>	<p><b>Complemento</b> (o texto adiciona informação sobre a imagem)</p>	

	<p>(cont.) Hoje a história teve um final diferente. O atirador de elite se posicionou neste prédio, em frente à farmácia. Por meio de um ponto eletrônico...</p>	<p>Atirador de elite</p>		<p>Informação</p>	<p><b>Explicação</b> O texto parafraseia a imagem</p>	<p><b>Similaridade</b> O conteúdo do texto é similar ao da imagem</p>	
	<p>...ele ouvia o andamento das negociações. E no momento exato, recebeu a ordem para agir. Foi quando Ana Cristina se abaixou, quase indo ao chão. <b>(jornalista pausa e escuta-se o barulho do disparo).</b> O bandido cai e a vítima sai correndo.</p>	<p>Ana Cristina Bandido</p>		<p>Informação</p>	<p><b>Especificação</b> O texto torna a imagem mais específica (ancoragem)</p>	<p><b>Complemento</b> (o texto adiciona informação sobre a imagem)</p>	<p>Visual</p>
	<p><b>Jornalista (voice over)</b> Ana Cristina estava livre.</p>	<p>Ana Cristina</p>		<p>Informação</p>	<p><b>Explicação</b> O texto parafraseia a imagem</p>	<p><b>Similaridade</b> O conteúdo do texto é similar ao da imagem</p>	<p>Visual: vítima aparentando tensão e nervosismo</p>
	<p><b>Depoimento da vítima</b> <i>Ele ameaçava a toda hora explodir tudo com a granada, toda hora explodir tudo. E ficou dando uma gravata no meu pescoço. Não consegui. Eu tentei fugir assim que ele me pegou, mas quando eu vi a granada, não deu para eu fazer nada.</i></p>	<p>Ele</p>	<p>Frequência – mod. Alta: “a toda hora”</p>	<p>Atenção</p>	<p>---</p>	<p>---</p>	<p>Visual: vítima aparentando tensão e nervosismo</p>
	<p><b>Jornalista (voice over)</b> O oficial responsável pelo tiro foi o Major com 16 anos de PM, com curso preparatório para as ações como a de hoje. Ele explica que o fato do bandido ter tirado o pino da</p>	<p>Major (com 16 anos de PM, com curso preparatório)</p>	<p>Objetivo – mod. alta “Determinante”</p>	<p>Informação</p>	<p>---</p>	<p>---</p>	<p>---</p>

 <p>16</p>	<p>granada foi determinante para a decisão de atirar</p> <p><b>Jornalista (voice over)</b> O artefato só não explodiu porque tinha ainda a proteção de uma segunda peça.</p>	<p>---</p>	<p>Probabilidade- mod. Baixa: "Só não explodiu"</p>	<p>Informação</p>	<p><b>Especificação</b> O texto torna a imagem mais específica (ancoragem)</p>	<p><b>Complemento</b> (o texto adiciona informação sobre a imagem)</p>	<p>---</p>
 <p>17</p>	<p><b>Depoimento do Major</b> <i>Ele tirou duas vezes o pino da granada. Ele, ele ficou somente com ela no laçre. Ou seja, na alça da granada pra deflagrar. As alternativas táticas daquele momento demandavam o que foi feito.</i></p>	<p>Ele (infrator)</p>		<p>Atenção</p>	<p>---</p>	<p>---</p>	<p>---</p>
 <p>18</p>	<p><b>William Bonner:</b> O bandido foi identificado como Sergio Ferreira Pinto. Ele tinha sido preso duas vezes por porte ilegal de armas e por... (fim da gravação).</p>	<p>Bandido Sergio Ferreira Pinto</p>		<p>Atenção</p>	<p>---</p>	<p>---</p>	<p>---</p>

Após a elaboração do quadro multimodal, selecionamos as cenas que apresentavam modalidades alta e média e incluímos as dimensões da insegurança acionadas em cada cena. Os tipos de modalidade que mais ocuparam a reportagem foram “objetivo” e “frequência”. O tipo objetivo denota um estilo do telejornal que procura ser menos opinativo, procurando fornecer descrições mais secas. Veremos mais adiante que tal procedimento não implica neutralidade, pois é possível perceber que o Jornal se posiciona moralmente em relação ao fato. O tipo frequência torna o fato mais verossímil quando vinculado às dimensões da insegurança.

**Quadro 8 - Modalidade alta e média - Telejornal Jornal Nacional**

Modalidade alta e média	Jornal Nacional					
	Tipo	Imagem (Performatividade)	Relação texto-imagem <i>Elaboração</i>	Relação texto-imagem <i>Extensão</i>	Relação texto-imagem <i>conteúdo emocional</i>	Dimensão da insegurança *
<b>Cena 1</b>	Frequência (alta)	Atenção			Verbal	Imponderabilidade, desvalorização da vida e dos costumes, ética, vida ameaçada
<b>Cena 2</b>	Objetivo (alta)	Informação	Especificação	Complemento	Visual	Imponderabilidade, desvalorização da vida e dos costumes, ética, vida ameaçada, exposição da fragilidade da vítima
<b>Cena 6</b>	Subjetivo (média)	Informação			Verbal	Exposição da fragilidade da vítima
<b>Cena 8</b>	Frequência (média) Frequência (alta)	Informação	Explicação	Similaridade	Verbal	Imponderabilidade caracterização do criminoso Exposição da fragilidade da vítima
<b>Cena 9</b>	Probab/Objetivo (média)	Informação				Imponderabilidade
<b>Cena 10</b>	Probab/Objetivo (alta)	Informação	Especificação	Complemento		Imponderabilidade Vida ameaçada ou extinta Exposição da fragilidade da vítima Caracterização do criminoso
<b>Cena 14</b>	Frequência (alta)	Atenção			Visual	Caracterização do criminoso exposição da fragilidade da vítima Imponderabilidade
<b>Cena 15</b>	Objetivo (alta)	Informação				Imponderabilidade Caracterização do criminoso

\* Dimensões da insegurança acionados pela mídia - ver quadro 3.

## Imponderabilidade dos riscos

Quando discorremos sobre imponderabilidade dos riscos de sofrer algum tipo de violência, outras dimensões da insegurança estão a ela atreladas. Se nossa vida está em jogo, logo ela está ameaçada e, dessa forma, desvalorizada. Essa constatação fere um princípio da ética humana o que contribui sobremaneira para aumentar nossa desconfiança no outro.

O imponderável é evidente quando a reportagem utiliza termos que remetem a um tipo de modalidade “frequência”, que pode abranger generalizações e frequência temporal. Quando o fato põe o *Rio de Janeiro em suspense*, essa afirmação sinaliza que o evento é digno de preocupação para toda a população desta cidade. Se todo carioca está em suspense, é porque o evento deve ser grave.

As expressões *poderia explodir a qualquer momento e em vários momentos* elevam o grau de risco decorrente da ausência de controle sobre a situação. A frequência, quando destacada e associada à veiculação das imagens da vítima em sofrimento, indica que o episódio era de alto risco.

*Um homem com uma granada na mão fez uma refém hoje de manhã e pôs o Rio de Janeiro em suspense (Frequência-modalidade alta).*

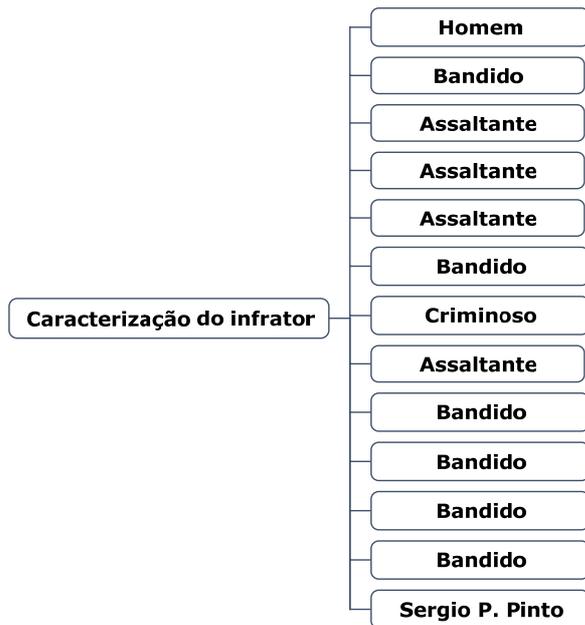
*Ana Cristina Garrido ficou assim, sob poder do bandido por 40 minutos (objetivo- modalidade alta).*

*Segundo a polícia, em vários momentos, o bandido tirou o pino de proteção da granada, que poderia explodir a qualquer momento (frequência – modalidade alta).*

*Ele ameaçava a toda hora explodir tudo com a granada, toda hora explodir tudo (frequência – modalidade alta).*

## Caracterização do criminoso

A posição de pessoa em que é colocado o infrator é um fator relevante na produção do *estranho perigoso*. A sequência dos termos com que o designam é interessante. No início da reportagem, ele é simplesmente um homem, mas logo em seguida é reiteradamente posicionado como bandido, assaltante, criminoso, e assim por diante. Suas ações repetem o caráter criminoso do sujeito o que se pode

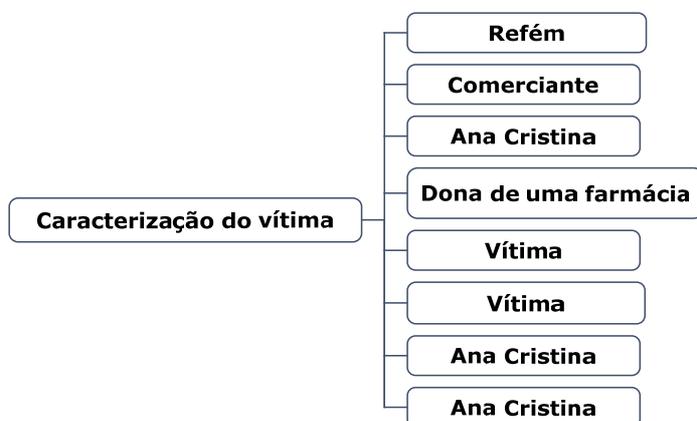


perceber por meio dos verbos de ação a ele associados: “dominou”, “invadiu”, “fugiu”, “reagiu”, “atirou” e “ameaçou”.

O que também nos chama atenção é que somente no fechamento da reportagem ele recebe um nome. Observa-se que retirar a identidade do agente que causou a violência é uma estratégia empregada com a finalidade de distanciar a dimensão humana.

### Exposição da fragilização da vítima

A vítima sofre tratamento diferenciado. Ela é posicionada como refém e logo recebe uma profissão: *comerciante* e *dona de uma farmácia*. Trata-se de uma



cidadã que estava trabalhando. Logo que a reportagem avança, ela recebe um nome: Ana Cristina. Sua dimensão como pessoa é preservada e, quando associada às imagens de seu sofrimento, nos possibilita identificar com ela. O uso do tipo de modalidade objetiva

para se referir à vítima nos convida a olharmos para a imagem a ela associada: *Ana Cristina Garrido ficou assim, sob poder do bandido por 40 minutos*. Por ela ser “humana”, torna-se mais fácil a aproximação com seu sofrimento. Quanto à relação texto-imagem, podemos perceber, nas cenas que apresentam modalidade elevada, que o texto complementa muito pouco o que está sendo visto. Trata-se de um processo que sugere o poder que a imagem do sofrimento da vítima exerce sobre o texto falado.

## A posição do Jornal Nacional

O estilo da narrativa apresentada é mais formal e menos opinativo. Os dados apresentados são descritivos, adicionam informação às imagens veiculadas ou algumas vezes simplesmente parafraseiam a imagem. Porém, com um olhar mais atento para a sequência da narrativa, vemos que há um posicionamento do telejornal, embora discreto. Além da caracterização do criminoso e da vítima, que por si sós já indicariam uma forma valorativa da reportagem, o telejornal reporta para a história outro episódio semelhante: o caso do ônibus 174. Há uma intenção ao equiparar duas situações aparentemente semelhantes. Na primeira, o resultado foi catastrófico para a vítima, para o infrator e para a polícia. Na época, o erro tático da polícia gerou uma série de críticas por parte da opinião pública. Quando utilizamos uma experiência pregressa mal sucedida numa comparação, significa que a experiência seguinte a ser relatada será justamente oposta, para melhor ou para pior:

*O coronel Fernando Príncipe já esteve em outra ação dramática. Há 9 anos, ele era subcomandante do BOPE, o Batalhão de Operações Especiais, quando outro sequestro parou o Rio de Janeiro. O do ônibus 174, que terminou com a morte da professora Geisa Gonçalvez e do assaltante Sandro do Nascimento (cena 10).*

*Hoje a história teve um final diferente. O atirador de elite se posicionou neste prédio, em frente à farmácia. Por meio de um ponto eletrônico... (cena 11)*

O que o jornal quer informar não é que a história teve um final diferente, mas melhor. E o que é “melhor”? A morte do infrator e consequente preservação da vida da vítima.

A voz de especialista surge para sustentar essa defesa e sua força está vinculada a sua qualificação: *Major com 16 anos de PM, com curso preparatório para as ações como as de hoje*. O tipo de modalidade “subjetivo”, que sugere o grau de convicção de um fato, sustenta o argumento:

*Ele já estava ferido, dizendo que já estava começando a doer seu ferimento e nós estávamos percebendo que a vítima estava muito nervosa (subjetivo – modalidade média)*

*O fato do bandido ter tirado o pino da granada foi determinante para a decisão de atirar (objetivo – modalidade alta).*

A reportagem veiculada nesse telejornal suscitou discussões em nosso primeiro grupo focal quanto às reações da audiência diante do ocorrido. Uma participante mencionou que em seu local de trabalho houve elogios à polícia e também comentários sobre a morte do infrator. Segundo ela, falas como *tem que matar mesmo, Tá certo, não quero saber se é reincidente ou se é o primeiro, ou se matou quantos*.

Esses comentários emergem, a nosso ver, quando certa estratégia discursiva é empreendida na construção do criminoso, na fragilidade da vítima e na ação da polícia.

*P4: Eu acho que mais uma vez a mídia já direciona. Direciona, porque ela sabe que você vai querer achar um culpado e você vai achar um culpado.*

*(Participante grupo focal 3, sexo masculino, 24 anos).*

*O culpado que ela encontra já “ta” incluído no que ela acha.*

*(Participante grupo focal 3, sexo feminino, 25 anos).*

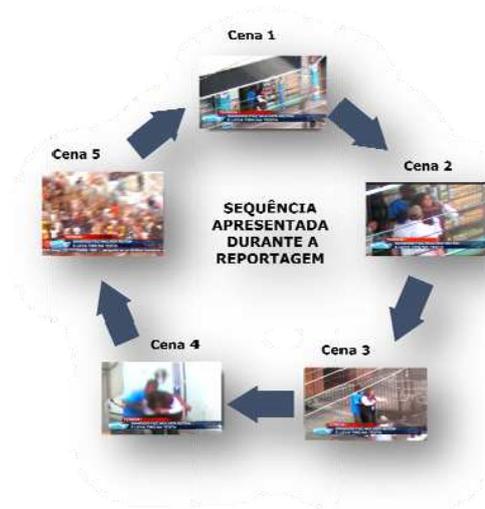
A impunidade, como uma dimensão da insegurança, não foi acionada na reportagem. Porém, a “eficácia” da polícia movimenta outra dimensão, muito ligada ao medo: o ódio. O senso de justiça que emerge é a do “olho por olho, dente por dente”. Esse sentimento ficará mais evidente na análise da mesma reportagem veiculada pelo Brasil Urgente.

### **3.3.4. Análise da reportagem veiculada no programa Brasil Urgente: *Bandido Morto com Tiro na Testa***

Antes de apresentarmos o quadro multimodal, cabe esclarecer como as imagens foram dispostas ao longo da narração da reportagem. O estilo mais opinativo desse telejornal se faz presente na voz do apresentador Datena e,

especificamente nesse caso, prevaleceram seus comentários que, na maior parte do tempo não estavam diretamente ligados às cenas exibidas.

O programa exibiu cinco cenas cuja sequência era repetida quando terminava a última cena (ver sequência abaixo).



*Cena 1: O infrator segura a vítima por trás.*

*Cena 2: Aproximação da polícia para iniciar a negociação.*

*Cena 3: Negociação em andamento e sofrimento da vítima.*

*Cena 4: Momento em que o infrator recebe um tiro do atirador de elite*

*Cena 5: Comemoração do público diante do desfecho.*

A exibição contínua desta sequência se assemelha a uma trilha sonora incidental. As imagens convertem-se em “fundo”, enquanto a fala do entrevistador torna-se figura. Somente no meio da reportagem é que o apresentador, ao entrevistar um especialista, se apoiou na cena exibida (ver cena seis). Em outras palavras, foi o único momento em que texto e imagem se interconectaram, um parafraçando a outra (explicação e similaridade).

Quadro 9 - Multimodal: telejornal Brasil Urgente

IMAGEM (cenas)	TRANSCRIÇÃO	POSIÇÃO DAS PESSOAS ENVOLVIDAS (CARACTERIZAÇÃO)	MODALIDADE LINGÜÍSTICA		MODALIDADE VISUAL	RELAÇÃO TEXTO-IMAGEM		
			Tipo e Grau	Performatividade (exige atenção ou oferece informação)		Elaboração	Extensão	Conteúdo emocional (lingüístico ou imagético)
	Ela é uma moça pesada. Se a moça cai e ele percebe que já não tinha proteção nenhuma e que já não estava mais com a refém na mão a tendência era ele puxar o pino da granada. Ou eu "to" errado, posso estar errado, alguém pode me corrigir.	Moça pesada Refém	Objetivo – mod. Média: "a tendência" Subjetivo – mod. Baixa: "posso estar enganado"	Informação	<b>Especificação</b> O texto torna a imagem mais específica (ancoragem)	<b>Complemento</b> (o texto adiciona informação sobre a imagem)	Visual	
	O tiro vem certo, no meio dos dois policiais, aí - ele falou: agora se ela cair ele puxa o pino - era isso que eu estava falando e aí... "pum". Então acho que a polícia do Rio agiu corretamente, daqui a pouco nós vamos mostrar a pesquisa pra você, daqui a pouco nós vamos dar a pesquisa pra você, o tiro saiu certo, né?	Policiais Polícia	Probabilidade – mod. Alta: "o tiro vem certo" Probabilidade – mod. Baixa: "se ela cair, ele puxa o pino" Subjetivo – mod. Baixa: "Então eu acho que..."	Informação	<b>Explicação</b> O texto parafraseia a imagem	<b>Similaridade</b> O conteúdo do texto é similar ao da imagem	Visual	
	Eu já vi 40 vezes o policial comemorando, "pô", o policial comemorou por que? Estão me torrando a paciência com essa imagem aí, eu já vi, eu não "to" querendo falar da imagem, mas é que estão me torrando então eu vou falar: comemorou porque não morreu a vítima, porque não morreu o	Policial Vítima Bandido	Frequência/ subjetivo – mod. Alta: "Eu já vi 40 vezes" Subjetivo – mod. Alta: "eu não to querendo falar da imagem", "eu não sou cínico"	Informação	<b>Especificação</b> O texto torna a imagem mais específica (ancoragem)	<b>Complemento</b> (o texto adiciona informação sobre a imagem)	Visual Verbal	

	<p>comandante, porque não morreu o outro soldado e eu não sou cínico. Não queria que ninguém morresse aí. Agora, se tivesse alguém que morrer, é lógico que eu optaria pela morte do bandido. Nem a vítima e nem os policiais, porque ele quem causou a ação do mal e ele quem está transgredindo a lei, é ele quem está colocando vidas e a vida dele também em perigo. Ele quem está assumindo o risco, no caso aí é ele, entendeu? Sou contra execução sumária, esquadrão da morte, mas quando não há outro jeito, quando não tem outro jeito, meu irmão, quando não tem outro jeito, o bandido tem que morrer mesmo.</p>		<p>Probab/subjetivo – mod. Alta: “se alguém tivesse que morrer, é lógico que eu...”</p> <p>Subjetivo – mod. Alta: “sou contra a execução sumária”</p> <p>Probab – mod. Alta: “quando não tem outro jeito, o bandido...”</p>				
 <p>4</p>	<p>Você vê as cenas da polícia americana, velho, se o bandido mesmo depois de dominado não botar as mãos no chão, se levantar ou fazer algum gesto em relação ao policial que tem que se defender pra depois defender o cidadão, entendeu? Eles mandam bala na cara.</p>	<p>Polícia americana</p>	<p>Probab – mod. Alta: “se o bandido...”</p>	<p>Informação</p>	<p>***</p>	<p>***</p>	<p>Visual</p>
 <p>5</p>	<p>Coronel José Vicente, tá comigo na linha?</p> <p>JOSÉ VICENTE: “Tô” sim Datena, boa noite.</p> <p>DATENA: Coronel que é secretário de segurança e é muito mais especialista em segurança pública que eu. Eu</p>	<p>Coronel José Vicente (especialista)</p> <p>Apresentador</p> <p>Bandido</p>	<p>Subjetivo – mod. Alta: “Eu não entendo coisa nenhuma...”</p> <p>Subjetivo – mod. Baixa: “eu posso até estar...”</p>	<p>Informação</p>	<p>Explicação</p> <p>O texto parafraseia a imagem</p>	<p>Similaridade</p> <p>O conteúdo do texto é similar ao da imagem</p>	<p>Visual</p> <p>Verbal (receito de muitos policiais)</p>

	<p>não entendo coisa nenhuma de segurança pública, eu sou aqui apenas um apresentador de televisão. Coronel, eu posso até estar totalmente errado, mas me parece que não estava ao comandante da polícia aí do Rio de Janeiro. É, nenhuma alternativa a não ser ordenar que o atirador de elite entrasse em ação pra executar o bandido aí, impedindo que ele puxasse o pino da granada e matasse não só ele, mas todo mundo. Concorde comigo ou o senhor acha que eu estou errado?</p> <p>COMANDANTE: Eu não acompanhei o desenlace desta última ocorrência, o que a gente tem observado de maneira geral é que há um receio de muitos policiais em exercer aquilo que lhes é tecnicamente e legalmente facultado, ou seja, defender vida de pessoas com o uso legítimo da força. O policial é o Estado autorizado a utilizar armas nestas circunstâncias. Existe uma situação muito peculiar que autoriza o policial a efetuar o disparo, é o disparo mortal que é dirigido pra cabeça do agressor no caso. Quando o sujeito "tiver" com uma arma engatilhada, por exemplo, ou com a mão já prestes a acionar a granada, o</p>	<p>Agressor</p> <p>Delinquente perigoso</p> <p>Polícia</p> <p>Bandidos</p>	<p>Objetivo/ Frequência – mod. Alta: “nenhuma alternativa a não ser...”</p> <p>Frequência – mod. alta: “mas todo mundo concorda...”</p> <p>Frequência – mod. Média: “de maneira geral...”</p> <p>Probabilidade – mod. Alta: “plenamente autorizado”</p> <p>Probabilidade – mod. Média: “você eventualmente matar...”</p> <p>Frequência – mod. Alta: “cada vez mais frequentes”</p> <p>Frequência – mod. Alta:</p>			
--	--	--	---	--	--	--

	<p>policia! está plenamente autorizado...legalmente, tecnicamente pra fazer esse disparo, porque é uma forma de você eventualmente matar um delinqüente perigoso, mas pelo menos livrar inocentes da situação de agressão.</p> <p>DATENA: Bom, é...me parece que essa situação...não sei se o senhor viu a cena ainda.</p> <p>JOSÉ VICENTE: Não vi ainda Datena.</p> <p>Bom, então a cena é a seguinte, eu já começo dizendo o seguinte: dificulta o trabalho da policia... quando nossos políticos não tem leis pesadas...eu já pedi umas 80 vezes , inclusive o governador Alkimin também fez essa sugestão de que essas cenas em que estão sendo cada vez mais freqüentes, em que os bandidos "quer" assaltar e não conseguem, pegam qualquer um como refém ou dentro da casa, farmácia ou em padaria , em qualquer lugar...eu por mim transformaria</p> <p>isso...transformaria isso em seqüestro mesmo, não é seqüestro relâmpago com pena menor...seqüestro mesmo! la diminuir essa possibilidade...</p>		<p>"pegam qualquer um como refém".</p> <p>Subjetivo – mod. Alta: "eu por mim transformaria..."</p>				
--	--	--	--	--	--	--	--

 <p style="text-align: center;">6</p>	<p>O tiro sai aí, ó, o tiro sai aí...nesse momento o cara é executado pelo sniper. Está completamente legal dentro daquilo que o senhor falou até agora, então se a lei fosse pesada pra esse tipo de seqüestro, ele iria diminuir, porque virou festa. Qualquer um agora pede colete a prova de bala, helicóptero, Gisele Bütchen, aí o cara vai...faz refém e acha que isso é a coisa mais normal do mundo.</p> <p>Se fosse seqüestro mesmo e cumprisse pena de 30 anos ou coisa parecida e tal...nunca vai cumprir porque aqui tem progressão de pena, não vão nem presos...nem presos vão.</p> <p>Mas me parece que é dentro daquilo que o senhor falou, o cara vai e faz uma vítima refém,</p>	<p>Snyper Gisele Bütchen Refém Vítima</p>	<p>Frequência – mod. Alta: “qualquer um agora pede colete”</p> <p>Frequência – mod. Alta: “nunca vai cumprir ...pena”</p> <p>Subjetivo – mod. Média: “ mas me parece que é dentro...”</p>	<p>Informação</p>	<p><b>Explicação</b> O texto parafraseia a imagem</p>	<p>Similaridade</p>	<p>Visual</p>
 <p style="text-align: center;">7</p>	<p>tirou o pino da granada duas vezes. A cena que o senhor não “tá” vendo Coronel, é exatamente a seguinte: ele está exatamente com a mão no pescoço da moça...vou esperar chegar até o ponto aí... ele continua com a mão no pescoço da moça, a moça ameaça desmaiar várias vezes, segundo o dr. Antonliello disse no Rio de Janeiro, ele tinha tirado o pino da granada e recolocado duas vezes. Ele vai em direção uma rua, onde em frente há um prédio e nesse</p>	<p>Moça Coronel Moça Dr. Antonliello Snyper</p>	<p>***</p>	<p>Informação</p>	<p><b>Especificação</b> O texto torna a imagem mais específica (ancoragem)</p>	<p><b>Complemento</b> (o texto adiciona informação sobre a imagem)</p>	<p>Visual (público comemorando) Verbal</p>

	<p>prédio e nesse prédio está o sniper. Há um momento em que ele fica a metros, a 2,3 metros de dois policiais.</p>						
<p>8</p>	<p>Um me parece o comandante e o outro o subcomandante ali da operação. A moça ameaça desmaiar umas duas vezes, ele a segura e é uma moça pesada. Depois ela abaixa fazendo menção de que vai vomitar. Quando ela abaixa, ele tira a granada do ombro dela e com a outra mão ele ameaça, faz, fala, não dá pra ouvir o que ele fala, faz a menção mais uma vez de explodir a granada, porque se ela desaba ali ele não tem condição de segurá-la, porque ela é uma moça pesada, ele vai ficar sem cobertura, então é isso que ele faz...”ô”.</p> <p>Olha lá, a moça vai se agachar agora e na direção dele tem dois policiais, aí mesmo com os dois policiais na frente o sniper executa o tiro quando ele diz que vai explodir na granada. Entendeu?</p> <p>Aí ele cai e não há nem reação muscular, porque o tiro é fatal, pega num ponto do cérebro que desliga. Então é essa cena que nós temos aqui</p>	<p>Comandante Moça Moça pesada Policiais Snypers</p>	<p>Subjetivo – mod. Média: “um me parece ...”  Probab. – mod. Média: “porque se ela desaba ali...”</p>	<p>Informação</p>	<p><b>Especificação</b> O texto torna a imagem mais específica (ancoragem)</p>	<p><b>Complemento</b> (o texto adiciona informação sobre a imagem)</p>	<p>Verbal Visual</p>

 <p style="text-align: center;">9</p>	<p>JOSÉ VICENTE: é uma situação lamentável, mas eles são preparados pra isso, é por isso que todo policial usa arma, justamente pra poder defender terceiros e sua própria vida de acordo com as normas legais que eles aprendem em treinamentos. Agora o que não pode é haver restrição que pode levar a morte de pessoas como foi aquele caso lá do Rio de Janeiro, lembra aquele do ônibus...</p> <p>DATENA: Morreu a vítima, né?</p>	<p>Policial Pessoas Vítima</p>	<p>Objetividade – mod. Alta: “agora o que não pode...” Probab – mod. média: “que pode levar à morte”</p>	<p>Informação</p>	<p>***</p>	<p>***</p>	<p>Visual</p>
 <p style="text-align: center;">10</p>	<p>JOSÉ VICENTE: Então acaba deixando que a vítima morra, então não pode haver pressão de mídia, nem política nenhuma, o policial deve estar isolado nesse momento, sobre nenhuma influência política pra ele poder exercer o seu dever e é um dever que ele faz em nome do Estado e em nome da lei. Isso é muito importante porque nós estamos vivendo um momento da lei em que tudo agora é um discurso que o social vai resolver a violência, a delinqüência e isso é uma grande mentira que vem sendo usada infelizmente, porque já está mais do que provado que o grande fator, que o grande instrumento de redução da violência é aumentar o custo do crime para o criminoso. O custo</p>	<p>Policial Estado Criminoso Predadores da sociedade Irrecuperáveis (criminosos)</p>	<p>Objetiva – mod. Alta: “não pode haver pressão da mídia” Frequência – mod. Alta: “nem política nenhuma” Probab – mod. Alta: “deve estar isolado” Frequência – mod. Alta: “nenhuma influência política”. Frequência – mod. Alta: “tudo agora é um</p>	<p>Informação</p>	<p>***</p>	<p>***</p>	<p>Visual</p>

 <p style="text-align: center;">11</p>	<p>do crime significa uma resposta severa da sociedade à violência. Uma polícia eficiente, um judiciário que não tem a contemplação e obviamente que o judiciário precisa, que são as leis que permitem que esses predadores da sociedade fiquem distantes por 30, 40 anos porque não tem recuperação, são irrecuperáveis.</p> <p>DATENA: ok coronel, muito obrigado pela participação, muito obrigado ao especialista em segurança pública.</p> <p>Vamos ouvir gente da justiça também, vamos ouvir a justiça do estado ou do Rio de Janeiro ou daqui, quem tiver aí, gente do ministério público.</p> <p>São 6000 mensagens de texto até agora e a maioria dizendo que a polícia agiu corretamente. Eu também acho que a polícia agiu corretamente.</p>		<p>discurso..."</p> <p>Objetivo – mod. Alta: “já está mais do que provado...”</p>				
			<p>Subjetivo – mod. Baixa: “também acho que a polícia agiu corretamente”.</p>	<p>Atenção</p>	<p>***</p>	<p>***</p>	<p>***</p>

Quadro 10 – Modalidade alta e média - Telejornal Brasil Urgente

Modalidade alta e média	Brasil Urgente					
	Tipo	Imagem (Performatividade)	Relação texto-imagem <i>Elaboração</i>	Relação texto-imagem <i>Extensão</i>	Relação texto-imagem <i>conteúdo emocional</i>	Dimensão da insegurança *
<b>Cena 1</b>	Objetivo (média)	Informação	Especificação	Complemento	Visual	Falta de confiança nas pessoas, Imponderabilidade, desvalorização da vida e dos costumes, ética, vida ameaçada, exposição da fragilidade da vítima
<b>Cena 2</b>	Probab (alta)	Informação	Explicação	Similaridade	Visual	Falta de confiança nas pessoas, Imponderabilidade, desvalorização da vida e dos costumes, ética, vida ameaçada, exposição da fragilidade da vítima
<b>Cena 3</b>	Freq/Sub (alta) Subjetivo (alta) Probab/subj (alta) Subjetivo (alta) Probab (alta)	Informação	Especificação	Complemento	Visual Verbal	Impoderabilidade, Falta de confiança nas pessoas, Caracterização do criminoso Exposição da fragilidade da vítima
<b>Cena 4</b>	Probab (alta)	Informação	***	***	Visual	Imponderabilidade Falta de confiança nas pessoas, Exposição da fragilidade da vítima
<b>Cena 5</b>	Subjetivo (alta) Obj/Freq (alta) Frequencia (alta) Frequencia (média) Probab (alta) Probab (média) Frequencia (alta) Frequencia (alta) Subjetivo (alta)	Informação	Explicação	Similaridade	Visual Verbal	Imponderabilidade, Falta de confiança nas pessoas Caracterização do criminoso Exposição da fragilidade da vítima
<b>Cena 6</b>	Frequencia (alta) Frequencia (alta) Subjetivo (alta)	Informação	Especificação	Complemento	Visual	Imponderabilidade Vida ameaçada ou extinta Exposição da fragilidade da vítima Caracterização do criminoso Impunidade
<b>Cena 8</b>	Subjetivo (média) Probab (média)	Atenção	Especificação	Complemento	Visual verbal	Imponderabilidade Caracterização do criminoso Exposição da fragilidade da vítima Imponderabilidade Desvalorização da vida
<b>Cena 9</b>	Objetivo (alta) Probab (média)	Informação	***	***	Visual	Imponderabilidade Exposição da fragilidade da vítima Desvalorização da vida e dos costumes
<b>Cena 10</b>	Objetivo (alta) Frequencia (alta) Probab (alta) Frequencia (alta) Frequencia (alta) Objetivo (alta)	Informação	***	***	Visual	Imponderabilidade Vida ameaçada ou extinta Exposição da fragilidade da vítima Caracterização do criminoso Impunidade

\* Dimensões da insegurança acionados pela mídia - ver quadro 3.

A visualização do quadro acima nos indica que as cenas três, cinco e dez apresentaram maior grau de modalidade. O que elas têm em comum é a presença de um especialista em Segurança Pública e um tom mais excludente em suas falas e nas do apresentador. Como dissemos anteriormente, nossa conformidade em relação a um saber especializado depende de nosso grau de confiança. E como poderemos verificar pela análise apresentada a seguir, a confiança começa a ser construída pela postura do próprio apresentador.

### **A aproximação entre o apresentador e o público**

Toda notícia é uma forma narrativa de contar um fato. Especificamente no programa em questão, as histórias são contadas com mais detalhes e com opiniões claras do apresentador, porque o tempo despendido a essas notícias é maior, se comparado a um telejornal mais formal.

O apresentador Datena se posiciona como advogado do povo. Os alvos de suas críticas podem variar, pois dependerá de quem é o culpado numa situação. Normalmente os alvos oscilam entre os políticos (por não criarem leis mais severas) ou a polícia, quando é ineficaz.

Para ser advogado do povo, é preciso se aproximar desse povo. Observamos tal postura quando ele se posiciona como um *ignorante* sobre a Segurança Pública. Suas falas trazem um tipo de modalidade subjetivo, com graduação baixa, que poderia sugerir pouca convicção por parte do apresentador, mas, se inserido numa estratégia de convencimento, verificamos sua eficácia:

*Posso estar errado, alguém pode me corrigir.*

*Então acho que a polícia do Rio agiu corretamente*

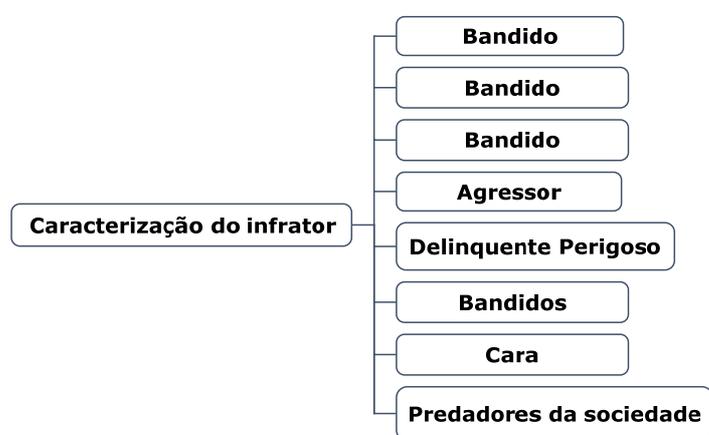
*Eu não entendo coisa nenhuma de Segurança Pública. Eu sou aqui apenas um apresentador de televisão.*

Trata-se de uma preparação para introduzir um especialista: *eu não sei, mas ele sabe*. No entanto, a estratégia não o poupa de formar e verbalizar sua opinião, o que fica evidente ao se referir ao criminoso com base na comemoração dos policiais.

*Eu já vi 40 vezes o policial comemorando, “pô”, o policial comemorou por quê? Estão me torrando a paciência com essa imagem aí. Eu já vi, eu não “to” querendo falar da imagem, mas é que estão me torrando então eu vou falar: comemorou porque não morreu a vítima, porque não morreu o comandante, porque não morreu o soldado. E eu não sou cínico. Não queria que ninguém morresse aí. Agora, se tivesse alguém que morrer, é lógico que eu optaria pela morte do bandido.*

E por quê? Porque foi ele quem cometeu a ação do mal, segundo Datena.

### Caracterização do criminoso

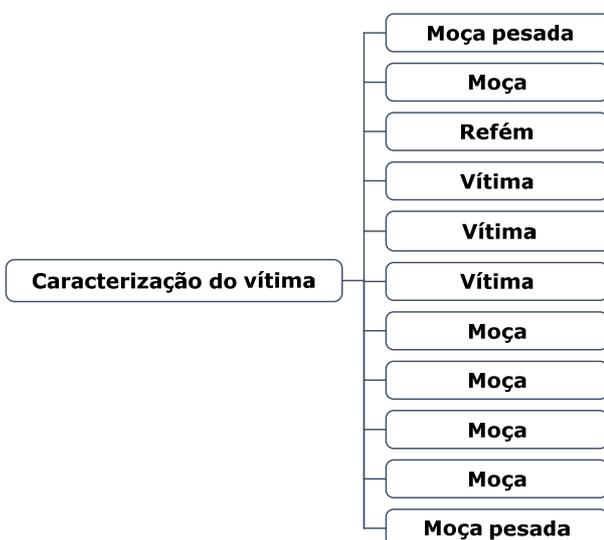


A “ação do mal” só pode ser cometida por alguém perigoso. Diante da maneira com que o infrator é posicionado logo de início, os adjetivos que se lhe atribuem ao longo da reportagem somente reforçam a imagem.

Diferentemente da outra análise, o infrator nem é identificado pelo nome, mas é designado pelo especialista convidado com outros adjetivos: *delinquente perigoso* e *predador da sociedade*. As cenas que mostram a comemoração dos policiais (cena três) e a do público que assistia à negociação no local (cena sete), confirmam que o bem prevaleceu sobre o mal.

### Caracterização da vítima

Embora seja a pessoa que sofreu a ação do mal, ela não recebe o devido destaque na reportagem. Certamente ela é posicionada como moça, refém, vítima, mas não vai além disso. Também não é tratada pelo nome, tampouco é entrevistada.



Sua presença dá suporte a um argumento importante e a um efeito significativo: a justa eliminação do criminoso e o fomento ao ódio.

### **Discurso excludente**

O risco de sofrer algum tipo de violência e ter a vida ameaçada é potencializado pelas falas que apresentam o tipo de modalidade “frequência” com alta graduação.

*Essas cenas que estão sendo cada vez mais frequentes (frequência – modalidade alta).*

*Pegam qualquer um como refém (frequência – modalidade alta).*

*Impedindo que ele puxasse o pino da granada e matasse não só ela, mas todo mundo (frequência – modalidade alta).*

Quando *qualquer um* pode ser refém e *todo mundo* pode morrer, a sensação é de vulnerabilidade diante do imponderável. Trata-se, segundo Best, de uma democratização do risco que pode nos atingir a qualquer momento (1999). Contudo, essa vulnerabilidade passa a servir de trampolim para outro discurso que emerge: o da eliminação. Neste caso, a justificativa para se eliminar um criminoso é acompanhada pela legitimação do ato da polícia:

*Se tivesse alguém que morrer, é lógico que eu optaria pela morte do bandido (Probabilidade/subjeto – modalidade alta).*

*Quando não tem outro jeito, o bandido tem que morrer mesmo (Probabilidade/subjeto – modalidade alta).*

*Quando o sujeito “tiver” com uma arma engatilhada, [...] o policial está plenamente autorizado (probabilidade – modalidade alta).*

A inclusão de um saber especializado, na voz do Coronel José Vicente, dá solidez ao que era meramente uma opinião do apresentador. O coronel não só legitima a ação da polícia, justificada porque uma vítima estava em risco, como tece críticas a um *discurso social*, entendido pelo entrevistado como uma alocação que visa à recuperação do infrator.

*Nós estamos vivendo um momento da lei em que tudo agora é um discurso que o social vai resolver a violência, a delinquência e isso é uma grande mentira que vem sendo usada infelizmente (frequência – modalidade alta).*

*Já está mais do que provado que o grande fator, que o grande instrumento de redução da violência é aumentar o custo do crime para o criminoso (objetivo – modalidade alta).*

Seu argumento “já está mais do que provado” não vem acompanhado de maiores explicações, porém não importa, pois sua posição como Coronel e ex-Secretário de Segurança supostamente o autoriza a fazer esse tipo de generalização.



- Participe você também do Brasil Urgente. Envie seu torpedo para...
- Datena, o nosso mundo está sem "nossão"
- Pergunta se os Direitos Humanos salvariam a mulher?
- Tiro neles.
- Datena - deviam ter feito a mesma coisa no caso Eloá.
- Eu achei certo como a maioria da população
- A polícia fez certo. Já estamos cansados de ser refem desses "marginal". Parabéns.
- Correto.
- Desse um tiro de tranquilizante. Ninguém pode tirar a vida.
- Deveria ter matado o Lindenberg do caso Eloá também. Parabéns a esses policiais
- Pior seria se ele tivesse tirado a vida de mais um inocente.
- Decisão certa da polícia.
- Medalha para esse policial.
- A polícia está de parabéns.
- É melhor dez pássaros na mão do que um gavião solto por aí.
- Datena. Precisamos ver mais tiros como esse
- Parabéns para a polícia
- Tem que matar mesmo.
- Isso aí! Menos um para fazer besteira.
- Está certíssimo, Datena.
- Parabéns ao policial que fez esse tiro.
- Datena. a polícia agiu corretamente. Polícia serve pra isso.
- A polícia está certa. Pena de morte já.
- A polícia tá certíssima. Ou era ele morto ou a mulher e os policiais.
- Se tivesse isso no caso Eloá ela estaria viva.
- Acho que está correto. Lembra do caso Eloá.
- Cadeias nele, Datena.
- Só Deus pode tirar a vida.

Durante a reportagem, o telejornal convida os telespectadores a participarem com suas opiniões enviando uma mensagem de texto no celular (torpedo). Trata-se de um canal que favorece maior dialogicidade e as mensagens enviadas são postas ao vivo na tela, juntamente com as falas do apresentador e as do entrevistado.

Assim, além do discurso verbal e das imagens, o programa adiciona o recurso semiótico que, na linguagem jornalística, é chamado de “gerador de caracteres” (GC). Transcrevemos todos os comentários enviados pelo público. São frases que apoiam a ação da polícia e se alinham com a opinião do apresentador e do convidado. Examinemos:

Às vezes em tom irônico, os comentários, em grande parte, são excludentes. O público parabeniza o policial e reitera que a eliminação foi correta. Alguns participantes citam o episódio da jovem Eloá que não foi salva pela polícia e foi morta pelo ex-namorado Lindenberg.

Dos 27 depoimentos, somente dois manifestaram opinião contrária: *desse um tranquilizante. Ninguém pode tirar a vida* e um de cunho mais religioso *Só Deus pode tirar a vida*. Ou seja, 7% foram a favor de outra estratégia que não a adotada.

Quando se evidencia uma sensação de vulnerabilidade, o outro lado da moeda é a indignação e a raiva, o qual só pode emergir quando se elimina, pelo menos na situação concreta, a fonte que causou a insegurança (HOLLWAY & JEFFERSON, 1997). A sensação de que a justiça fora feita autoriza a emergência da raiva e ódio, culminando no discurso sobre *limpeza social* (BAUMAN, 1998b).

Outro fator que favorece manifestações de revolta por parte da audiência diz respeito à superficialidade com que a situação é retratada. Não se amplia o contexto para que possamos entender quem é esse assaltante e suas motivações. Em razão do curto tempo de preparação da notícia e da velocidade imposta a esse canal midiático, todas as considerações são feitas em cima do que *se viu*.

Sob essa ótica, contribui-se para uma lógica ilusória: se eliminarmos o mal da sociedade, ela estará salva. Deixamos de questionar que é a mesma sociedade, da qual fazemos parte, que fomenta ações dessa natureza (YOUNG, 2002).

*O problema é mais complexo. Quando falam da vítima, dizem: “olha, a fulana, ela tem filho, ela trabalha, ela não pode ser assaltada, etc. Ao mesmo tempo não mostra o outro lado: olha só esse menino (infrator), a mãe dele também não tinha renda, não tinha como sobreviver”. [...] Quando é que alguém vira e comenta “onde estava o governante? Onde é que estava a verba pra sociedade?”*

*(participante Grupo focal 3, sexo feminino, 22 anos)*

Normalmente, o programa Brasil Urgente explora histórias cujo drama é vinculado à vítima. Como dissemos, o papel da vítima nessa reportagem foi de coadjuvante, pois protagonistas foram a polícia e o atirador de elite. Entretanto, isto não pressupõe que motivos para nos identificarmos com a vítima não foram acionados.

## Identificação com a notícia

Para que uma notícia nos capture, é necessária uma aproximação espacial, contextual e com a pessoa retratada. Em suma, algo precisa ecoar em nós para que possamos nos colocar *no lugar do outro*. As reportagens por nós analisadas referem-se a uma pessoa que estava trabalhando (comerciante) e que aleatoriamente fora escolhida pelo infrator como escudo de proteção contra a força policial.

O contexto em que a ação do infrator se deu não é nada extraordinário, e sim, ordinário, comum. Apesar de o tom do programa Brasil Urgente ser considerado sensacionalista, o contexto em que se deu o episódio não foi. A condução da narrativa, sem dúvida, potencializou e ampliou o que as imagens poderiam por si só explicar.

Comumente, as reportagens mais apelativas mostram uma dimensão de espetáculo que contrasta com a realidade cotidiana. Poderíamos aferir que o espetáculo, por se aproximar de algo mais ficcional, tem o poder de amenizar nossas inseguranças quando comparadas às da realidade vivida. Nas palavras de Dias:

*De fato, observa-se que a violência retratada pelos jornais sensacionalistas vê-se potencializada em relação à violência vivida na realidade e essas distorções amenizam as violências efetivas, quando em confronto com as que nos são mostradas (DIAS, 2003, p. 105).*

No entanto, o que distancia ou aproxima o público de uma notícia vai depender da percepção desse público. O *Rio de Janeiro* pode ser entendido como uma cidade *muito distante* ou *muito próxima*, por compartilhar da mesma dinâmica de uma grande cidade.

*Às vezes é um alívio. Meu Deus! Eu já tenho que trancar meu carro todo dia, trancar minha casa e ver se as pessoas que eu gosto estão bem. Todos os dias ligando pra elas do celular e aí, na hora que eu vejo que a violência está num outro bairro que não o meu...ufa...posso ficar tranquila. (mulher)*

*(participante grupo focal 2, sexo feminino, 21 anos)*

Além disso, quando a dimensão humana da vítima é retratada por meio de detalhes e dramaticidade, a aproximação do público tende a ser maior. Para uma participante do grupo focal, isto é fundamental:

*Uma coisa que costuma envolver bastante a gente com as notícias é você apresentar a pessoa envolvida, sabe... de você torná-la humana. Quando falam: “ah, então, porque o motoqueiro bateu a moto e morreu”, acaba a notícia. Não tem mais notícia.*

*Agora na hora que você começa a falar sobre quem era esse motoqueiro, você pode falar disso por meses e as pessoas, como já estão interessadas, elas vão querer saber e sempre vai ter coisa pra saber, pra mostrar. Porque você acaba se identificando com o sujeito lá em questão, então quanto mais eles apresentam, mais você se identifica e você acaba esperando que apareça um nome.*

*(participante grupo focal 3, sexo masculino, 24 anos).*

Se compararmos os dois telejornais analisados, o Jornal Nacional procurou dar visibilidade à dimensão mais humana uma vez que o repórter não só verbalizava em alguns momentos sua aflição, como também introduzia a voz da vítima em forma de depoimento.

Todavia, o estilo dramático é compreendido por outra participante do mesmo grupo como uma estratégia desnecessária, cuja função é simplesmente captar a atenção do público e não simplesmente humanizar.

*Se você for atrás de cada um, é meio desnecessário. Eu falei que a mídia humaniza, mas ela tem esse outro tipo de sensibilizar pra você ir atrás da notícia. Para você comentar, e eu acho que algumas vezes é desnecessário. Tá... o motoqueiro caiu e sem querer ele bateu na pedra. Eles acabam venerando um drama e você acaba com medo de sair na rua e sei lá..acho muito desnecessário.*

*(Participante grupo focal 3, sexo feminino, 27 anos)*

O que a participante considera “desnecessário” está ligado aos efeitos que tais notícias produzem nela. E se produzem alguns efeitos, é porque, de alguma forma, a estratégia empreendida foi eficaz. Trata-se de um jogo paradoxal, pois se, por um lado, a notícia nos chama atenção pelos detalhes e drama, por outro lado, ao nos identificarmos com as histórias, vivemos um mal-estar.

As imagens exercem um papel importante nessa influência. Por mostrarem ao vivo e em cores o desenrolar do drama, e por serem um recurso semiótico de alta modalidade, elas têm o poder demonstrar um fato como o mais verdadeiro possível. Uma fala pode complementar ou parafrasear o que a imagem diz, mas não é possível ignorá-la.

Em suma, o que esta análise pretende demonstrar é que a articulação entre fala e imagem nos oferece um terreno fértil para identificações com a vítima, que naquele momento está vivenciando as dimensões da insegurança já discutidas. O grau de insegurança que esse processo engendrará depende igualmente do grau de criticidade de quem recebe as notícias.

### **O gosto pelo mau gosto?**

*É o que o povo gosta. O gosto pelo mau gosto mesmo. Eles querem ver o ato violento em si e não querem ver a raiz do problema.*

*(Participante grupo focal 3, sexo masculino, 26 anos)*

O interesse que o público manifesta sobre tais notícias pode ser explicado de diferentes maneiras. Os jornalistas por nós entrevistados referem-se a um “desejo mórbido” por parte do público e, ainda, porque as pessoas querem ver sua realidade na televisão. Rolim (2006) considera que assistimos à desgraça alheia para nos aliviarmos com o fato de que a nossa situação é melhor. Apesar das hipnóticas e diferentes estratégias empreendidas nos discursos midiáticos, não podemos negar nossa responsabilidade neste processo. Se as notícias vendem, é porque as consumimos.

*Eu acho muito complicado delimitar o limite, a diferença do que a mídia faz a gente gostar e o que a mídia coloca porque a gente gosta, entendeu? É claro que a mídia manipula pra gente se interessar mais em uma coisa ou não, por exemplo, colocar na primeira página, colocar de certo jeito, e claro que tem isso, mas eu acho que se a gente não tivesse um mínimo interesse não ia dar certo.*

*(participante grupo focal 3, sexo masculino, 27 anos).*

Associado ao nosso interesse por essas notícias, o excesso de visibilidade de episódios violentos veiculados na mídia televisiva torna o fenômeno corriqueiro e ubíquo, a ponto de nos tornarmos ou excessivamente indiferentes ou até mesmo desenvolvermos um pânico social.

Para Kehl, a adesão do público a esse tipo de notícia sustenta-se no fato de não nos apoiarmos mais sobre nossas faculdades de julgamento (pensamento), resolução (agir conforme o desejo) e senso moral. Não nos conectamos às experiências compartilhadas em nossa comunidade. Assim, *se toda experiência é mediada pelo espetáculo, cuja produção está fora do alcance da experiência mesma, e se o espetáculo “desacostuma as pessoas à subjetividade”, elas estão totalmente à mercê dele* (KEHL, 2004b, p.73).

Trata-se, segundo a autora, de uma “paixão de segurança”, na medida em que compartilhamos com os nossos pares o desejo de pertencer à massa que consome esse espetáculo. Uma forma de identificação não só com as personagens de uma notícia, mas entre os que a consomem. Tal identificação com a massa se assenta sobre os efeitos que o espetáculo produz na coletividade e não necessariamente se refere a um apelo aos saberes da tradição ou da comunidade para lidar com o risco.

## Considerações Finais

**B**uscamos demonstrar nesta tese como reportagens sobre criminalidade violenta veiculadas em telejornais, construídas dentro de estratégias discursivas que incorporam o uso de recursos linguísticos e semióticos, têm o poder de alimentar a insegurança que vivenciamos na contemporaneidade. O fenômeno da violência como um dos riscos que todos nós temos de administrar, se corporifica por meio dos diversos discursos jornalísticos.

O caminho teórico que escolhemos para abordar o tema da insegurança nos ensejou compreender como as práticas sociais nas quais nos engajamos desde a infância nos fornecem os parâmetros para desenvolvermos uma relação de confiança, ou não, com o outro. Na contemporaneidade, o enfraquecimento da tradição, a incerteza diante do futuro, e os riscos que necessitamos agenciar constantemente acabam por exacerbar nossa vulnerabilidade, pois precisamos pensar nossas ações sempre a partir do embate entre confiança e risco. Em outras palavras, precisamos confiar em saberes que não dominamos para lidar com os riscos. Além disso, importa ressaltar que esses saberes não conseguem nos fornecer um mapa seguro sobre como devemos proceder para evitá-los. Os resultados desse embate, pois, são incorporados na nossa trajetória como pessoa, cujo esforço reside em manter nossas biografias coerentes, minimizando o máximo possível nosso sentimento de vulnerabilidade.

A sensação de se estar vulnerável, em alguns momentos mais e em outros menos, vai depender do acionamento das dimensões da insegurança que foram construídas ao longo da vida. Ou seja, as teorizações acerca do desenvolvimento emocional no início da vida e as vicissitudes da pós-modernidade nos permitiram compreender que as dimensões da insegurança só podem ser apreendidas quando as da segurança se estremecem. Predominantemente, a confiança é o primeiro elemento dessa cadeia que se fragiliza. Por conseguinte, ao desenvolvermos um sentimento no qual não é possível confiar totalmente no meio em que vivemos, desenvolvemos uma atitude de cautela e reserva diante de situações potencialmente ameaçadoras.

Contudo, podemos ampliar a autonomia e nosso potencial criativo para ressignificar algumas experiências pelas quais passamos. Havendo essa possibilidade, nos tornamos capazes de elaborar uma criticidade maior e, ao mesmo tempo, diminuir nossa insegurança diante de situações que em outro momento nos levaria, potencialmente, ao desamparo total. Mas, diante das incertezas que permeiam a vida social, a insegurança nunca se extingue, apenas se minimiza. Segundo Bauman (2007a), os medos que vivenciamos hoje nada mais são do que reverberações de uma insegurança remota, que alimentam questões existenciais que dizem respeito a nossa finitude e integridade. Paradoxalmente, a nossa sede por segurança, que deveria diminuir a sensação de vulnerabilidade, acaba mantendo-a viva por introduzir cada vez mais a percepção de ameaça e risco.

Os outros elementos que envolvem a dimensão da insegurança são reverberações da quebra de confiança supracitada, mas que cumprem a função de reiterar nossa vulnerabilidade. Assim, se não confiarmos no ambiente, a sensação de acolhimento e suporte fica enfraquecida, o outro pode se converter em fonte de angústia e a percepção que desenvolvemos sobre nós mesmos (construída na relação com esse outro) fica fragilizada. Enfim, passamos a não encontrar, nem em nós mesmos nem nos outros (outro generalizado), a sustentação necessária para lidar com as incertezas que a contemporaneidade nos desperta.

A mídia, como discursividade, exerce o poder de fazer circular diversos repertórios e visões de mundo que alimentam as dimensões da insegurança acima referidas, por nos fazer crer que aquilo a que assistimos num telejornal é verdadeiro e factual, quando na verdade são construções discursivas atravessadas de intencionalidade. Como em alguma medida precisamos confiar nas pessoas e nos saberes especializados para podermos prosseguir em nossas vidas (ainda que precariamente), a autoridade da qual se revestem os discursos midiáticos, sustentados muitas vezes por explicações de especialistas, elevam o grau de veracidade desses discursos cujo poder em reacender nossas inseguranças está diretamente ligado aos efeitos de verdade que eles produzem.

Com base nos aportes da psicologia discursiva e da sociosemiótica, analisamos três reportagens em dois telejornais distintos, procurando destacar o

papel que as imagens e os discursos falados exercem no convencimento e alimentação da insegurança. A reportagem especial exibida em três edições pelo Jornal Nacional sobre a violência nos mostrou a influência que os saberes especializados exercem na construção de uma ideia de violência. A partir do título da segunda edição “como funciona a mente do criminoso” e os discursos nela presentes, percebemos como uma série de explicações biologizantes e culturais nos revelam como identificar um desviante em potencial. Vale realçar, também, que sob a visão de um psicólogo, o criminoso foi posicionado como agente dotado de uma “maldade”. A confluência das explicações sobre a gênese da violência – biológicas, ambientais e morais (pois existem pessoas más), contribuíram sobremaneira na adoção de atitudes excludentes por apresentarem visões que consideramos essencialistas.

A segunda reportagem sobre a ação da polícia em um sequestro no Rio de Janeiro, por nós analisada em dois telejornais distintos, nos mostrou que as dimensões da insegurança são alimentadas quando a mídia, em sua estratégia discursiva, apresenta o mundo como incerto e pouco confiável pelo posicionamento moral dos telejornais em relação ao desviante, pelo uso estratégico de saberes especializados e pela maneira com que é retratada a fragilidade da vítima e a impunidade. Tal processo é capaz de um convencimento maior pelos efeitos de verdade que produz mediante a articulação entre fala e imagem, considerando-se o grau de modalidade que apresenta (média e alta modalidade). Todos esses discursos remetem respectivamente à falta de confiança na humanidade do outro, à imponderabilidade dos riscos, na medida em que qualquer um pode sofrer o mesmo agravo que a vítima (identificação), e à falta de suporte e acolhimento na esfera da Justiça.

O posicionamento moral dos telejornais em relação ao desviante foi percebido de forma mais discreta na análise da reportagem do Jornal Nacional, se comparada à do Jornal Brasil Urgente. O encadeamento da narrativa do primeiro telejornal, que incorpora o episódio 174 como estratégia de comparação, se levarmos em conta o seu desfecho trágico, nos mostrou que o referido telejornal considerou o resultado da ação de forma positiva, sustentado não só pelo depoimento especializado do atirador de elite, mas também na maneira como o desviante foi posicionado ao longo da reportagem: sem nome e impessoalmente. No

telejornal Brasil Urgente, a opinião do apresentador Datena foi mais evidente quando ele defendeu a morte do infrator e valorizou a ação policial.

Ainda sobre a abordagem em relação aos desviantes, devemos lembrar que a noção de desvio é socialmente construída. O desvio é uma consequência das reações dos outros ao ato de uma pessoa e esta prática se assenta sobre uma noção do que é socialmente permitido (BECKER, 2008). Sem dúvida, o ato de sequestrar e ameaçar alguém de morte fere um princípio ético fundamental: respeito à integridade e à vida do outro. O que problematizamos aqui é como a categoria “desviante” é acionada nas reportagens. A retirada da identidade do sujeito (afinal, ele merece por ser desviante!) facilita a emergência de atitudes excludentes e sentimentos de ódio e raiva. Podemos constatar o que afirmamos pelas imagens dos policiais comemorando a morte do infrator praticada pelo atirador de elite, como também os aplausos do público diante do desenlace. Os comentários enviados por “torpedo” ao telejornal Brasil Urgente também evidenciam isso.

No que concerne à vítima, a visibilidade dada à sua vulnerabilidade foi fundamental para aumentar a gravidade do episódio. No Jornal Nacional ficam mais claras as descrições tanto verbais quanto imagéticas de seu sofrimento. Trata-se de uma função complementar na medida em que a dor da vítima exacerba a crueldade do desviante; e as imagens exercem um poder fundamental nessa estratégia. Ao vermos a vítima passando mal e em desespero, somos imediatamente transformados em testemunhas oculares, e a possível dúvida acerca da veracidade do fato é extinta. Pelo fato de as imagens terem sido capturadas ao vivo, elas possuem alto grau de modalidade e seu poder de convencimento se sobrepõe até mesmo ao que está sendo dito sobre elas. Além disso, elas nos possibilitam não somente constatar o sofrimento da vítima, mas nos colocarmos em seu lugar: “poderia ter sido cada um de nós”. Por quê? Porque o elo que nos conecta à vítima não se resume ao seu sofrimento, mas a quem ela é: uma cidadã, que estava trabalhando, ou seja, tão ordinário quanto nossas práticas cotidianas.

Passamos então à questão da impunidade. Quanto ao atirador de elite, podemos num primeiro momento constatar que a esfera da impunidade não teve

seu espaço, pois “a justiça fora feita”. Mas pelas reações das pessoas e o posicionamento dos telejornais, cabe refletirmos a que tipo de justiça estamos nos referindo. Na terceira edição da reportagem especial do Jornal Nacional, argumenta-se que uma das causas da violência e insegurança é a sensação de impunidade. Sem dúvida, não poder confiar na Justiça e nas forças de repressão nos torna mais vulneráveis diante dos perigos de sofrer algum tipo de violência.

Porém, o tipo de justiça que é aplaudida é a do “olho por olho, dente por dente”. A nosso ver, este tipo de clamor público é efeito de uma sensação de injustiça que acompanha a sociedade brasileira nas últimas décadas. É a partir dessa sensação que alimentamos o ódio pelo desviante e, quando a força policial entra em ação, a prática de eliminação é elogiada em altos brados. Aplaudir a violência nos aproxima da mesma barbárie e reacende ainda mais nossos medos.

Cumpramos ressaltar que a inclusão de depoimentos de especialistas foi fundamental numa estratégia retórica de convencimento. O momento e a maneira como esses especialistas foram introduzidos nas narrativas (ambos pertencentes à força policial) justificaram a eliminação do desviante. Nesse sentido, o grau de confiança na força policial pode aumentar em virtude não só dos efeitos de verdade que a reportagem produziu, mas também porque a justiça se manifestou. A confluência dos efeitos de verdade com a ação policial, explicada e justificada pelos especialistas, tem o efeito potencial de minimizar a dúvida e evitar que se relativize o que está sendo posto como real e verdadeiro. Em outras palavras, a reserva que poderíamos ter em relação ao discurso midiático é minimizada pelo seu caráter realista.

No entanto, cabe lembrar que os saberes especializados não dão conta de resgatar nossa segurança por duas razões: primeiro, porque os saberes acabam por acender ainda mais a percepção do risco. Segundo, porque não podemos confiar neles totalmente, em razão de a própria confiança comportar uma dose de dúvida (caso contrário seria fé) e por termos de levar em conta a idoneidade tanto destes saberes como da instituição polícia.

Enfim, o que a análise do material empírico nos mostrou foram os potenciais discursivos na configuração de um sentimento de insegurança. A relevância deste estudo, a nosso ver, deve-se à possibilidade de darmos

visibilidade a um fenômeno muitas vezes colocado numa espécie de caixa-preta por meio da vinculação imediata entre discurso midiático e nossos medos. Ao tipificar os casos, exacerbar o drama e produzir estranhos perigosos, a mídia acentua a imponderabilidade dos riscos, a desvalorização da vida coletiva e a fragilidade da vítima. Todos esses elementos combinados são disparadores do sentimento de vulnerabilidade que acomete a todos que vivem em contextos arriscados.

Ademais, acredito que poder mostrar tal procedimento da mídia foi fundamental neste estudo, pois, por meio das discussões que empreendemos, esperamos sensibilizar o leitor diante dos efeitos de verdade que, associados à performatividade das imagens, devem obstaculizar nossas reflexões críticas.

Gostaríamos, ainda, de tecer algumas considerações sobre o processo de pesquisa que apresentamos. Assim como a mídia escolhe e se posiciona diante de um caso, esta tese não foi diferente. A hipótese que a orientou foi que a mídia alimentava a insegurança e nossos esforços se centraram em demonstrar como ela fazia isso. Para tanto, procuramos trazer para o diálogo diferentes vozes, presentificadas por jornalistas entrevistados, depoimentos de participantes em grupos focais e a literatura disponível sobre o tema.

Certamente, ao escolhermos um tema como objeto de estudo, já temos nossos julgamentos e nossa posição diante dele, o que demandou de nós um esforço reflexivo para que não demonizássemos a mídia, visto que nossa análise procurava dar visibilidade a estratégias que fomentavam discursos pouco solidários e mais excludentes. Consideramos que a mídia tem uma colaboração importante ao dar formas aos nossos medos. Mas tal crítica não é fácil de defender, pois como disse em outros momentos, a mídia traz à tona muitas questões sociais e denúncias de corrupção que contribuem para uma moralização maior da sociedade. No entanto, ela não faz de maneira desinteressada, até mesmo ao apresentar questões de relevância social.

O caráter mercadológico presente em toda mídia não pode ser negligenciado e, se considerarmos a produção de notícias sobre criminalidade, perguntaremos: qual o ganho que a mídia tem ao despejar na tela da televisão tantas notícias desta natureza? Durante a entrevista com Wagner Império e Bruno Paes Manso, eles defenderam, dentre outros pontos, o valor social da notícia: promover maior

reflexão, servir como exemplo para potenciais criminosos e retratar o cotidiano de pessoas que, de outra maneira, se tornariam invisíveis. Em seus depoimentos, eles enfatizaram o caráter informativo da mídia, reiterando que, se uma insegurança é alimentada pela mídia, trata-se de um mal necessário.

Nas conversas que ocorreram nos três grupos focais (compostos, em sua maioria, por estudantes universitários), constatamos posicionamentos mais críticos em relação à forma como a mídia constrói e circula notícias sobre crime. Tal postura se deve ao capital cultural que esse público possui, porquanto a maioria dos participantes considerou que a mídia manipula nossas emoções exacerbando o caráter dramático das notícias. Por outro lado, encontramos também participantes que admitem evitar assistir a esse tipo de notícia. Trata-se de uma estratégia de minimização da insegurança (segregação da experiência) e de protesto, pois, desse modo, acreditam não estarem contribuindo para o elevado índice de audiência.

No que concerne à análise propriamente dita, categorizar graus de modalidade foi uma tarefa difícil, pois reconhecíamos certa inclinação em eleger muitas falas com potencial modal elevado, por causa da nossa posição diante do tema. Essa constatação exigiu de nós certa humildade e distanciamento (não no sentido de isenção) e apostamos no rigor da visibilidade de todo o processo de interpretação. Quando a escolha de uma categoria se assenta na subjetividade do pesquisador, uma atenção precisa ser acionada. É um cuidado que nos possibilitou constatar, por exemplo, que um tom mais formal ou com uma modalidade objetiva mais alta tem o mesmo poder de produzir versões excludentes quanto aquelas mais agressivas, como verificamos na análise do telejornal Brasil Urgente.

Do ponto de vista teórico também encontramos desafios importantes. Configurar a mídia como discursividade e como “outro generalizado”, capaz de produzir sentidos sobre o mundo e sobre nós mesmos, abre um campo significativo de questionamentos acerca do seu poder. A influência da mídia é significativa, mas não é absoluta. Não somos marionetes manipuladas, pois os sentidos circulados pela mídia reverberam em outras relações sociais que podem confirmar ou refutar tais visões. O grau de conformidade do público receptor vai depender de uma série de questões: acesso a versões mais críticas, a posse de um capital

cultural que permita relativizar o que na mídia é produzido e o processo de socialização de cada um.

No entanto, em razão do sucesso que essas notícias produzem, podemos inferir que o poder de convencimento é considerável e que talvez não consigamos escapar tão facilmente assim. Acreditamos que a desgraça alheia nos conforta, ou, como dissemos em outro momento, há um interesse mórbido diante dessas tragédias. Comovemo-nos com a dor do outro, mas, mesmo assim, assistimos aos noticiários. Ou seja, alimentamo-nos diariamente das catástrofes humanas.

Entretanto, reiteramos que parte do sucesso vem também da configuração do estranho perigoso. Se a mídia tem uma função, não é só dar visibilidade a um problema social, mas o que (ou quem) devemos temer. Consideramos que a análise do grau e tipo de modalidade pôde demonstrar por que tendemos a ser capturados por esses discursos. É possível que não entremos em pânico, não desenvolvamos uma fobia social, mas não deixamos de trancar nossas portas e levantar o vidro do carro numa rua escura.

Pela maneira como as notícias são estruturadas, não há como isentá-las de certa intencionalidade em produzir efeitos que visam contribuir para a cultura do medo. Como argumenta Pierucci (1999), a experiência da violência criminal é inseparável da experiência da narrativa dos fatos de violência, sejam eles de quaisquer fontes. Ao categorizar que algo ou alguém é violento, não estamos somente descrevendo um evento ou pessoa, mas construindo uma entidade moralmente orientada. Torna-se fundamental, a nosso ver, levarmos à reflexão o fato de que, ao reconhecer que algo é violento, nós estamos intervindo neste algo. *Dizer que alguém é violento é agir sobre essa pessoa, é demandar algo como uma outra violência para interromper a violência dessa pessoa* (MISSE, 2008, p. 1).

A mídia, ao mostrar e reiterar a violência, produz ela mesma um tipo de violência quando nos bombardeia diariamente com essas notícias. Importa lembrar que, como instância midiaticizada que dá contornos ao fenômeno e aos atores nele presentes, ela igualmente dá contorno a si própria.

...E nós continuamos trancando as portas.

## Referências Bibliográficas

ADORNO, S. (1996). *A gestão Urbana do Medo e da Violência: Violência, Crime e Justiça Penal na Sociedade Brasileira Contemporânea*. Tese de Livre Docência. USP.

ADORNO, S., & LAMIN, C. (2008). Medo, violência e insegurança. In: R. S. LIMA, & L. d. PAULA, *Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo o seu papel?* (pp. 151-171). São Paulo: Editora Contexto.

ALEXANDRE, A. R. (Fev de 2003). *O Conceito de crime*. Acesso em 03 de Maio de 2010, disponível em Jus Navigandi: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3705>

BAKHTIN, M. (2000). *Estética da Criação Verbal* (3ª ed.). (M. E. Galvão Trad.) São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_ (2002). *Problemas da Poética de Dostoiévski* (3ª ed.). (P. Bezerra Trad.). Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.

BALBI, J. (2004). *La Mente Narrativa: hacia una concepción posracionalista de la identidad personal*. Buenos Aires: Paidós.

BARBOUR, R. (2009). *Grupos Focais*. (M. F. Duarte Trad.) Porto Alegre: Artmed.

BAUMAN, Z. (2005). *Confiança e Medo na Cidade*. (E. Aguiar, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

\_\_\_\_\_ (2008). *Medo Líquido*. (C. A. Medeiros, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

\_\_\_\_\_ (1998a). *Modernidade e Holocausto*. (M. Penchel, Trad.) São Paulo: Jorge Zahar.

\_\_\_\_\_ (1998b). *O Mal Estar da Pós-Modernidade*. (C. M. Gama, & M. Gama, Trads.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

\_\_\_\_\_ (2007a). *Tempos Líquidos*. (C. A. Medeiros, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

\_\_\_\_\_ (2007b). *Vida Líquida*. (C. A. Medeiros, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

- BAUMAN, Z., & MAY, T. (2010). *Aprendendo a Pensar a Sociologia*. (A. Werneck, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- BECKER, H. S. (2008). *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. (M. L. Borges, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- BERGER, P. L., & LUCKMANN, T. (1985). *A Construção Social da Realidade*. (F. D. Fernandes, Trad.) Petrópolis: Vozes.
- BEST, J. (2003). Introduction. In: D. R. LOSEKE, & J. BEST (Eds.), *Social Problems: Constructionist Readings* (pp. 3-5). New York: Aldine de Gruyter.
- \_\_\_\_\_ (2004). *More dammed lies and statistics: how numbers confuse public issues*. Los Angeles: University of California Press.
- \_\_\_\_\_ (1999). *Random Violence: How we talk about crimes and new victims*. Los Angeles: University of California Press.
- \_\_\_\_\_ (2008a). *Social Problems*. New York: W.W. Norton & Company, Inc.
- \_\_\_\_\_ (2008b). *Stat-Spotting: A field guide to identifying dubious data*. Los Angeles: University of California Press.
- BRUNER, J. (1997). *Atos de Significação*. (S. Costa Trad.) Porto Alegre: Artmed.
- BUCCI, E. (1997). *Brasil em tempo de TV*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- \_\_\_\_\_ (2004). Como a Violência na TV Alimenta a Violência Real - da Polícia. In: E. Bucci, & M. R. Kehl, *Videologias: ensaios sobre televisão* (pp. 107-123). São Paulo: Boitempo Editorial.
- BURR, V. (1995). *An Introduction to Social Constructionism*. New York: Routledge.
- CANTO-SPERBER, M. (2007). *Dicionário de Ética e Filosofia Moral*. São Leopoldo: Editora Unisinos.
- CASTEL, R. (2005). *A Insegurança Social: o que é ser protegido?* (L. M. ORTH, Trad.) Petrópolis: Vozes.
- CASTIEL, L. D. (2003). Insegurança, ética e comunicação em saúde pública. *Revista Saúde Pública*, 37, 161-7.
- CHARAUDEAU, P. (2009). *O Discurso das Mídias*. (A. S. Corrêa, Trad.) São Paulo: Contexto.

- CHAUÍ, M. (2003). *Convite à Filosofia* (13ª ed.). São Paulo: Editora Ática.
- CLARK, K., & HOLQUIST, M. (2004). *Mikhail Bakhtin*. (J. Guinsburg, Trad.) São Paulo: Perspectiva.
- COOPERRIDER, D. E. (2003). *Appreciative Inquiry Handbook: the first in a series of AI workbooks for leaders of change*. Bedford Heights: Lakeshore Publishers.
- COSTA, J. F. (2001). *Richard Rorty e a Construção da Subjetividade*. Acesso em 15 de janeiro de 2010, disponível em [www.jfreirecosta.sites.uol.com.br/artigos/artigos\\_html/construcao\\_subjetividade/pdf](http://www.jfreirecosta.sites.uol.com.br/artigos/artigos_html/construcao_subjetividade/pdf)
- \_\_\_\_\_ (2003). *Violência e Psicanálise* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- CRUZ, J. M. (1999). *Proyecto Activa: La victimización por violencia urbana: niveles e factores asociados a ciudades seleccionadas de América Latina e España*. Documentos técnicos, Organización Panamericana de la Salud, División de Salud y Desarrollo Humano, Washington D.C.
- CUNHA, D. B. (2004). Violência Urbana, Segurança Pública e Direitos Humanos. In: G. MALUSCHKE, J. S. BUCHER-MALUSCHKE, & K. HERMANNNS, *Direitos Humanos e Violência: desafios da ciência e da prática* (pp. 63-76). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.
- DAVIES, B., & HARRÉ, R. (1999). Positioning and Personhood. In: *Positioning Theory*. Malden: Blackwell Publishers Ltd.
- DIAS, A. R. (2003). *O Discurso da Violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular* (2ª ed.). São Paulo: Editora Cortez.
- FREUD, S. (1926/1996). Inibições, Sintomas e Ansiedade. In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (J. Salomão, Trad., pp. 81-175). Rio de Janeiro: Imago.
- FUREDI, F. (2006). *Culture of Fear: revisited*. New York: Continuum.
- GARDNER, D. (2009). *Risco: A Ciência e a Política do Medo*. (L. V. Castro, & E. Sussekind, Trads.) Rio de Janeiro: Odisséia.
- GERGEN, K. J. (1999). *An invitation to social construction*. Thousand Oaks: SAGE Publications Ltd.

\_\_\_\_\_ (1994). *Realities and Relationships: soundings in social construction*. Massachusetts: Harvard University Press.

\_\_\_\_\_ (2009). *Relational Being: Beyond Self and Community*. Oxford University Press.

GIDDENS, A. (1991). *As Consequências da Modernidade* (2ª ed.). (R. Fiker Trad.) São Paulo: UNESP.

\_\_\_\_\_ (2002). *Modernidade e Identidade* (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

GONÇALVES, H. S. (2003). *Infância e Violência no Brasil*. Rio de Janeiro: NAU Editora/ FAPERJ.

HALL, S. (2006). *A Identidade Cultural na Pós-modernidade* (11ª ed.). (T. T. Silva, & G. L. Louro, Trans.) Rio de Janeiro: DP&A.

HANNS, L. A. (1996). *Dicionário Comentado do Alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago.

HEINER, R. (2010). *Social Problems: an introduction to critical constructionism* (3ª edição ed.). Oxford: Oxford University Press.

HOLLWAY, W., & JEFFERSON, T. (Junho de 1997). The Risk Society in an Age of Anxiety: Situating Fear of Crime. *The British Journal of Sociology*, Vol. 48, pp. 255-266.

HONNETH, A. (2003). *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. (L. Repa, Trad.) São Paulo: Editora 34.

IBAÑEZ, T. (1994). La Construcción del Conocimiento desde una Perspectiva Socioconstruccionista. In: M. Montero, *Conocimiento, Realidad y Ideología* (pp. 39-48). Caracas: Asociación Venezolana de Psicología Social.

\_\_\_\_\_ (1997). Why a Critical Social Psychology? In: *Critical Social Psychology*. London: SAGE Publications.

JEWKES, Y. (2008). *Media & Crime: Key approaches to criminology*. Thousand Oaks: SAGE Publications.

KAHN, M. (2003). *Freud Básico: pensamentos psicanalíticos para o século XXI*. (L. P. Guanabara, Trad.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- KEHL, M. R. (2004a). O Espetáculo como Meio de Subjetivação. In: E. BUCCI, & M. R. KEHL (Eds.), *Videologias: ensaios sobre televisão*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- \_\_\_\_\_ (2004b). Televisão e Violência do Imaginário. In: E. BUCCI, & M. R. KEHL, *Videologias: ensaios sobre televisão* (pp. 87-106). São Paulo: Boitempo Editorial.
- KRESS, G. (2010). *Multimodality: A Social Semiotic Approach to Contemporary Communication*. New York: Routledge.
- LAING, R. D. (1975). *O Eu Dividido: estudo existencial da sanidade e da loucura*. (Á. BRITO, Trad.) Petrópolis: Vozes.
- LAWSON, M. (2005). Theoretical Foundation. In: K. SEXTON-RADEK, *Violence in Schools: issues, consequences, and expressions* (pp. 3-34). Westport: Praeger Publishers.
- LEEWEN, T. V. (2005). *Introducing Social Semiotics*. New York: Routledge.
- LUPTON, D. (1999). *Risk*. New York: Routledge.
- MACEDO, L. (2005). *Ensaio Pedagógico: como construir uma escola para todos?* Porto Alegre: Artmed.
- MARCONDES FILHO, C. (1989). *O Capital da Notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza* (2ª ed.). São Paulo: Editora Ática.
- MARTIN-BARÓ, I. (2003). *Poder, Ideologia y Violencia*. Madrid: Editorial Trotta.
- MARTINS, S. (setembro/dezembro de 2007). Temer o que? Sair de casa ou ligar a TV? *PSICO*, 38 (3), pp. 278-284.
- MATTOS, S. (2010). *Imparcialidade é Mito*. Acesso em 20 de abril de 2010, disponível em [www.sergiomattos.com.br](http://www.sergiomattos.com.br): <http://www.sergiomattos.com.br/entrv1.html>
- MATURANA, H. R., & VARELA, F. J. (2001). *A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. (H. Mariotti, & L. Diskin, Trans.) São Paulo: Palas Athena.
- MEAD, G. H. (1962). *Mind, Self, & Society: from the standpoint of a Social Behaviorist*. (C. W. Morris, Ed.) Chicago: The University of Chicago Press.

- \_\_\_\_\_ (1964). *Selected Writings*. (A. J. Reck, Ed.) Chicago: The University of Chicago Press.
- MEGARGEE, E. I., & HOKANSON, J. E. (1976). *A Dinâmica da Agressão: análise de indivíduos, grupos e nações*. (E. I. Megargee, J. E. Hokanson, Eds., & D. M. LEITE, Trad.) São Paulo: E.P.U.
- MICHAUD, Y. (1986). *A Violência*. (L. Garcia, Trad.) São Paulo: Editora Ática.
- MINAYO, M. C., & SOUZA, E. R. (novembro/fevereiro de 1997/1998). Violência e Saúde como um Campo Interdisciplinar de Ação Coletiva. *História, Ciência e Saúde*, IV(3), pp. 513-531.
- MISSE, M. (2008). *Dizer a Violência*. Acesso em 07 de Abril de 2010, disponível em Scielo: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802008000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000200001&lng=en&nrm=iso)
- ORGANIZATION, W. H. (2002). *World Report on Violence and Health: summary*. Geneva.
- PIERUCCI, A. F. (1999). *Ciladas da Diferença*. São Paulo: Ed. 34.
- PINHEIRO, O. G. (2000). Entrevista: uma prática discursiva. In: *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (2ª ed., pp. 183-214). São Paulo: Cortez.
- PINHEIRO, P. S., & ALMEIDA, G. A. (2003). *Violência Urbana*. São Paulo: Publifolha.
- PINKER, S. (2008). *Do que é feito o pensamento*. (F. Ravagnani, Trad.) São Paulo: Companhia das Letras.
- POSSENTI, S. (2008). *Discurso, Estilo e Subjetividade* (3ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- POTTER, J. (2005). *Representing Reality: discourse, rhetoric and social construction*. Thousand Oaks: SAGE Publications Ltd.
- POTTER, J., & WETHERELL, M. (2002). *Discourse and Social Psychology: beyond attitudes and behaviour*. London: SAGE Publications.

- REGUILLO, R. (2002). The Social Construction of Fear: urban narratives and practices. In: S. Rotker, *Citizens of Fear: urban violence in Latin America* (pp. 187-206). New Jersey: Rutgers University Press.
- REINER, R., LIVINGSTONE, S., & ALLEN, J. (2000). No More Happy Endings?: The media and popular concern about crime since the Second World War. In: T. Hope, & R. Sparks (Eds.), *Crime, Risk and Insecurity* (pp. 107-126). New York: Routledge.
- ROLIM, M. (2006). *A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- RORTY, R. (2007). *Contingência, Ironia e Solidariedade*. (V. Ribeiro, Trad.) São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_ (1997). *Objetivismo, relativismo e verdade* (Vol. Escritos Filosóficos). (M. A. Casanova, Trad.) Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- ROSE, N. (1999). *Powers of Freedom: reframing political thought*. New York: Cambridge University Press.
- ROSEMBERG, F., & ANDRADE, M. P. (2007). Infância na Mídia Brasileira e Ideologia. In: A. M. JACÓ-VILELA, & L. SATO, *Diálogos em Psicologia Social* (pp. 257-274). Porto Alegre: Avangraf Ltda.
- SANTOS, B. S. (2002). Os Processos da Globalização. In: B. S. Santos, *A Globalização e as Ciências Sociais* (pp. 25-102). São Paulo: Cortez.
- SHOTTER, J. (2002). *Conversational Realities: constructing life through language*. Thousand Oaks: SAGE Publications.
- SOUZA, L. A. (s.d.). *Direitos Humanos e Violência: a geografia do crime e a insegurança na cidade de São Paulo*. Acesso em 15 de Junho de 2008, disponível em Núcleo de Estudos da Violência USP: [www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1045&Itemid=96](http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=1045&Itemid=96)
- SOUZA, M. L. (2008). *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- SPINK, M. J. (2000). Contornos do Risco na Modernidade Reflexiva: contribuições da psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 12 (1/2), 153-173.

SPINK, M. J. (2004). *Linguagem e Produção de Sentidos no Cotidiano*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

SPINK, M. J. (2006). O poder das imagens na naturalização das desigualdades: os crimes no cotidiano da mídia jornalística. In: M. J. Spink, & P. Spink, *Práticas Cotidianas e a Naturalização da Desigualdade: uma semana de notícias nos jornais* (pp. 17-41). São Paulo: Cortez.

SPINK, M. J., & MEDRADO, B. (2000). Produção de Sentidos no Cotidiano: abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: M. J. SPINK (Ed.), *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (2ª ed., pp. 41-41). São Paulo: Editora Cortez.

SPINK, M. J., & SPINK, P. (2006). Introdução. In: M. J. Spink, & P. Spink, *Práticas Cotidianas e a Naturalização da Desigualdade: uma semana de notícias nos jornais* (pp. 7-16). São Paulo: Cortez.

SPINK, P. (jul/dez de 2003). Pesquisa de Campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, pp. 18-42.

TAYLOR, C. (1999). *Human Agency and Language: Philosophical Papers 1*. Cambridge: Cambridge University Press.

THOMPSON, J. B. (1998). *A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*. (W. D. Brandão, Trad.) Petrópolis: Vozes.

VOLLI, U. (2000). *Manual de Semiótica*. (S. D. Reis, Trad.) São Paulo: Edições Loyola.

WEIL, S. (1996). *A Condição Operária e outros Estudos sobre a Opressão* (2ª ed.). (E. Bosi, Ed., & T. G. Langlada, Trad.) Rio de Janeiro: Paz e Terra.

WHITE, M., & EPSTON, D. (1990). *Narrative Means to therapeutic Ends*. New York: W.W. Norton & Company.

WIEVIORKA, M. (2006). *Em que Mundo Viveremos?* (E. Landa, & F. Landa, Trads.) São Paulo: Perspectiva.

WILLIG, C. (2008). *Introducing Qualitative Research in Psychology* (2ª Edição ed.). New York: Open University Press.

WINNICOTT, D. W. (1993). *A Família e o Desenvolvimento Individual*. (M. B. Cipolla, Trad.) São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (2000). Ansiedade Associada à Insegurança (1952). In: *Da Pediatria à Psicanálise: Obras escolhidas* (D. Bogomoletz, Trad.). Rio de Janeiro: Imago.

YOUNG, J. (2002). *A Sociedade Excludente: Exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*. (R. Aguiar, Trad.) Rio de Janeiro: Revan.

# 6 Anexos

## 6.1. Procedimentos para a realização dos grupos focais

Durante a elaboração deste estudo, decidimos realizar grupos focais com o intuito de entender qual o lugar que a mídia ocupava na circulação de informações sobre violência e quais os efeitos que notícias sobre crime produziam no cotidiano das pessoas.

Grupo Focal é uma técnica de coleta de dados que tem por objetivo fazer circular os diversos sentidos sobre determinado tema (foco), como também favorecer a interação e negociação de visões de mundo distintas. Por ser um espaço dialógico por excelência, o uso desta técnica nos permitiu apreender como se desenrolaram as discussões, quais foram os momentos de tensão e consenso, e os repertórios utilizados pelas pessoas ao falar sobre o tema.

A coordenação destes grupos exigiu certa sensibilidade a possíveis relações de poder que poderiam surgir durante a interação, entre todos os envolvidos. É fundamental que a composição do grupo seja feita de maneira cuidadosa, para evitar diferenças significativas (assimetrias) quanto a classe, raça, gênero, etc.

Sensíveis a isso, realizamos três grupos focais com pessoas que mantinham vínculo direto com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (alunos de graduação), como também pertencentes à comunidade, com vínculos indiretos (coralistas da PUC)<sup>26</sup>.

Com relação ao número de participantes por grupo, estipulamos um mínimo de três a quatro e máximo de oito. Esta configuração, segundo Barbour (2009), pode favorecer maior aprofundamento nas discussões e viabilizar o trabalho de análise, levando-se em consideração o tempo de duração do grupo (aproximadamente 60 minutos):

---

<sup>26</sup> Todos os participantes são maiores de 18 anos.

*Os requisitos do pesquisador de identificar vozes individuais, buscar clarificações e explorações a mais sobre quaisquer diferenças nas perspectivas, fazem de grupos maiores, se não impossíveis, excessivamente demandantes para moderar e analisar (BARBOUR, 2009, p. 89).*

O acesso aos participantes ocorreu por meio de indicação de professores dos diversos cursos de graduação ou por convite direto aos próprios alunos.

**Figura 3 - Configuração do Grupo Focal**



### **Composição dos grupos:**

Os grupos foram compostos da seguinte maneira:

#### **Grupo 1 – Coralistas da PUC**

P1 – TA, sexo feminino, 27 anos, profissional na área de seguros.

P2 – RM, sexo masculino, 45 anos, fotógrafo policial.

P3 – MN, sexo feminino, 46 anos, assistente social.

#### **Grupo 2 – Estudantes de Psicologia**

P1 – TS, sexo feminino, 21 anos, estudante.

P2 – CL, sexo feminino, 22 anos, estudante.

P3 – PP, sexo feminino, 24 anos, estudante.

#### **Grupo 3 – Estudantes de Psicologia**

P1- LMG, sexo masculino, 27 anos.

P2- NB, sexo feminino, 22 anos.

P3 – LF, sexo masculino, 24 anos.

P4 – IM, sexo feminino, 25 anos.

P5- GV, sexo masculino, 26 anos.

P6 – ML, sexo feminino, 27 anos.

### **Questões apresentadas no grupo focal**

As discussões no grupo foram encaminhadas a partir das seguintes questões:

1. Como as informações sobre violência chegam até vocês? Quais são as fontes destas informações?
2. Vocês têm interesse em ir atrás destas informações? Qual o interesse?
3. Como vocês lidam com essas informações?
4. Estas informações influenciam o dia-a-dia de vocês? Como?

As respostas às questões um e dois nos permitiram compreender qual o lugar que a mídia ocupa no rol das diversas e possíveis fontes de informação (experiência pessoal, testemunha ocular e acesso às diferentes mídias) e avaliar o grau de interesse em buscar tais informações.

As questões três e quatro nos possibilitaram detectar os efeitos que as informações midiáticas provocavam nas práticas cotidianas das pessoas, atentando para o sentimento de insegurança fomentado e mantido pela circulação deste tipo de notícia.

Tornou-se fundamental entender, nas discussões intragrupal, porque certa notícia suscitou maior atenção e porque foi foco da discussão. Desta forma, os grupos focais também cumpriram a função de nos fornecer as notícias para posterior análise.

## **6.2. Procedimentos para a realização das entrevistas com jornalistas**

---

A noção de entrevista adotada nesta pesquisa não se restringe a uma técnica de coleta de dados, mas como uma prática discursiva (PINHEIRO O. G.,

2000). O ato de perguntar por parte do pesquisador e o ato de responder às questões da pesquisa produzem um espaço conversacional dialógico (COOPERRIDER, 2003), uma vez que as falas são negociadas, pessoas são posicionadas e eventos são organizados em uma narrativa inteligível e coerente (GERGEN K. J., 1994). Logo, numa entrevista, o entrevistado é autor de sua narrativa e não somente fornecedor de dados para futura interpretação e categorização.

A técnica de **entrevista** semi-dirigida foi utilizada com jornalistas que atuam nas mídias televisiva e jornal impresso:

**Bruno Paes Manso** – jornalista do Caderno Metrópole do jornal O Estado de São Paulo.

**Wagner Império** – repórter do telejornal “Brasil Urgente”, exibido pela Rede Bandeirantes de televisão.

Tal escolha justificou-se pela necessidade de compreendermos possíveis especificidades de cada veículo na seleção, construção e formas de divulgação de cada notícia. O acesso a esses profissionais se deu por indicação.

Objetivamos compreender, nestas entrevistas, como as diferentes mídias escolhem os casos de violência, quais os mecanismos planejados para coordenar a resposta do receptor das notícias e quais são as estratégias discursivas engendradas para tornar um acontecimento violento em notícia. Estas entrevistas foram utilizadas simplesmente como fontes de informação e não passaram por uma análise discursiva.

### **Questões apresentadas nas entrevistas**

1. O que é necessário para que um evento ou situação vire notícia no Brasil Urgente?
2. Como você se dá acesso às fontes? Como as informações de um fato chegam à redação?
3. Há alguma estratégia específica adotada pelo programa ou jornal ao construir uma notícia?
4. Na sua avaliação, qual o grau de interesse do público por notícias sobre criminalidade? O que determina este interesse?

5. Você acha que o público, ao entrar em contato com estas notícias, tende a ficar mais inseguro?

Estas entrevistas também foram tratadas como fontes de informação e não passaram por uma análise discursiva.

## 6.3. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
Programa de Pós Graduação em Psicologia Social

PESQUISADOR: Alexandre Pereira de Mattos  
ORIENTADORA: Profª Dra. Mary Jane Paris Spink  
Tema da pesquisa: Violência Urbana e Mídia

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO RESOLUÇÃO Nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que encontra-se em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de SP no telefone (11) 3670-8466 e/ou e-mail: [cometica@pucsp.br](mailto:cometica@pucsp.br)

**INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:** Título do Projeto: **Um estudo sobre insegurança e veiculação de notícias sobre criminalidade na mídia.**

**Pesquisador Responsável:** Alexandre Pereira de Mattos

**Telefone para contato** (inclusive ligações a cobrar): (11) 3804-8760 ou 8378-4628.

**E-mail para contato:** [alexandremattos@espacounico.org](mailto:alexandremattos@espacounico.org)

**Objetivos da Pesquisa:** Este estudo tem por objetivo compreender como as diferentes informações sobre violência, principalmente àquelas vinculadas a mídia, contribuem para a construção e manutenção de um sentimento de insegurança nas pessoas. O entendimento sobre o processo de construção e veiculação de notícias sobre criminalidade e seus efeitos no público podem fomentar um olhar crítico sobre a relação entre mídia e violência e a produção de um “medo social”.

**Procedimentos:** Será realizado um grupo focal ou entrevista para a discussão do tema proposto. As discussões no grupo e/ou entrevista serão gravadas e posteriormente transcritas para efeitos de análise. Será solicitado também que cada participante responda a um questionário sócio-econômico-cultural com a finalidade de obtermos informações mais abrangentes sobre os participantes.

**Possíveis riscos:** **Perguntas que remetam a experiências pessoais com a violência (vitimização) não serão contempladas no grupo focal, a menos que o participante sinta-se livre para relatá-las. Com relação ao questionário sócio-econômico-cultural, caso o participante não se sinta a vontade em responder a quaisquer questões, oferecemos a opção “prefiro não responder”. Diante disso, consideramos que não há riscos físicos, psíquicos, morais ou éticos na participação desta pesquisa.**

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, aceito colaborar no estudo acima, desenvolvido pelo psicólogo Alexandre Pereira de Mattos, do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Profª. Drª. Mary Jane Paris Spink. Estou ciente dos objetivos e procedimentos descritos acima e minha aceitação em colaborar nesta pesquisa significa que me disponho a participar de uma entrevista ou grupo focal. Aceito que esta entrevista ou grupo focal seja gravada e transcrita para efeitos de análise. Fui assegurado(a) de que esse trabalho será desenvolvido dentro de todas as condições técnicas e éticas conhecidas, de modo a proteger-me de riscos físicos, psíquicos, morais ou éticos.

Declaro também,

- 1) Que estou aceitando voluntariamente a participação nesse estudo, não tendo sofrido nenhuma forma de pressão para isso;
- 2) Que posso deixar de participar do estudo a qualquer momento;

- 3) Que caso assim eu deseje, a minha identidade será preservada na elaboração e publicação deste estudo.

Desejo que minha identidade seja preservada:  Sim  Não.

**Assinatura do Participante**

**Assinatura do Pesquisador Responsável**

**Assinatura em duas vias**

## 6.4. Parecer do Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-SP**  
**SEDE CAMPUS MONTE ALEGRE**

Protocolo de Pesquisa nº 046/2010

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde  
 Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social  
 Orientador(a): Prof.(a). Dr.(a). Mary Jane Paris Spink  
 Autor(a): Alexandre Pereira de Mattos

**PARECER** sobre o Protocolo de Pesquisa, em nível de Tese de Doutorado, intitulado *Insegurança Ontológica um estudo sobre a veiculação da criminalidade na mídia*

### CONSIDERAÇÕES APROVADAS EM COLEGIADO

Em conformidade com os dispositivos da Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996 e demais resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS), em que os critérios da relevância social, da relação custo/benefício e da autonomia dos sujeitos da pesquisa pesquisados foram preenchidos.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido permite ao sujeito compreender o significado, o alcance e os limites de sua participação nesta pesquisa.

A exposição do Projeto é clara e objetiva, feita de maneira concisa e fundamentada, permitindo concluir que o trabalho tem uma linha metodológica bem definida, na base do qual será possível retirar conclusões consistentes e, portanto, válidas.

No entendimento do CEP da PUC-SP, o Projeto em questão não apresenta qualquer risco ou dano ao ser humano do ponto de vista ético.

### CONCLUSÃO

Face ao parecer consubstanciado apensado ao Protocolo de Pesquisa, o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP – Sede Campus Monte Alegre, em Reunião Ordinária de **01/03/2010**, **APROVOU** o Protocolo de Pesquisa nº **046/2010**.

Cabe ao(s) pesquisador(es) elaborar e apresentar ao CEP da PUC-SP – Sede Campus Monte Alegre, os relatórios parcial e final sobre a pesquisa, conforme disposto na Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996, inciso IX.2, alínea “c”, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS), bem como cumprir integralmente os comandos do referido texto legal e demais resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS).

São Paulo, 31 de Março de 2010.

  
 Prof. Dr. Edgard de Assis Carvalho  
 Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)